

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
ECONOCÔMICO**

SISBI/UFU



1000214825

O EMPREGO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 90

MARCOS FERREIRA DE MAGALHÃES

**UBERLÂNDIA
2002**

11011
332.43(217.3)
11222
105/1111

MARCOS FERREIRA DE MAGALHÃES

O EMPREGO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 90

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Área de concentração: Indicadores Econômicos.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Dantas Neder.

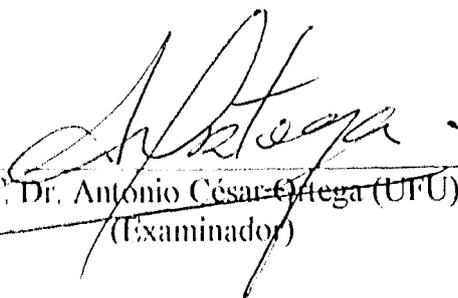
UBERLÂNDIA – MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2002

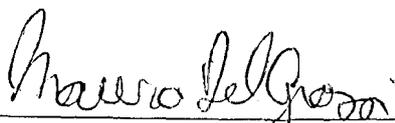
Dissertação defendida e aprovada em 27 de junho de 2002 pela banca examinadora composta pelos professores:



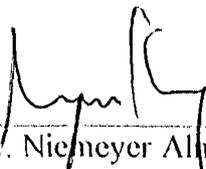
Prof. Dr. Henrique Dantas Neder (UFU)
(Orientador)



Prof. Dr. Antonio César Ortega (UFU)
(Examinador)



Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi (IAPAR-PR)
(Examinador)



Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (UFU)
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

*À Maria José Ferreira (in memoriam),
Por tudo!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS acima de tudo, pois sem Ele, nada poderia se realizar, inclusive a vida, o amparo nos momentos difíceis e a oportunidade da realização deste trabalho se concretizar.

À minha família pela compreensão de saber dividir o tempo que estávamos juntos.

Ao meu Professor e Orientador, Henrique Dantas Neder, pela orientação, pelo profissionalismo, pelas críticas e pela contribuição em uma área de seu domínio, onde mostrou os caminhos do conhecimento, estimulando-me à capacidade analítica e à produção criteriosa.

A todos os meus professores do programa de pós-graduação: Niemeyer, Vanessa Petrelli, José Rubens, Edilson, Marisa, Germano, Marcio Holland, José Flores e Antônio Ortega.

Em especial ao professores Niemeyer Filho, Vanessa Petrelli, Antônio Ortega e Henrique Dantas Neder.

Ao companheirismo da turma de Goiânia, nas viagens e brincadeiras, estimulando e contribuindo para o andamento do curso.

Ao José Jairo, pelo companheirismo e dedicação ao curso, onde mostrou uma grande capacidade e amizade.

Às secretárias Rejane e Vaine pela atenção e carinho com que sempre estiveram dispostas a nos atender.

Aos professores José Graziano da Silva e Mauro Del Grossi pela contribuição em informações estatísticas.

Ao professor e pesquisador da Seade Otávio Valentim Balsadi pela contribuição em informações estatísticas.

Enfim, agradeço a todos as pessoas que estiveram, de uma maneira direta ou indireta, envolvida nesta pesquisa, colaborando para que ela se realizasse, e que com carinho e paciência sempre estiveram do meu lado e acreditando neste trabalho. Enfim, a todos os amigos que souberam ser presente, atento aos momentos difíceis, contribuindo para a finalização deste trabalho.

Celebrai com júbilo ao Senhor, todas as terras,
Servi ao Senhor com alegria,
Apresentai-vos diante Dele com cântico.
Sabei que o Senhor é Deus;
Foi Ele quem nos fez, e Dele somos;
Somos o seu povo e rebanho do seu pastoreio.
Entrai por suas portas com ações de graças e nos seus átrios, com hinos de louvor;
Rendei-lhe graças e bendizei-lhe o nome.
Porque o Senhor é bom, a sua misericórdia dura para sempre, e, de geração em geração, a sua fidelidade.

(Hino de ingresso ao templo: Salmo de ações de graças – Salmo 100)

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 01 – Economia Rural Brasileira	08
Introdução	08
1.1 – Discussão Teórica do Novo Rural Brasileiro	09
1.2 – A Dinâmica dos anos 70	15
1.3 – A Dinâmica dos anos 80	25
1.4 – A Dinâmica dos 90	38
1.5 – A Dinâmica da Agricultura Brasileira na Modernização Rural	46
1.5.1 – Na Modernização dos anos 70 e 80	46
1.5.2 – Na Modernização dos anos 90	54
Considerações Finais Sobre o Capítulo 01	56
Capítulo 02 – Ocupações Rurais: Agrícolas e Não-Agrícola	58
Introdução	58
2.1 – O Emprego nas Ocupações Agrícolas e Não-agrícolas no meio Rural	72
2.1.1 – Principais Ocupações Agrícolas e Não-agrícola	77
2.1.2 – Ocupações Rurais Não-agrícolas	81
2.1.3 – Evolução da Renda nas Famílias Agrícolas e Rurais: Brasil	92
Considerações Finais Sobre o Capítulo 02	97
Capítulo 03 – As Ocupações Rurais: Agrícolas e Não-agrícolas no Estado de Goiás	100
Introdução	100
3.1 – O Emprego e a Modernização na Região Centro-Oeste	101
3.1.1 – O Emprego e a Modernização em Goiás	106
3.1.2 – A Agricultura em Goiás	113
3.2 – O Emprego Agrícola em Goiás	119

3.2.1 – A PEA Rural em Goiás	124
3.3. – Pobreza e Distribuição de Renda Rural no Estado de Goiás: uma análise de decomposição	149
Considerações Finais Sobre o Capítulo 03	165
Considerações Finais	168
Referências Bibliográficas	181
Apêndice	182

LISTA DE TABELAS

Capítulo 01:

<u>Tabela 1.1:</u> Utilização da Terra no Brasil, 1970 a 1980 (em milhões de hectares).	16
<u>Tabela 1.2:</u> Indicadores de Exploração da Terra no Brasil – 1970 a 1980 (%).	16
<u>Tabela 1.3:</u> Taxa de Crescimento na Produção Agropecuária Brasileira, 1960 a 1979 (% – ano a ano).	18
<u>Tabela 1.4:</u> Índice de Consumo Aparentes (quantidade de princípios ativos ou nutriente) de defensivos e fertilizantes químicos. Brasil, 1970 a 1980 (base: 1970 = 100).	19
<u>Tabela 1.5:</u> Uso de Tratores na Agricultura Brasileira, 1970 a 1980.	20
<u>Tabela 1.6:</u> Participação do Crédito Rural no Produto Líquido da Agricultura Brasileira, 1970 – 1979.	22
<u>Tabela 1.7:</u> Estimativa do Subsídio Implícito nas Taxas do Crédito Rural de Custeio e Investimento, Brasil – 1970/80.	23
<u>Tabela 1.8:</u> Participação no crescimento do CAI brasileiro na década de 1970.	24
<u>Tabela 1.9:</u> Consumo Intermediário na Agricultura e o Valor Bruto da Produção. Brasil 1939/80.	25
<u>Tabela 1.10:</u> Taxa de Variação do Produto Interno Bruto (PIB – % a. a.) e Inflação Acumulada no Ano – Brasil (%).	28
<u>Tabela 1.11:</u> Dispendio do Governo Federal na Função Agricultura 1980/90.	30
<u>Tabela 1.12:</u> Balaço Comercial da Agricultura e Serviço da Dívida Externa – Brasil 1977/79, 1980/82, 1983/85 e 1986.	32
<u>Tabela 1.13:</u> Indicadores da Evolução da Agricultura Brasileira, 1970/85.	37
<u>Tabela 1.14:</u> Taxas de variação do PIB, PIB <i>per capita</i> e taxas de inflação – Brasil de 1991 a 1997.	43
<u>Tabela 1.15:</u> Emprego Indireto Gerado pelo Setor Primário na Indústria e Comércio. Brasil, 1970 e 1975.	48
<u>Tabela 1.16:</u> PEA ocupada segundo o domicílio e atividade: Brasil, 1981, 1986 e 1990.	51
<u>Tabela 1.17:</u> Distribuição relativa (%) da PEA agrícola, dos desocupados e da PEA total, segundo o local de domicílio: Brasil, 1981, 1986 e 1990.	52
<u>Tabela 1.18:</u> Taxa de crescimento (% a. a.) da PEA rural, segundo os principais ramos de atividade: Brasil e grandes regiões, 1981/1990.	53
<u>Tabela 1.19:</u> Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o setor de atividade de seus membros -	

Brasil, 1992-98. (1000 famílias)

56

Capítulo 02:

<u>Tabela 2.1:</u> População com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. (1000 pessoas). Brasil 1981 /1997.	63
<u>Tabela 2.2:</u> População com 10 anos ou mais de idade segundo a situação de domicílio (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/ 1997.	68
<u>Tabela 2.3:</u> PEA ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.	71
<u>Tabela 2.4:</u> PEA rural ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.	74
<u>Tabela 2.5:</u> PEA urbana ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.	76
<u>Tabela 2.6:</u> PEA rural restrita segundo a condição de ocupação e o ramo de atividade (1000 pessoas). Brasil, 1981 – 1997.	78
<u>Tabela 2.7:</u> PEA rural ocupada segundo o ramo de atividade principal (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1999.	80
<u>Tabela 2.8:</u> PEA urbana ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.	82
<u>Tabela 2.9:</u> Principais ocupações Não-agricola da PEA rural engajada em atividades Não-agricolas (1000 pessoas). Brasil, 1981/1997.	84
<u>Tabela 2.10:</u> PEA rural ocupada, segundo a posição de ocupados e a atividade principal (1000 pessoas). Brasil, 1981/1997.	86
<u>Tabela 2.11:</u> PEA rural ocupada na agricultura, segundo a posição de ocupação (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1999.	87
<u>Tabela 2.12:</u> PEA rural ocupada na agricultura, segundo a posição de ocupação (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1999.	89
<u>Tabela 2.13:</u> População com dupla atividade na PEA ocupada, segundo a situação de domicílio (1000 pessoas). Brasil, 1981/1997.	91
<u>Tabela 2.14:</u> Número, Composição das Rendas familiar e renda <i>per capita</i> das famílias Extensas	

residentes no meio rural. Brasil, 1998 (R\$ set. 1998).

95

Capítulo 03:

<u>Tabela 3.1:</u> Estado de Goiás: Estabelecimento, área total, área de lavouras, áreas com pastagens, pessoal ocupado e tratores – 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.	111
<u>Tabela 3.2:</u> Estado de Goiás: indicadores agropecuários – 1970, 75, 80, 85 e 95/96.	112
<u>Tabela 3.3:</u> Comparativo entre a área cultivada e a produção das principais culturas, no Mundo, Brasil e Goiás. 1998.	114
<u>Tabela 3.4:</u> População rural de 10 anos e mais, segundo os ramos de atividades. Goiás, 1981/ 1997 (1000 pessoas).	129
<u>Tabela 3.5:</u> Principais Setores de Atividade da População Rural Não-Agrícola Ocupada 15 horas ou mais na Semana de Referência. Goiás, 1981/1997 (1000 pessoas).	135
<u>Tabela 3.6:</u> População rural ocupada 15 horas ou mais na semana de referência, segundo a posição na ocupação e o tipo de atividade. Goiás, 1981/1997 (1000 pessoas).	138
<u>Tabela 3.7:</u> Distribuição dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio. Goiás, 1997 (1000 pessoas).	140
<u>Tabela 3.8:</u> Evolução das Pessoas Ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de Domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Goiás, 1992 a 99. (1000 famílias)	143
<u>Tabela 3.9:</u> População com dupla atividade na PEA ocupada 15 horas ou mais na semana de referência. Goiás, 1981/1997 (1000 pessoas).	146
<u>Tabela 3.10:</u> Evolução do número médio de pessoas ativas por famílias, segundo o local de domicílio e o tipo de família. Goiás. 1992/97.	148
<u>Tabela 3.11:</u> Linhas de Pobreza – áreas rurais (R\$ correntes)	152
<u>Tabela 3.12:</u> Decomposição do Índice de Foster, Greer e Thorbecke, 1995 e 1999 – Goiás (zona rural), em percentuais (%).	155
<u>Tabela 3.13:</u> Decomposição do Índice de Foster, Greer e Thorbecke, 1995 e 1999 – região Centro-Oeste, em percentuais (%).	155
<u>Tabela 3.14:</u> Proporção de pobres e intensidade de pobreza na população rural – povoado e rural – exclusive, 1995 e 1999 – Goiás: situação censitária. em percentuais (%).	157
<u>Tabela 3.15:</u> Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade da renda na população nos municípios auto-representativos e não auto-representativos de Goiás de 1995 e 1999 –	

Área Censitária, em percentuais (%).	158
<u>Tabela 3.16:</u> Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade de renda para os ramos de atividades da indústria de transformação e outras atividades industriais em Goiás em 1995 e 1999, em percentuais (%).	158
<u>Tabela 3.17:</u> Participação da atividade principal agrícola e não-agrícola em Goiás de 1995 – 1999. Em percentuais (%).	159
<u>Tabela 3.18:</u> Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade de renda para as atividades agrícolas e não-agrícolas em Goiás em 1995 e 1999 – Área Censitária. Em percentuais (%).	160
<u>Tabela 3.19:</u> Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade de renda para os ramos de atividades em Goiás de 1995 e 1999.	162

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 01:

- Figura 1: Modernização da Agricultura. 13
- Figura 2: A Segmentação da Agricultura. 36

Capítulo 02:

- Figura 3: Evolução da PEA ocupada segundo o ramo de atividade principal (%). Brasil, 1981/1997. 64
- Figura 4: População com 10 anos ou mais de idade segundo a situação de domicílio (1000 pessoas).
Grandes Regiões modificadas, 1981/1997. 67
- Figura 5: Evolução da relação PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas/ PEA rural ocupada na agricultura. Grandes Regiões modificadas, 1981/1997. 69
- Figura 6: Participação da PEA urbana segundo os ramos de atividades Não-agrícolas. Grandes Regiões modificadas, 1992/1997 – em percentual. 75
- Figura 07: Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/98. 96

Capítulo 03:

- Figura 8: PIB por setor da atividade econômica em (%) – Goiás de 1990 a 1999. 115
- Figura 9: População total residente e por situação de domicílio no Estado de Goiás em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. 117
- Figura 10: Empregados: Admissões e Desligamentos em Goiás de 1991 a 1999. 119
- Figura 11: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Goiás, 1992-99. 132
- Figura 12: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade urbana agrícola e não-agrícola e rural agrícola e não agrícola. PEA Restrita, Goiás, 1992-99. 133

<u>Figura 13:</u> População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA Restrita, Goiás, 1992-99. (1000 Pessoas)	136
<u>Figura 14:</u> População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em área urbana, segundo a área censitária da amostra. PEA Restrita, Goiás, 1992-99. (1000 Pessoas)	137
<u>Figura 15:</u> Evolução das Pessoas Ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação no meio urbano e rural em Goiás, 1992 a 99.	144
<u>Figura 16:</u> Estimativas dos Índices de Pobreza – 1995/1999 no Estado de Goiás e a Região Centro-Oeste.	156
<u>Figura 17:</u> Participação da renda nas atividades agrícolas e não-agrícolas, através do índice de Gini em Goiás de 1995 – 1999.	161
<u>Figura 18:</u> Participação da renda nos ramos de atividades, através do índice de Gini em Goiás de 1995 – 1999.	163
<u>Figura 19:</u> Participação da População nos ramos de atividades em Goiás de 1995 a 1999.	164
<u>Figura 20:</u> Participação da renda nos ramos de atividades em Goiás de 1995 a 1999.	165

O EMPREGO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 90

Marcos Ferreira de Magalhães

RESUMO

O presente trabalho descreve e discute a questão do emprego rural Goiano, na composição dos ramos de atividades geradas das ocupações agrícolas e não-agrícolas e a participação do produtor no contexto local e regional como opção econômica na fronteira agrícola. Com a intenção de proporcionar uma discussão, foi observada a discussão teórica entre autores, no sentido de posicionar o comportamento da modernização agrícola, localizando Goiás nesta modernização. Para isso, fez-se uma análise nos dados da PNAD a cerca das ocupações agrícolas e não-agrícolas presentes no meio rural goiano, descrevendo o perfil da renda e o nível de pobreza apresentado pelos ramos de atividades, mostrando como que estes vêm assumindo um papel de destaque em áreas rurais tão contrastantes do ponto de vista do cenário agrícola.

Palavras-chave: novo-rural, ocupações agrícolas e não-agrícola, emprego e renda.

RURAL EMPLOYMENT IN GOIÁS STATE IN NINETY DECADE

ABSTRACT

The present job has in view to describe and to discuss about the rural factor's question and about the little production's participation in a local and regional context like an economic option in agricultural frontier. For this, will be discussed the agricultural occupations character and non-agricultural in Goiano people, observing their file about the employment's composition and of the income that came from of these occupations, like its degree of participation, by part of economic activity, in generation of the State economic development, of the place and of the country. Thus, with the intention of discussions, according to PNAD's data about agricultural activities and non-agricultural activities in Goiano people, was described like these points are assuming a special place in rural areas so contradictories from view point of the agricultural scenery.

Key words: new-rural, agricultural occupations and non-agricultural occupations, employment and income.

INTRODUÇÃO

A agropecuária brasileira vem promovendo nas últimas décadas um novo padrão de crescimento baseado nas atividades intensivas – com aumento de rendimentos físicos e na diversificação da sua pauta de exportações. Muito se tem escrito sobre a modernização da agricultura nas décadas de 60/70, décadas de 70/80 e 80/90, destacando as crises econômicas, especialmente na crise dos anos 80. Mas, pouco relata sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente que aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo. E quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os excluídos, os descamisados, ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa verdadeira população sobrance, marginal do ponto de vista das necessidades internas de acumulação do sistema.

Esse processo de modernização da agricultura brasileira, esteve sempre sobre a tutela do Estado, que a partir da década de 60, conciliou os interesses entre o setor agrário (grandes e médios produtores) e o industrial nacional e internacional. Esse pacto modernizante conduziu a agricultura a uma intensa estruturação produtiva e social no campo, proporcionando uma aproximação da agricultura com a indústria, que por sua vez conduziu a internalização do setor produtor de máquinas e equipamentos (DI agrícola), com o propósito de consolidar as indústrias de processamentos, a jusante, conduzindo frontalmente interesses de setores mais arcaicos ligada à agropecuária.

Essa dinâmica rural foi mediada atendendo a interesses do Estado – Agricultura, à medida que, mediante políticas seletivas de indução à modernização, onde o Estado transformou e redefiniu as relações sociais de produção no meio rural brasileiro, procurou garantir a emergência de segmentos modernos atrelados à indústria e delimitando, por exclusão e como resultante do impacto modernizante, segmentos marginalizados.

Na década de 80, com a crise econômica, o pacto da modernização agrícola, estruturado sob o interesse da grande/ média propriedade, passa a perder espaço e tomar nova direção, ou seja, não era possível manter o padrão de auxílio à agricultura como antes, fez-se necessário à busca de novas formas de adaptação da realidade econômica no meio

rural. Nesses termos, o Estado, enquanto agente indutor da modernização agrícola, imprimiu, com alguma nitidez, os contornos da dinâmica rural.

Na década de 90, esses contornos para conter as crises do setor agrícola, transformaram-se, não obstante a redução de políticas indutoras da modernização. Além disto, o setor foi ainda alvo de outros fatores fortemente instabilizadores, são eles:

- Abertura comercial, que expôs o setor agrícola à competição com produtos importados altamente subsidiados;
- A integração econômica – fundamentalmente via Mercosul –, que resultou no aumento das importações de produtos dos países vizinhos;
- A taxa de câmbio sobrevalorizada, que tornou os produtos importados ainda mais competitivos, além de penalizar as exportações dos produtos agropecuários;
- A sensível desvalorização do preço da terra, contrapartida da mudança de um conjunto de parâmetros mediados pelo Estado, que balizam a renda da terra e, conseqüentemente, seu preço¹;
- O agravamento da tendência de queda, já evidente na década de 80, nos preços dos produtos agrícolas².

Para Delgado (1997), a modernização agrícola no Brasil é reconhecidamente, a que foi resultante de um forte processo de intervenção pública no setor produtivo. Nesse processo, impulsionou o bom desempenho da agricultura brasileira, sendo um instrumento auxiliador nas políticas macroeconômicas, principalmente nas décadas de 70 e 80, e integrou o setor rural ao setor industrial, criou-se um novo padrão de relação econômica entre os segmentos produtivos, emergindo os complexos agroindustriais. Esse processo caracterizou-se pela criação de um novo modelo agrícola com a constituição do complexo

¹ Delgado (1997), procurara mostrar que a recente queda no preço da terra resulta da alteração de parâmetros que orientaram a renda da terra, quais sejam: o grau de proteção da economia; os incentivos fiscais e financeiros à propriedade; mecanismos de proteção à produção; estabilidade monetária; política cambial e de juros.

² - Segundo estudos do IBRE/ CEA da FGV os preços do algodão, arroz, café, açúcar, cebola, feijão, laranja, mandioca, milho e soja caíram em média à metade nos anos 90, em relação à década anterior (Graziano et alli, 1997a:2)

agroindustrial, criando um mercado desde a produção de insumos básicos para a produção agrícola até a venda do que é produzido dentro da propriedade rural para as indústrias de processamento.

Delgado (1985), salienta que um dos conceitos-chave por traz desse padrão mais recente de desenvolvimento da agricultura é o de *integração de capitais*, isto é, o processo de “centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., que por sua vez fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais)”, que imprimem direção dos capitais em distintos mercados.

Conforme Martine (1987), o principal instrumento que viabilizou o novo modelo agrícola, calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento da exportação de produtos agrícolas e que, conseqüentemente, ocasionou a transformação da sociedade rural nos últimos anos, foi o crédito rural.

A “Revolução Verde”, ocorridas nos 60/70, transformou profundamente a realidade do setor rural brasileiro, desde a estrutura física e produtiva da unidade rural até a forma de trabalho produtivo no campo. Através da incorporação de técnicas da Revolução Verde que se pretendia alcançar a completa extinção do antigo sistema produtivo do país, quase auto-suficiente, para um sistema integrado aos vários segmentos industriais e de serviços.

Segundo Martine (1987), o pacote da Revolução Verde, prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de altos rendimentos; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e insumos químicos.

Há assim uma intensa reestruturação do sistema produtivo, sem que tivesse ocorrido a alteração da base fundiária brasileira. Ocorre também uma mudança na população brasileira que, deixa de ser basicamente rural nos anos 60, passando a ser nos anos 80 uma população urbana. Ainda de acordo com Martine (1987), descreve que mesmo nas regiões onde não ocorreram alterações significativas na base tecnológica, a política de

modernização teve fortes impactos sociais, via fortalecimento e penetração do complexo agroindustrial e/ ou via majoração do preço da terra.

Em um panorama geral, um primeiro aspecto que chama atenção diz respeito ao ambiente ao qual o setor agrícola é exposto na década de 90. O “desmanche” dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do volume e encarecimento do crédito agropecuário) impactou decisivamente nas condições de atuação do setor agrícola, uma vez que deprimiram sua rentabilidade e aumentaram sua instabilidade.

Cabe ressaltar que dentre as funções clássicas do setor agrícola – fornecimento de produtos para a alimentação e matérias-primas, liberação de mão-de-obra para outros setores, suprimento de capital para investimentos industriais, geração de divisas pela exportação de produtos agrícolas, destaca-se importante efeito social do setor, ao contribuir para a geração de mão-de-obra, no campo e nas cidades.

O êxodo rural ocorrido nas últimas décadas, no Brasil, torna evidente que o desafio do enfrentamento à pobreza e à fome tem parte de suas raízes ligadas ao campo. A questão do desemprego deve ser analisada sob o enfoque dos diversos sistemas regionalizados de produção agropecuária, suas respectivas conjunturas, constituindo um conjunto de informações estratégicas sobre a validade de políticas sociais prioritárias, em diferentes regiões.

Em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem:

- a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando os demais membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva;
- b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não, a chamada atividade não-agrícola (pluriatividades³).

³ Para Kageyama (1999a), foram definidos como *pluriativos* os domicílios agrícolas em que pelo menos uma das pessoas residentes tinha atividade principal, no ano de referência, em algum setor não-agrícola (indústria,

Essa modernização do setor agrícola, em Goiás, provocou mudanças profundas no trabalho agrícola, mudando o perfil exigido do trabalhador, reduzindo postos de trabalho pela incorporação de tecnologias intensivas em capital, pela adoção da mecanização, em áreas extensivas de produção de grãos, o que modificou radicalmente o padrão de sazonalidade da demanda por força de trabalho na agricultura goiana.

O desenvolvimento recente de Goiás deve ser compreendido dentro do próprio crescimento da região Centro-Oeste brasileiro, principalmente após as décadas de 50 e 60, onde se introduziu a modernização da agricultura. Para este desenvolvimento foi fundamental a presença do Estado como definidor de políticas públicas e provedor de fundos necessários para a execução, Cunha (1994).

O objetivo deste trabalho é descrever o contexto sócio-econômico e a distribuição de renda na agricultura de Goiás, de 1990 a 1999, e avaliar a importância relativa de alguns condicionantes da renda das pessoas ocupadas na agricultura. Procura-se-á, também, mostrar a extensão da pobreza na agricultura em Goiás, limitando-se, às medidas de pobreza diretamente derivadas das informações sobre rendimentos e qualidade de vida das pessoas. Para tanto será usado como instrumento de abordagem, principalmente, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1990 a 1999.

Como a proposta deste trabalho é o contexto atual que, na verdade, explica o caráter “novo” das formas de ocupação e renda para a população rural. Nestes termos, acredita-se que a investigação deste objeto deva ter como suporte discussões teóricas que transmitam o processo de transformação em curso, destacados na retórica da descrição dessa modernização como: da industrialização (ou não) da agricultura (Kageyama et alli, 1990; Muller, 1989; Veiga, 1990), dos efeitos sociais da modernização (Kageyama, 1986; Graziano da Silva, 1982), do papel do Estado nesse processo de transformação (Delgado, 1985); e dos resultados em termos de crescimento econômico da produção agropecuária (Rezende, 1989; Homem de Mello, 1985; entre outros). É a partir do resgate desses esforços, que se acredita encontrar caminhos teóricos e evidências empíricas que possam contribuir para a interpretação dos processos de transformação nas áreas rurais brasileiras.

comércio, serviços ou outro). Nota-se que a pluriatividade foi tratada como um atributo do domicílio (ou da “família extensa”), e não das pessoas individualmente, sob a forma de uma variável binária (o domicílio é ou não pluriativo).

Diante da percepção de uma multiplicidade de processos dinâmicos em curso nas áreas rurais brasileiras, especialmente Goiás, procurando destacar as particularidades e diversidades de formas de produção e reprodução no meio rural Goiano, por isso, busca trabalhar evidências empíricas desses processos em curso nas áreas rurais do Estado de Goiás, os quais estiveram, e tem estado, à margem de políticas públicas para melhor tratar destas distorções nas microrregiões.

Para melhor conduzir esta proposta de trabalho, foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, busca-se conduzir a uma discussão teórica sobre a modernização da agricultura, mostrando causas e conseqüências dessa modernização no meio rural brasileiro, através de análise ocorridas nas décadas de 60/70, 70/80 e 80/90. Neste esforço, procura-se demonstrar que as atividades oriundas do meio rural vêm sofrendo transformações ao longo dos anos, e como conseqüência, uma diversificação das atividades geradoras de renda. Uma das condições favoráveis a esse processo, é a aproximação entre a cidade e o meio rural, trazendo infraestrutura, saneamento básico e condições de vida satisfatória. Também será ressaltada a composição dos empregos rurais agrícolas, onde destacam as atividades não-agrícolas que passam a desempenhar um papel de relevância e, por isso, dever-se-iam dar uma atenção às ocupações rurais não-agrícolas, pois grande parte dessas ocupações são pessoas trabalhadoras por conta própria e não necessariamente empregados. Nestes termos, tentara-se apontar ao longo deste resgate, aspectos críticos bem como abordagens alternativas que possam contribuir rumo a uma leitura sobre a ruralidade no contexto atual do capitalismo.

No segundo capítulo pretende-se mostrar, as principais mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, destacando Goiás, em termos dessa aproximação entre o meio rural e o urbano, estabelecendo, com isso, suas principais características e suas novas atividades ocupacionais. Nesta busca de retratar estas mudanças, direcionará para as ocupações que apresentaram um comportamento diferenciado na contribuição da renda no meio rural. Para isso, procura-se direcionar, formas claras e concisas, problemáticas em torno do "novo rural" quando mencionadas hoje, são as atividades agrícolas que não estão mais ocupando exclusivamente o espaço rural. E o dinamismo das atividades não agrícolas no meio rural dilui a linha demarcatória entre o rural e o urbano, espalhando as diversas ocupações por

todo o espaço. O desenvolvimento rural parece ser fruto agora de múltiplas atividades e ações não mais restritas às atividades tradicionais agrícolas. Cabe destacar que cada vez mais se percebe no meio rural atividades que não estão ligadas à agricultura, seja no comércio, no lazer ou em serviços, e outras atividades que estão ligadas à agricultura mas não presenciadas anteriormente, revelando a necessidade de se buscar condições de melhoria de vida na própria comunidade e melhoria no nível de renda.

No terceiro e último capítulo, tentará, a partir da investigação do rural sob o contexto de uma economia regional, no Estado de Goiás, discutir evidências e dimensões, em termos de potencialidade de forma de novos usos do espaço rural e novas formas de ocupação para a população rural, para isso, vai retratar as ocupações e sua importância econômica. Em um segundo momento, estará formulando um estudo sobre pobreza e a distribuição de renda rural no Estado de Goiás, destacando sua participação e decomposição para melhor interpretá-las, na busca de mostrar as ocupações que podem *propiciar distorções no meio econômico*. Assim, espera-se que estudos como este contribuam para evidenciar novos caminhos para a dinamização das áreas rurais, através de implementação de políticas públicas que venham corrigir estas distorções apresentadas.

Capítulo 01 – Discussão Teórica do Novo Rural Brasileiro

Introdução

O objetivo deste capítulo é o de mostrar as principais mudanças ocorridas nas décadas de 70, 80 e 90 com relação à economia rural brasileira. Neste esforço, procura-se demonstrar que as atividades oriundas do meio rural vêm sofrendo transformações ao longo dos anos, e como conseqüência, uma diversificação das atividades geradoras de renda. Uma das condições favoráveis a esse processo, é a aproximação entre a cidade e o meio rural, trazendo infra-estrutura, saneamento básico e condições de vida satisfatória.

Até recentemente assumia-se que o emprego rural e o agrícola estavam em declínio. Chegou-se até mesmo a relatar que quanto menor, em termos relativos, a população rural, mais desenvolvida seria a região. Os países da OCDE¹, depois de observarem durante décadas o esvaziamento de seus campos e a brutal concentração de sua população em grandes metrópoles, a partir de meados dos anos 80 passaram a desenhar políticas específicas para evitar o que se convencionou chamar de “desertificação” de seus territórios. No caso dos países latino-americanos, entretanto, o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas e médias cidades continuam sendo aceitos como uma trajetória natural.

As atividades rurais não agrícolas vinham se expandindo muito rapidamente em regiões agrícolas da América Latina e deveriam merecer uma atenção especial no desenho das estratégias de desenvolvimento tanto rural como urbano. No Brasil, o emprego não agrícola situava-se entre 20% e 30% do emprego rural na década de 1970, proporção essa que poderia subir para 30% a 40% se incluíssemos as vilas e pequenos povoados como parte das áreas rurais. Esses percentuais deveriam ser considerados como mínimos uma vez que a classificação de agrícola/não-agrícola dizia respeito apenas à ocupação principal das pessoas num determinado período de tempo e muitas vezes o emprego rural não agrícola é uma

¹ OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Instituto criado em setembro de 1961 em substituição à Organização Européia de Cooperação Econômica (Oece). Essa entidade é integrada pelos antigos países membros da Oece (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia), mais Estados Unidos, Canadá, Espanha, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Os objetivos da organização são incentivar o crescimento econômico, o alto nível de emprego e a estabilidade financeira entre os países-membros, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico em geral e a expansão do comércio multilateral, Sandroni (2001).

ocupação secundária de pequenos agricultores e principalmente das mulheres que vivem nas zonas rurais desses países.

É oportuno notar que, embora se comente bastante dos empregos rurais agrícolas, neste momento as atividades não-agrícolas passam a desempenhar um papel de relevância e, por isso, dever-se-iam dar uma atenção às ocupações rurais não-agrícolas, pois grande parte dessas pessoas – a maioria certamente nos países da América Latina – são trabalhadores por conta própria e não necessariamente empregados.

Na América Latina o emprego rural agrícola havia decrescido a uma taxa de 0,8% a.a. na década dos anos 70, enquanto o emprego rural não-agrícola estava crescendo a 3,4 % a.a., taxa maior que o crescimento médio da PEA total da região. E observou que em 12 dos 18 países para os quais dispunha de informações censitárias, o emprego rural não-agrícola vinha aumentando mais rapidamente que o emprego total, como foi o caso do Brasil, e que em 8 dos países aumentava mais inclusive que a PEA urbana.

No Brasil, chamou-se a atenção para o fato de que nos anos 60 e 70 um contingente expressivo de trabalhadores rurais havia se deslocado dos campos para a periferia das cidades, urbanizando assim grande parte da força de trabalho agrícola que antes residia nas fazendas. E que nos anos 80, ao contrário, não só esse fluxo havia se reduzido substancialmente, como estava ocorrendo uma verdadeira urbanização do campo brasileiro através do crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural, em especial nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do país. Em 1990, por exemplo, de cada 5 pessoas residentes nas áreas rurais da região de agricultura mais desenvolvida do país que o estado de São Paulo, apenas duas exerciam atividades agropecuárias. As outras três estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, principalmente na indústria de transformação (agroindústrias), prestação de serviços pessoais, construção civil, comércio e, principalmente, prestação de serviços pessoais, embora continuassem a residir no meio rural.

1.1 – A Dinâmica da Agricultura Brasileira

Para Kageyama (1990), existem três formas de entender as mudanças ocorridas na agricultura, que são: modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. A modernização da agricultura, é conhecida como uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, ou seja, numa nova

maneira de produzir. Já a industrialização da agricultura envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria⁵, comprando determinados insumos e produzindo matérias-primas para outros ramos da produção. A terceira forma de enxergar essa transformação seria a transição da agricultura industrial para os complexos agroindustriais que ocorre, na dependência que a agricultura industrial passa a ter dos insumos que recebe de determinadas indústrias, ocorrendo a produção de bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.

Kageyama (1990), classifica essa transformação por três situações distintas: o primeiro, mudanças na relação de trabalho, ou seja, a produção deixa de ser realizada artesanalmente⁶, utilizando insumos modernos estabelecia uma nova divisão do trabalho dentro da família, com qualificações diferentes, desenvolviam trabalhos coletivos. A segunda mudança qualitativa é a mecanização, ou seja, as atividades passam a ser mecanizada não mais em função da substituição da força física, mas sendo substituída pela habilidade manual. Essa mudança ocorre por volta dos anos 60, onde são introduzido todo o processo de mecanização no meio produtivo, ou seja, do plantio à colheita e à mecanização dos tratamentos culturais se soma a quimificação. A terceira transformação que muda qualitativamente o processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 60 é a internacionalização do D_1 ⁷, ou seja, dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura. É a partir dessas três transformações que ocorrem nos anos 60 o processo de modernização da agricultura brasileira da agricultura, que se consolida por volta de 1975 com a constituição dos complexos agroindustriais⁸.

Para Martine (1987), as bases da institucionalização de um projeto para a agricultura brasileira, foi lançado na década de 60, onde pretendia-se alterar radicalmente a estrutura de produção agrícola, equiparando-a com os países desenvolvidos em matéria de produção e rentabilidade. Vinculado com o complexo industrial internacional, o novo modelo apoiava-se tanto na oligarquia rural preocupada com as mudanças sociais no campo, como os setores mais modernos do capital urbano interessados na ampliação do seu campo de atuação. Esse comportamento foi estimulado por preços internacionais favoráveis, por um lado, pela recente

⁵ Para Kageyama (1990), tem-se a idéia de uma fábrica.

⁶ A chamada "interação com natureza" como se a esta fosse o seu "laboratório natural", Kageyama (1990).

⁷ Kageyama (1990), diz que o D_1 é, na verdade, o departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura.

⁸ O termo complexo identifica o conjunto de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) de fracamente relacionadas como o resto das atividades.

disponibilidade de um pacote tecnológico milagroso conhecido como a “Revolução Verde” e amparado por uma coligação de forças suficientes para reprimir qualquer oposição às mudanças, empreendendo transformações profundas na estrutura de produção agrícola tradicional.

Martine (1987), destaca que esse momento foi favorecido pela captação de recursos financeiros externos, complementados pelo arrocho salarial, o governo lança mão de diversos instrumentos destinados a modernizar a lavoura, um dos principais instrumentos foi o crédito agrícola subsidiado, onde esses recursos foram multiplicados na segunda metade da década de 60. Tais recursos foram destinados para os grandes produtores para compra de maquinaria, sementes e insumos e às culturas exportáveis.

Para Martine (1987), essas medidas tiveram um efeito notável na modificação da base produtiva agrícola, particularmente na Região Centro-Sul, onde a produção de grãos e de outras culturas destinadas à exportação e/ou às agroindústrias se multiplicaram rapidamente, gerando uma demanda por subsídios governamentais, gerando efeitos positivos na indústria, tendo em vista o aumento significativo da demanda por máquinas e insumos que passaram a ser produzidos pelo parque industrial instalado no país.

Martine (1987), argumenta que a coerência entre o modelo implantado no campo e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado durante o governo militar, conjugada a fatores externos propícios, prometiam fazer do Brasil um “grande celeiro”; a modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário à viabilização da rápida expansão da capacidade industrial⁹.

Martine (1987), faz uma crítica a essa condução da rapidez com que é imposta essa revolução, argumentando que ao reconstituir a recente transformação no Brasil, constata que o modelo agrícola imposto ao campo foi, de certa forma, concebido nas cidades, atendendo aos interesses de determinados setores da sociedade urbana, nacional e transnacional. Nas condições que se apresenta este modelo, se mostra como uma ameaça à capacidade de sobrevivência das cidades e, portanto, condiciona o futuro da própria sociedade¹⁰.

⁹ Para Martine (1987), esse era o objeto prioritário do modelo de modernização conservadora proposto.

¹⁰ Martine (1987), diz que nos países desenvolvidos, a mecanização da lavoura foi gradual e progressiva. Nos EUA, por exemplo, este processo se iniciou na década de 20 e, desde então, vem se aprofundando e se aperfeiçoando. Embora tenha provocado uma expulsão da população rural, o caráter progressivo da mecanização atenuou seus impactos e o próprio desenvolvimento tecnológico responsável pela mecanização contribuiu para a absorção progressiva da população expulsa do campo para as cidades.

Martine (1987), diverge em relação a Kageyama (1990), nos pontos que ocorreram as transformações no meio rural brasileiro, citando três processos-chave que ocorreram quase que simultaneamente: a revolução mecânica, a revolução química e a “explosão” demográfica. Quanto ao primeiro que teve origem em São Paulo com alguns tratores e máquinas agrícolas antes de 1960, demonstrando que o crescimento vertiginoso na produção e utilização de máquinas agrícolas ocorreu somente a partir da implantação do parque industrial e, particularmente, depois da ampliação do crédito rural subsidiado em meados da década de 60. Como o avanço da mecanização ocorreu conjuntamente com o segundo processo-chave, a adoção do pacote químico da Revolução Verde¹¹ e ambos foram favorecidos pela mesma conjugação de fatores. Os impactos deste dois processos simultâneos sobre o êxodo rural já teriam sido bastante notáveis por si só mas, como ocorreram no período de maior crescimento demográfico já registrado no campo (1950-65), sua pressão emigratória foi multiplicada. Portanto, Martine (1987), mostra que quanto se analisa a forma de crescimento urbano, observa-se que o êxodo rural, em última instância, acaba provocando o inchamento de cidades cada vez maiores.

Conforme Graziano da Silva (1996), na conformação do atual padrão de desenvolvimento agrícola o processo de modernização passou por três momentos decisivos, como demonstra a figura 1, em temos:

- A constituição dos CAIs: do ângulo do CAI, tem-se um estreitamento das relações intersetoriais, um reforço dos elos técnicos e dos fluxos econômicos entre as atividades agrícolas e as industriais e um crescente movimento de subordinação da agricultura à dinâmica industrial;
- A industrialização da agricultura: a mudança no processo de trabalho agrícola, onde, o trabalhador deixa de ser o agente ativo, o controlador do processo de trabalho para se tornar um apêndice das máquinas, onde o ponto fundamental que qualifica a existência

¹¹ Para Sandroni (2001), representa um processo de aumento da produtividade de cereais básicos como trigo, arroz e milho, desenvolvido a partir dos anos 50, com financiamento de institutos de pesquisa norte-americanos em áreas experimentais na América Latina e Ásia. Foi idealizado para permitir que a agricultura dos países em desenvolvimento aumentasse sua produção sem que fosse necessário mudar a estrutura da propriedade rural por meio de reforma agrária. Para obter aumento de produtividade, as culturas de grãos exigiam intensas aplicações de fertilizantes e defensivos, utilização de irrigação etc., o que demandava recursos de que os países subdesenvolvidos não dispunham. Em consequência, a Revolução Verde contribuiu para elevar a produtividade e os rendimentos da agricultura em geral na áreas onde os processos agrícolas já eram avançados, mas não prosperou em regiões mais pobres, onde a agricultura até hoje utiliza métodos tradicionais de cultivos.

de um complexo é o elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem;

Anos 50: elevação do uso de insumos modernos (basicamente importações)

55/65: constituição do D_1 geral da economia

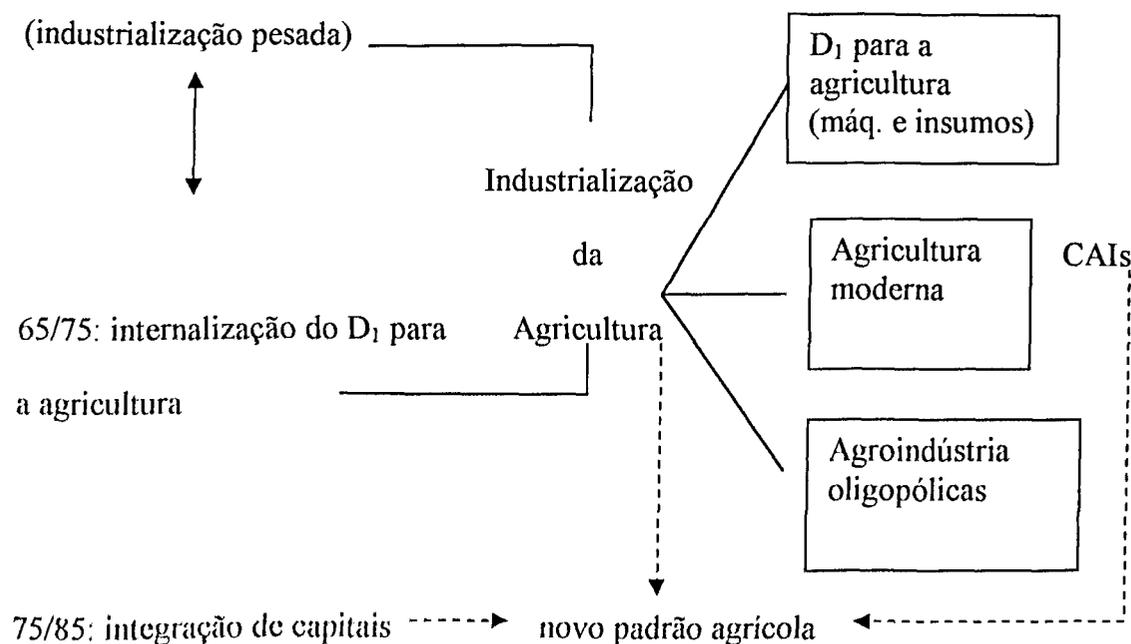


Figura 1: Modernização da Agricultura

Fonte: Graziano da Silva (1996).

- O capital financeiro é constituído pelo SNCR¹² que viria a formar o elo do capital financeiro com a agricultura. Destacam-se duas etapas importantes, até 1979 o crédito rural era um crédito específico destinado a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas específicas de financiamento a insumos químicos, sementes seleccionadas e investimentos rurais. Na década de 80 esse padrão de financiamento é rompido, inserindo-se o crédito rural num sistema financeiro geral, apenas com taxas de juros e prazos de carências diferenciados, o que o torna atrativo para capitais de

¹² Para Delgado (1985), a padronização do desenvolvimento agrícola recente situa-se no final dos anos 60 e, particularmente, no ano de 1965, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – onde passa a se organizar política de crédito rural como principal veículo de projeto modernizador para a agricultura.

outros setores (industrial, bancário, etc.), forçando, desse modo, a modernização da agricultura através da política de crédito.

A estrutura e a evolução do CAI na década de 70 reflete de forma clara a nova dinâmica agrícola, ou seja, trata-se de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura – agricultura – agroindústria. Mas enquanto a modernização dependia da importação de insumos químicos, equipamentos e máquinas, ela tinha um limite claro, dado pela capacidade de importar. Assim como o complexo rural dependia das exportações para se expandir, a modernização dependia da capacidade de importar a fim de poder se generalizar. A internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura rompe esse limite; a partir daí a modernização da agricultura caminha com seus próprios pés, ou seja, pelo próprio capital inserido na atividade agrícola.

Graziano da Silva (1981), relata que as formas de penetração do capital no meio agrícola brasileiro foi de forma dolorosa, trazendo seqüelas na sociedade, gerando um processo de *modernização* com aumento de produtividade. Para isso, desenvolveria políticas e instrumentos para acelerar a modernização. Um dos mais importante é o crédito rural¹³. Essas modificações nas propriedades se deram de forma obedecendo à égide das mudanças a partir da década de 1970:

(...) O tamanho das grandes fazendas aumentou substancialmente; (...). A taxa de adoção de novas tecnologias estava direcionada ao tamanho da propriedade; (...). Houve uma rápida adoção de tecnologia biológica, e, especialmente, de fertilizantes químicos; esse processo de adoção aumentou significativamente os custos de operação (...).

Houve um dramático aumento no uso de crédito agrícola nos anos recentes; todos os aumentos da oferta de crédito foram canalizados através de instituições formais de crédito; (...); taxas reais negativas de juros geralmente prevaleceram e distorceram e distorceram a alocação de capital e crédito; taxas reais negativas de juros também resultaram em substancial transferência de renda para os usuários de crédito.

¹³ Para Graziano da Silva (1981), essa forma de penetração do capital – modernização da agricultura –, se fez acompanhado de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola.

Uma pequena parcela de fazendeiros absorveu a maior parte dos aumentos da oferta de crédito; (...); os maiores beneficiários desses incentivos acumularam-se nas grandes fazendas, resultando num aumento das disparidades do nível de renda das propriedades. Graziano da Silva (1981: 29).

1.2 – A Dinâmica dos anos 70

Para Kageyama & Graziano da Silva (1983), ao longo da década de 70, a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu no sentido de uma forte concentração da propriedade nas mãos de um grupo de privilegiados, os modernos “latifundiários”. Mas essa questão do grau de concentração da terra não implica uma concentração do acesso a terra para produzi-la. Há esse respeito, verificou-se uma maior exploração da terra, onde, pode ser administrada por um responsável, independentemente do que pode vir a ser um proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário, administrador etc.. A estrutura fundiária brasileira evoluiu num sentido concentrador, ou seja, altamente excludente, ao longo dos anos 70, quer em seus termos de propriedade efetiva quer no sentido de qualquer tipo de acesso a terra.

Ainda Kageyama & Graziano da Silva (1983), na década de 70 a utilização da terra caracterizou-se pela expansão das áreas cultivadas com formas de atividades mais intensivas, principalmente lavouras temporárias, pastagens plantadas e reflorestamento. Segundo os dados da tabela 1.1, entre 1970 e 1980 as áreas com lavouras permanentes cresceram 3,4% ao ano; a de lavouras temporárias cresceu 4,5% ao ano; as pastagens naturais reduziram-se em cerca de 1,5% ao ano, enquanto as pastagens plantadas cresceram 8% ao ano no período; as áreas exploradas com matas naturais aumentaram 3,4% ao ano e as áreas reflorestadas 12,8% ao ano.

Kageyama (1990), argumenta que o termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente¹⁴.

¹⁴ Kageyama (1990), utilizará o termo modernização para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade – a chamada internacionalização do D₁.

Tabela 1.1 – Utilização da Terra no Brasil, 1970 a 1980 (em milhões de hectares).

Anos	Total	Lavouras		Pastagens		Metas	
		Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Reflorestadas
1970	294,9	8,0	26,0	124,4	29,7	56,2	1,7
1975	323,9	8,4	31,6	126,0	39,7	67,9	2,9
1980	371,9	11,1	40,2	107,1	64,3	78,3	5,2

Fonte: Kageyama & Graziano da Silva (1983)

Kageyama & Graziano da Silva (1983), mostram que o grau de exploração da terra elevou-se muito lentamente durante os anos 70. Conforme os dados da tabela 1.2, que se referem às áreas dos estabelecimentos, pode-se verificar que:

Tabela 1.2 – Indicadores de Exploração da Terra no Brasil – 1970 a 1980 (%)

Anos	Área explorada/ Área total	Área trabalhada/ Área explorada	Área pastagens plantada/ Total pastagens	Área lavouras/ Área total	Área proveitável não explorada/ Área total
1970	83,6	26,9	11,7	11,6	11,4
1975	85,3	29,9	24,0	12,3	10,1
1980	82,4	39,5	37,5	13,3	n. d.

Nota: Área trabalhada = área de lavoura (perm. + temp.) + área de pastagens plantadas + área de matas plantadas. Área explorada = área trabalhada + área de pastagens e matas naturais.

n. d. = não disponível.

Fonte: Kageyama & Graziano da Silva (1983).

- a) As relações entre a área explorada e a área total e entre a área trabalhada e a área explorada, que indica a intensidade de exploração da terra, que cresceram muito pouco entre 1970 e 1975, chegando a reduzir-se a proporção de área explorada em 1980; esse comportamento se estendeu também para a relação entre a área de lavoura e a área total. Isto não se pode

dizer, em relação à proporção da área trabalhada, onde aumentou expressivamente na segunda metade da década;

- b) Houve um expressivo crescimento da participação das pastagens plantadas em relação à área total de pastagens, indicando a intensificação do uso da terra na pecuária: essa relação passou de 11,7% para 37,5% entre 1970 e 1980;
- c) A proporção das áreas aproveitáveis que não são exploradas nos estabelecimentos praticamente não se alterou no período de 1970 – 1975.

Para Kageyama & Graziano da Silva (1983), a produção agropecuária na década de 70 teve seu desempenho marcado por três características principais:

- a) um crescimento muito pequeno ou mesmo negativo dos produtos tecnologicamente tradicional ou para mercado interno, como os alimentos básicos – arroz, feijão, mandioca e milho – ;
- b) um crescimento acelerado das culturas modernas, geralmente exportadas e vinculadas às agroindústrias – soja, laranja, cana-de-açúcar – e de produção de suínos, aves e leite, ou seja, dos setores da pecuária que também se modernizara rapidamente. A pecuária bovina para corte, além de não ter tido de modernização, teve o seu desempenho afetado pela substituição de parte do consumo de carne bovina por carne suína e de aves;
- c) um crescimento da proporção da produção exportada em relação à produção total.

Kageyama & Graziano da Silva (1983), relata que as características da dinâmica da produção, foram possíveis basicamente do maior grau de penetração do capital na atividade agrícola, seja em termos da tecnologia, do processamento industrial ou mercado externo. Como foi citado, uma das conseqüências desse tipo de desempenho foi o estrangulamento da produção de alimentos básicos, como pode ser visto na tabela 1.3, onde mostra a taxa de crescimento na produção agropecuária brasileira. Os bens que são considerados como pauta de consumo para a população com renda média baixa, foram deixados como prioridades para a produção, destacando a produção de produtos com destino à exportação, como o arroz, que apresentou uma queda na taxa de produção de 1,71%. A produção de feijão caiu abaixo da taxa de produção, ficando com 7,27% de redução. Já a mandioca, teve uma taxa de crescimento reduzida para 8,14%.

Tabela 1.3 – Taxa de Crescimento na Produção Agropecuária Brasileira, 1960 a 1979 (% – ano a ano)

Produto	1960/69	1970/79	Produto	1960/69	1970/79	Produto	1975/80 ^(b)
1 – Culturas: mercado interno			2 – Culturas: mercado externo			3 – Produto pecuário	
arroz	3,20	-1,90	soja	16,31	12,57	Bovinos (peso das carcaças)	1,76 ^(a)
Feijão	5,37	-2,09	laranja	6,01	6,30	Suínos (peso das carcaças)	6,25
mandioca	6,05	1,75 ^(a)	cana-de- açúcar	3,63	6,16	Aves (peso das carcaças)	18,00
milho	4,74	3,75	fumo	5,30	3,75	Leite (quantidade produzida)	6,67 ^(c)
batata	4,34	9,27	cacau	2,55	-1,54 ^(a)	-	-
cebola	3,87	6,89	café	-7,10	-12,06	-	-
trigo	6,43	6,89	amendoim	5,89	-1,41	-	-
-	-	-	algodão	1,51 ^(a)	-1,41	-	-

Nota: (a) Não difere significativamente de zero ao nível de 5%.

(b) Único período com dados disponíveis.

(c) Período 1975/79.

Fonte: Kageyama & Graziano da Silva (1983).

Outro fator de modernização da agricultura na década de 70 citado por Kageyama & Graziano Silva (1983), foi o processo tecnológico, onde assentou-se em dois elementos fundamentais: a quimificação (com o uso de fertilizantes e defensivos químicos) e a mecanização. A tabela 1.4, mostra a participação dos produtos químicos na economia brasileira na década de 70, destacando a taxa de crescimento que foi de 7,2% ao ano, no período de 1970/80. Já o consumo de fertilizante se multiplicou em quatro entre 1970 e 1980,

a uma taxa geométrica real média de 15,5% ao ano. A relação de consumo entre o consumo aparente de nutrientes e a área cultivada evoluiu para 43 kg/ha em 1973 para 70 kg/ha em 1979¹⁵.

Tabela 1.4 – Índice de Consumo Aparentes (quantidade de princípios ativos ou nutriente) de defensivos e fertilizantes químicos. Brasil, 1970 a 1980 (base: 1970 = 100)

Anos	Inseticida	Fungicida	Herbicida	Fertilizante
1971	96	149	147	117
1972	120	319	143	175
1973	134	477	277	168
1974	160	523	437	183
1975	148	184	656	198
1976	101	215	710	253
1977	120	317	583	321
1978	151	296	669	323
1979	137	328	589	344
1980	114	472	829	421

Fonte: Kageyama & Silva (1983)

Outro fator que merece destaque é a mecanização, onde se destaca o uso de tratores¹⁶ na agricultura brasileira. Kageyama (1990), destaca a indústria de tratores já nasceu com características de oligopólio, sendo utilizada em decorrência da política de substituição de importações, proporcionando, com isso, a constituição de barreiras institucionais, sendo que as empresas que se instalaram foram filiais de grandes empresas multinacionais como a

¹⁵ Para Kageyama & Graziano da Silva (1983), diz que o crescimento do consumo de fertilizantes pela agricultura brasileira nos anos 70, foi proveniente do seu uso nos grandes estabelecimentos. Cerca de 18,6% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam adubação (67,8% dos quais usavam adubação química); em 1975 a proporção passava para 22,3%, passando a representar pouco mais de um quinto do total de estabelecimentos (80,4% com adubação química).

¹⁶ Sendo implantada no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubtschek, nos primeiros anos da década de 60.

Massey Ferguson, Ford e Valmet que pouco a pouco, passaram a dominar o mercado concentrando vendas por classe de potência ou em geral¹⁷.

Os dados da tabela 1.5 mostra que o número de tratores utilizados nos estabelecimentos agropecuários multiplicou-se por três na década de 70. Mesmo assim, a percentagem dos estabelecimentos que usam trator é ainda bastante reduzida, apesar do seu forte crescimento na década, como indica os dados disponíveis para o período de 1970/75. Entre 1975 a 1980, a relação entre o número de estabelecimentos por trator, ou seja, quantos estabelecimentos teriam de ser atendidos para cada trator disponível, apresentou uma evolução bastante favorável, passando de cerca de 30 unidades para 10 unidades, Kageyama & Graziano da Silva (1983).

Tabela 1.5 – Uso de Tratores na Agricultura Brasileira, 1970 a 1980.

Indicadores	1970	1975	1980
1.000 tratores	166	323	531
Estabelecimentos com trator (%)	2,4	4,3	7 a 10 ^(a)
Estabelecimentos/ Trator	29,6	15,4	9,7
1.000 ha área ⇒ total/ trator	1,7	1,0	0,7
Nº de tratores / 1.000 pessoas ocupadas	9,4	15,9	25,1

Nota: (a) Estes dados não estão disponíveis na Sinopse do Censo de 1980, considerando que os estabelecimentos observados entre 1975/80 se mantiveram, praticamente inalterados no período, sofrendo uma variação em 1975 de (1,49%) no limite.

Fonte: Kageyama & Graziano da Silva (1983).

Kageyama & Graziano da Silva (1983), diz que o mesmo raciocínio feito para a disponibilidade de tratores em relação à área total mostra que aqui também ocorreu uma evolução bastante favorável, obtendo-se em 1980 a relação de um trator para cada 690 hectares dos estabelecimentos agropecuários recenseados naquele ano. Finalmente, a disponibilidade de tratores em relação à força de trabalho quase triplica (de 9,4 tratores para

¹⁷ Kageyama (1990), relata que as empresas fabricantes de implementos, mais do que a de tratores e colheitadeiras desenvolveu-se num espaço acentuadamente regional, favorecendo a mecanização de áreas com o tempo recorde.

25,1 por 1.000 pessoas ocupadas) no período de 1970/80. Apesar de se ter verificado um ritmo acelerado de mecanização na agricultura brasileira na década de 70, a absorção de tratores beneficiou uma minoria insignificante de estabelecimento em termos numéricos e poucas regiões do País. O processo de tecnificação da agricultura esteve altamente associada com a política de crédito rural a juros subsidiados, na década de 70.

Na tabela 1.6 mostra a participação do crédito rural no produto líquido da agricultura brasileira, na década de 70. Esta participação, apresentou uma crescente proporção com que o crédito rural foi incrementado no valor do produto líquido da agricultura na década de 70, sendo com maior intensidade entre 1971 e 1975. Essa participação crescente ocorreu principalmente para o crédito de custeio (de 0,24 para 0,44 entre 1970 e 1979), mas também para o crédito de investimento (de 0,15 para 0,22 no mesmo período).

Para Guedes et all (1981), o mais importante é estabelecer comparações entre os valores do crédito para a sua aquisição. A partir dos dados disponíveis, foi possível perceber o valor do crédito para fertilizantes, onde representou 90% do valor das vendas de fertilizantes no Brasil, para o ano de 1979; o valor do crédito par defensivos representou mais de 75% do valor total das vendas de defensivos e o financiamento do crédito rural para tratores representou mais de 90% do valor das vendas da indústria de tratores para a agropecuária¹⁸.

Para Kageyama & Graziano da Silva (1983), a presença de juros reais negativos no crédito rural é normalmente apontada com uma arma de dois gumes: de um lado, ela foi responsável pela viabilização do processo de modernização da agricultura brasileira, ao tornar artificialmente mais baratos as máquinas e os insumos modernos; de outro ela tem sido acusada de ser parcialmente responsável pela queda da eficiência da aplicação dos recursos, além de permitir desvios para aplicações mais rentáveis (mercado financeiro, compra de terras etc.).

¹⁸ Kageyama & Graziano da Silva (1983), diz que as comparações apontam a inequívoca correlação existente entre a absorção de tecnologia moderna e a política de crédito subsidiado para a agricultura brasileira.

Tabela 1.6 – Participação do Crédito Rural no Produto Líquido da Agricultura Brasileira, 1970 – 1979.

Ano	Proporção do Produto Líquido		Total de Crédito
	Crédito de Custeio	Crédito de Investimento	
1970	0,24	0,15	0,54
1971	0,23	0,16	0,53
1972	0,26	0,20	0,61
1973	0,29	0,23	0,69
1974	0,33	0,22	0,73
1975	0,45	0,32	1,02
1976	0,40	0,31	0,95
1977	0,33	0,17	0,70
1978	0,35	0,18	0,73
1979	0,44	0,22	0,88

Fonte: Kagcyama & Graziano da Silva (1983).

Na tabela 1.7, mostra o subsídio implícito nos financiamentos rurais para custeio e investimento na década de 70, onde constata que a partir de 1976, com a aceleração inflacionária, as taxa reais de juros do crédito rural decresceram significativamente, aumentando assim o incentivo à sua utilização.

A participação e o crescimento do CAI na década de 70 podem ser apreciados pelos dados da tabela 1.8.

A tabela 1.8 mostra as seguintes observações:

- Período de avanço dos complexos agroindustriais pode ser localizado no início da década de 70, quando as taxas de crescimento dos três grandes setores do CAI ultrapassam 15% ao ano e, considerando toda a década, a indústria para agricultura foi o setor que mostrou o maior dinamismo;

- A produção agropecuária propriamente dita teve uma participação declinante no total do CAI, chegando a representar apenas 38% do valor total produzido pelo CAI, em 1980, indicando a perda do peso da agricultura no total do sistema;
- A indústria para a agricultura (tratores, defensivos, fertilizantes, produtos veterinários, rações etc.) aumentou sua participação no CAI (de 9,3% para 12,7% do total entre 1970 e 1980).

Tabela 1.7 – Estimativa do Subsídio Implícito nas Taxas do Crédito Rural de Custeio e Investimento, Brasil – 1970/80.

Ano	Taxa média nominal de juros ^(a)	Inflação (variação do Índice Geral de Preços)	Taxa real de juros
1970	11,3	19,3	- 6,7
1971	11,3	19,5	- 6,9
1972	12,1	15,7	- 3,1
1973	12,1	15,5	- 2,9
1974	10,8	34,5	- 17,6
1975	10,8	29,4	14,4
1976	10,7	46,3	- 24,3
1977	11,2	38,8	- 19,9
1978	15,0	40,8	- 18,3
1979	18,0	77,2	- 33,4
1980	20,0	110,2	- 43,1

Nota: (a) Considera as despesas de juros efetivamente lançadas nas contas de empréstimos rurais.

Fonte: Kageyama & Graziano da Silva (1983).

Na década de 60, foi construído um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitaram mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura e no lugar que ela passa a ocupar no padrão geral de acumulação do país. Essa

mudança qualitativa concretizou-se nos Complexos Agroindustriais¹⁹ e no processo de integração de capitais intersetoriais com capital financeiro.

Tabela 1.8 – Participação no crescimento do CAI brasileiro na década de 1970.

Anos	Indústria para a agricultura (a)		Agricultura (b)		Agroindústria (c)		CAI	
	Taxa (d)	% (e)	Taxa (d)	% (e)	Taxa (d)	% (e)	Taxa (d)	% (e)
1970	-	9,3	-	40,4	-	50,2	-	100,0
1975	19,7	11,1	15,6	39,4	15,8	49,6	16,2	100,0
1980	7,2	12,7	3,7	38,0	4,3	49,4	4,4	100,0
1970/80	13,5	-	9,5	-	9,9	-	10,1	-

Notas:

- a) Dois sub-setores do setor mecânico; 3 sub-setores da Química; um sub-setor de Produtos Alimentares (rações).
- b) Lavouras, horti-floricultura, silvicultura, produção animal e extração vegetal.
- c) Nove setores agroindustriais (22 sub-setores).
- d) Taxa geométrica anual nos períodos, em porcentagem.
- e) Participação no total do CAI em cada ano, em valor.

Fonte: Graziano da Silva. (1996).

Na análise da tabela 1.9, destaca-se o consumo intermediário na agricultura e o valor bruto na produção, mostrando o crescimento do consumo intermediário como porcentagem do valor bruto da produção agropecuária. Saindo com pouco mais de 10%, em 1949, passando a representar 25% no final da década de 60, saltando para quase 40% em 1980.

Segundo Delgado (1990), o processo de modernização pode ser visualizado pela elevação do consumo intermediário na agricultura, indicando a crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias²⁰.

¹⁹ A idéia de Complexo Agroindustrial, além de identificar as relações técnicas existentes entre os distintos segmentos do sistema, estabelece as relações de determinação, do ponto de vista da dinâmica, e da autonomia relativa entre os elementos que o compõem, Kageyama (1990).

Tabela 1.9 – Consumo Intermediário na Agricultura e o Valor Bruto da Produção. Brasil 1939/80.

Ano	Consumo Interno/ VP (em %)	Taxa Anual de Variação (% ao ano)
1939	10,0	-
1949	11,1	1,0
1954	13,2	3,5
1959	14,3	1,6
1965	21,5	7,0
1968	25,1	5,3
1970	27,6	4,9
1975	34,4	4,5
1980	38,7	2,4

Fonte: Kageyama (1990), ajustamento linear dos dados.

1.3 – A Dinâmica dos anos 80

Graziano da Silva (1993), mostra que a primeira metade dos anos setenta marcou o fim de um período expansivo da economia brasileira que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”, com taxas de crescimento do PIB superior a 10% ao ano e índices de inflação no patamar dos 20% ao ano. As principais políticas implementadas foram a do Governo Geisel (1974/78), apesar das dificuldades enfrentadas com os choques do petróleo, empreendeu vultuosos investimentos, particularmente no setor energético (Proálcool, Programa Nuclear, Hidroelétrica de Itaipu, prospecção de petróleo, etc.)²¹. Procurava-se assim dar seqüência à montagem da estrutura industrial brasileira iniciada no pós-guerra. Mas, no final dos anos setenta, os índices mostravam uma enorme crise que se manifestava nas demais economias

²⁰ Delgado (1990), relata que o consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando a força de trabalho). Inclui as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos.

²¹ Dentro dos marcos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

periféricas, como: a inflação que havia superado o patamar dos 40%, as taxas de crescimento do PIB declinavam ano a ano e a dívida externa já alcançava US\$ 60 bilhões.

Ainda Graziano da Silva (1993), diz que o governo Figueiredo (1979/85)²², assumiu procurando manter os índices de crescimento anteriores, já com as taxas de inflação superior a 100% ao ano, prometendo prioridade à agricultura e total ênfase às exportações, apesar da deterioração da relação de trocas.

Kageyama (1990), mostra que as grandes transformações técnico-econômicas e sociais na agricultura não resultaram da ação “livre” das forças do mercado. O Estado esteve presente em todas as fases do processo, ora criando ele as próprias condições para as transformações (através das políticas de financiamento e tecnológica, por exemplo), ora “amarrando” diversos elementos em torno de um projeto definido de modernização da agricultura brasileiro. O instrumento central dessa intervenção foi a política de financiamento com a criação do SNCR²³, que através da reforma do sistema financeiro, estabeleceu as bases para assegurar que parte dos recursos captados pelos bancos fosse canalizados para o setor agrícola. Com a integração da agricultura ao mercado financeiro, o Estado passou a jogar um papel extremamente relevante na determinação das condições de operação do setor agrícola, uma vez que controlava variáveis básicas que influenciaram as expectativas dos produtos em relação à rentabilidade futura, ou seja, colocando o mercado financeiro como parâmetro básico das tomadas de decisões dos agricultores e empresas operando na agricultura.

Para Kageyama (1990), a política de crédito agrícola contemporânea pode ser dividida em dois momentos:

a) o primeiro momento, que vai da criação do SNCR até o final da década de 70 – A Modernização Compulsória: a principal característica do crédito foi sua amarração direta à utilização de insumos e práticas pré-determinadas pelo Estado de acordo com procedimentos técnicos considerados modernos²⁴. Trata-se do período da “modernização compulsória”. Através da concessão de crédito altamente subsidiado e do subsídio direto ao consumo de alguns insumos, o Estado buscou implantar um padrão técnico-econômico por “cima das

²² Considerado o último dos governos do ciclo militar no Brasil, após o golpe de 1964.

²³ Em 1965 cria-se o novo padrão de financiamento da economia brasileira para dar suporte à modernização da agricultura através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

²⁴ Estas condicionantes incluem desde a utilização de sementes selecionadas e insumos químicos até a adoção de planos de correção do solo.

condições de mercado” e transformá-lo no padrão dominante, modificando assim as próprias condições de concorrência e funcionamento dos mercados;

b) o segundo momento define-se a partir de 1979, quando as mesmas variáveis que permitem a rápida expansão do volume de crédito determinaram sua retração – A Crise do Padrão de Financiamento Agrícola e a Integração da Agricultura ao Mercado Financeiro em Geral: a política de financiamento entrou em crise, reduzindo substancialmente e rápido os recursos disponíveis como nas mudanças das regras e condições de operação do crédito agrícola. Entre 1979 a 1984, o volume de crédito foi reduzido em mais de 50%, afetando todos os itens²⁵.

Kageyama (1990), mostra que nos anos de 1980 e 1981, o subsídio atingiu seu maior valor para uma taxa de juro fixada em 45% a. a., com inflação de 100,2% e 109,9% a. a., respectivamente. Isso estabelece que, a partir de 1984/85 a taxa de juro cobrada tornou-se positiva pela primeira vez desde a criação do SNCR (3% a. a. + variação integral das ORTNs²⁶). Isto significa que o capital produtivo aplicado na agricultura passou a enfrentar as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral, cuja valorização passou crescentemente para o circuito financeiro devido as condições oferecidas pelo mercado da ORTNs.

Ainda Kageyama (1990), com a retração do crédito e a mudança nas condições de funcionamento do SNCR, o quadro muda radicalmente. De um lado, a remuneração do crédito aproximou-se bastante das condições vigentes no mercado financeiro em geral; de outro lado, os produtores passaram a ter que bancar parte dos gastos e quase a totalidade dos investimentos. Estas modificações ocorreram em um contexto extremamente desfavorável para a agricultura. De um lado, os reflexos do segundo choque do petróleo; de outro lado, o mercado internacional entrava em uma conjuntura desfavorável, particularmente o complexo de soja, e o mercado interno sentia o efeito da queda do poder de compra da população e em seguida os efeitos da própria recessão.

Para Graziano da Silva (1993), essas condições macroeconômicas foram desfavoráveis para a economia. Tais condições:

- A crise externa do petróleo de 1979;

²⁵ Em 1984, o valor do crédito de investimento foi pouco superior a um quinto do registrado em 1979 e a participação no crédito total reduziu-se a penas 9,9% do crédito total (em comparação com 19,5% de 1979); entre 1980 e 1984, a redução do crédito de custeio foi da ordem de 40% e a do crédito de comercialização chegou perto de 70%.

²⁶ Para Sandroni (2001) ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Títulos negociáveis da dívida pública, de prazo fixo, emitido pelo governo federal, que rende juros e correção monetária mensal de acordo com os índices oficiais de inflação.

- A crise financeira mundial, afetando as economias em desenvolvimento, caso específico do México que pediu moratória em 1882;
- Redução de safras agrícolas para os anos de 1978, 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983.

A tabela 1.10, mostra a taxa real de variação do produto interno bruto e a inflação acumulada no ano, onde, como se pode ver que o ano de 1983 repete as taxas negativas de variação do PIB industrial de 1981, agora também na agropecuária; as taxas inflacionárias saltam para 160% ao ano e a dívida externa se aproxima dos US\$ 100 bilhões.

Tabela 1.10 – Taxa de Variação do Produto Interno Bruto (PIB – % a. a.) e Inflação Acumulada no Ano – Brasil (%).

Ano	Total	Taxa de Variação			Inflação (IGP/DI da FGV)
		Indústria	Agropecuária	Serviços	
1980	9,1	9,1	9,6	8,7	100,2
1981	- 4,4	- 8,8	8,0	- 2,2	109,9
1982	0,6	0,0	- 0,5	2,0	95,4
1983	- 3,4	- 5,8	- 0,6	- 0,8	154,5
1984	5,3	6,6	3,4	4,1	220,6
1985	8,0	8,3	10,0	6,5	225,5
1986	7,5	11,8	- 8,5	8,2	124,3
1987	3,6	1,1	14,9	3,3	228,7
1988	- 0,1	- 2,6	0,6	2,4	1037,6
1989	3,2	3,0	2,5	3,6	1782,9
1990	- 4,0	- 8,9	- 4,4	- 0,7	1478,7

Fonte: Graziano da Silva (1993).

Graziano da Silva (1993), relata que o ano de 1984 mostrou as maiores mobilidades populares que o país já conheceu na sua história: era a campanha pelas eleições diretas para presidente. Abria-se assim, o caminho para uma recomposição política com os setores da

oposição considerados “responsáveis”²⁷. Sarney toma posse no início de 1985, em consequência da morte de Tancredo Neves, buscando legitimar-se mantendo alguns compromissos assumidos publicamente desde a campanha pelas eleições diretas, ao mesmo tempo em que procurava recompor o governo com suas próprias forças políticas. O plano cruzado²⁸ lançado em 1986 criou a expectativa de que se concretizaria finalmente a promessa assumida da “Nova República”. Com o seu fracasso em menos de um ano depois, bem como o dos demais planos que se sucederam, acabaram gerando uma instabilidade econômica nunca vista no país. No final do governo Sarney, a falta de legitimidade deixava à política econômica apenas a solução de “empurrar com a barriga”, aguardando as eleições presidenciais de 1989. Por tanto, ficava par o novo governo eleito à missão de propor um novo projeto de desenvolvimento para o país. Terminava, assim, com novas esperanças e frustrações, os anos oitenta.

Os gastos do governo na agricultura na década de 80, como mostra a tabela 1.11, onde, pode-se ver que foi um acompanhamento do movimento recessivos, ao contrário do que se deveria esperar, reduzindo-se drasticamente até 1983/84. Em 1985, no governo Sarney, iniciava-se a recuperação dos gastos governamentais com o crescimento das contas relativas aos estoques reguladores e às aquisições do governo Federal (AGF) para dar sustentação à Política de Preços Mínimos.

O ano de 1987 representa o pico dos dispêndios do governo federal na função agricultura, ano em que o programa ultrapassou US\$ 7,6 bilhões. Esse programa que representou sempre mais de 70% das aplicações do governo federal durante a década, perde importância a partir de então, reduzindo sua participação para cerca de 30% no ano de 1990. É essa queda nos dispêndios efetivos das principais contas que compõem o Programa de Abastecimento (trigo, estoques regulares, política de garantia de preços mínimos, açúcar e café) que permite entender claramente o sentido da “Nova Política” liberal adotada pelo governo Collor para o campo, Graziano da Silva (1993).

²⁷ Era a “transição possível”, articulada para eleger por via indireta Tancredo Neves, carregando como vice José Sarney, que até meses antes havia sido o presidente do partido governista.

²⁸ O Programa de Estabilização Econômica – mais conhecido por Plano Cruzado – decretado em 28/02/86 apoiou-se em dois instrumentos fundamentais: a desindexação e o tabelamento de preços pelo prazo de um ano. Com essas medidas, esperava-se reduzir a inflação e retomar o crescimento econômico.

Tabela 1.11 – Dispêndio do Governo Federal na Função Agricultura ^(a) 1980/90.

Anos	US\$ milhões de 1990	Índice
1980	4.864	100
1981	3.294	68
1982	3.289	68
1983	1.438	30
1984	1.986	41
1985	4.144	85
1986	7.332	151
1987	10.163	209
1988	8.264	170
1989	5.457	112
1990	6.272	129

Nota: (a) Excluídas despesas que fazem parte dos orçamentos das estatais (ex.: eletrificação rural), as pensões e aposentadorias da Previdência Social, os gastos com educação rural e os fundos constitucionais.

Fonte: Graziano da Silva (1993).

Para Delgado (1988) et alli Graziano da Silva (1993), reforça que as condições de financiamento da dívida externa dos países latino-americanos, ocorrida após a moratória no México em 1982, levou esses países à busca de políticas que lhes garantissem saldos comerciais crescentes para cobrir os custos da dívida, haja visto o refluxo observado no movimento dos capitais internacionais. A política brasileira desse período buscou esses saldos comerciais crescentes basicamente através do setor agrícola e dos ramos agroindustriais processadores, conforme a tabela 1.12 que mostra o balanço comercial da agricultura e serviço da dívida externa. A partir de 1983 o saldo do comércio agrícola eleva-se substancialmente, passando a representar, entre 1983 e 1985, algo em torno de 75% dos juros brutos da dívida externa.

Delgado (1988) et alli Graziano da Silva (1993), diz que esses elevados saldos revelam a enorme potencialidade de criação de excedentes exportáveis por parte do setor agrícola²⁹. Esse fato ocorreu, por um lado, devido à redução das importações de insumos e bens de capital, impondo uma penosa recessão ao setor industrial; de outro, reflete a redução na massa de salários que “libera excedentes para exportação, via redução do consumo *per capita* de alimentos básicos”.

Delgado (1988) et all Graziano da Silva (1993), diz que foi praticado, ao lado da produção agrícola, uma política agressiva de preços e contencionista de crédito, levando a proteção da rentabilidade para determinados segmentos empresariais. Tal política expressou em:

- a) duas maxidesvalorizações cambiais (em fins de 1979 e em fevereiro de 1983), que elevaram os preços relativos dos chamados exportáveis (...);
- b) modificações na sistemática de garantia dos preços mínimos, a partir de 1981, introduzindo indexação combinada com sua elevação em termos reais;
- c) concessão de crédito de custeio a taxas reais de juros negativos, mantendo-se a oferta de fundos relativamente estável ou ligeiramente declinante entre 1980 e 1984;
- d) queda acentuada na concessão de crédito para investimento e elevação das taxas nominais de juros.

Kageyama (1990), relata que é através do capital industrial processador que se viabiliza a integração nos CAIs. No Brasil não houve um aprofundamento da produção de massa apesar da longa duração do predomínio da indústria de bens tradicionais. Outro aspecto está inserido na comparação do Censo de 1949 com o de 1959, onde se verifica que a participação da agroindústria no total do valor da Transformação Industrial no primeiro ano era de 54,2%, enquanto o emprego agroindustrial totalizava 55,7%. Dez anos mais tarde a participação da agroindústria no Valor da Transformação Industrial se reduz para 47,1% e no emprego para 51,9%, notando-se uma reestruturação interna da agroindústria, com os

²⁹ Delgado (1988) et alli Graziano da Silva (1993), mostra que a partir de 1985 há uma queda generalizada dos preços das *commodities* no mercado internacional, significando que o crescimento dos saldos em valor revela um crescimento muito maior dos volumes físicos de produtos agrícolas e agroindustriais exportados.

subsetores mais dinâmicos como papel e papelão, borracha etc. ganhando terreno em relação aos setores tradicionais de alimentos e têxteis³⁰.

Tabela 1.12 – Balaço Comercial da Agricultura e Serviço da Dívida Externa – Brasil 1977/79, 1980/82, 1983/85 e 1986.

Discriminação	1977/79	1980/82	1983/85	1986
1 – Exportações totais: (X)	13.341,2	20.200,2	24.847,9	22.393,3
2 – Importações totais: (M)	16.029,2	23.369,6	15.447,4	15.557,2
3 – Exportações agrícolas (Xa)	7.826,6	10.021,0	10.7499,2	8.540,0
3.1 - % Participação no total	58,7%	47,3%	43,3%	38,1%
4 – Importações agrícolas: (Ma)	2.987,2	3.977,9	3.2.545,2	3.738,8
4.1 - % Participação no total	18,6%	17,0%	16,5%	24,0%
5 – Saldo comercial				
5.1 – Saldo total (X – M)	-2.688,0	-2.169,4	9.400,5	6.836,1
5.2 – Saldo agrícola: (Xa – Ma)	4.839,4	6.043,1	8.204,0	4.801,2
6 – Serviço da dívida (total)	9.077,0	17.571,0	14.453,0	n. d.
6.1 – Juros brutos	3.718,0	10.104,0	10.935,0	n. d.
6.2 – Saldos agrícolas sobre juros brutos (5.2/6.1)	1,30	0,60	0,75	n. d.

Fonte: Delgado (1988) et alii Graziano da Silva (1993).

Kageyama (1990), destaca que segundo os censos, a participação da agroindústria processadora se reduz a 30,8%, 25,4% e 21,0% para 1960, 1970 e 1974, respectivamente. O pessoal ocupado e o número de estabelecimentos a redução é menos acelerada, mostrando a importância do setor agroindustrial, onde há a incidência de processos de produção tradicionais ou intensivos em mão-de-obra.

³⁰ Para Kageyama (1990), estas mudanças na orientação do setor agroindustrial correspondem também a uma fase de grande internacionalização de ativos justamente nos subsectores mais dinâmicos. Neste período a entrada do capital estrangeiro em alguns ramos do subsector de alimentos, moagem, fumo, carnes, laticínios etc. já vai permitir o ensaio de alguns movimentos de integração indústria-agricultura em substituição à integração agricultura-indústria até então dominante.

Para Kageyama (1990), a agroindústria representava em 1975 pouco mais de 20% do valor da produção global da indústria de transformação no Brasil, embora entre 1949 e 1970 a agroindústria tenha crescido a ritmo inferior ao do total da indústria (6,0% e 8,2% ao ano, respectivamente, para o valor da produção). No período de 1970/80, a agroindústria como um todo expandiu em cerca de 45% seu valor real da produção, em 22% o pessoal ocupado em apenas 0,9% o número de estabelecimentos, refletindo um aumento de tamanho médio das empresas do setor, ao lado de um crescimento da produtividade, movimentos que seguramente estão associados a um processo de oligopolização de vários segmentos da agroindústria.

Kageyama (1990), relata que uma das conseqüências mais importantes da modernização da agroindústria processadora³¹, é a definição de uma nova articulação agricultura-indústria, uma articulação diferente daquela apresentada para o início do século³². São capitais industriais, muitos transnacionais, que aproveitando-se das políticas estabelecidas pelo Estado, buscam integração com a agricultura e até mesmo com a produção de bens de capital e insumos com o objetivo de se valorizar. Dentro desta nova articulação a agroindústria passa a colocar, de forma sistemática, novas demandas sobre a agricultura³³, que modificam e condicionam a própria forma de produzir.

Kageyama (1990), relata que estes fatos são conseqüências diretas dos direcionamentos e estímulos do Estado à mercê das pressões exercidas pelas frações de classes com maior influência no aparelho de Estado. Nesta ótica, usaram-se os principais instrumentos da política agroindustrial em dois blocos interligados: políticas de capital de giro e políticas de capital fixo. Para o capital de giro das empresas, usou-se a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo (PGPM) que surge com a criação da CFP³⁴. Entretanto, desde o princípio os Empréstimos do Governo Federal tinha um objetivo, o comerciante e a

³¹ Kageyama (1990), processo encetado pelos movimentos de concentração e centralização do capital nos anos 60 e 70.

³² A articulação antes era feita "para frente" da agricultura para a indústria, através da verticalização de capital agrários ou comerciais. Kageyama (1990).

³³ Tais como tipo de produto, especificação sanitárias, prazos de entrega etc..

³⁴ Companhia de Financiamento da Produção, criada em 1943, tendo os seus preços mínimos fixados somente em 1951.

agroindústria³⁵. A agroindústria se utilizou mais de 75% dos EGF na comercialização de algodão, mamona e amendoim e em torno de 35% no caso de soja e arroz.

Kageyama (1990), mostra que as operações de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF) têm uma importância fundamental para a indústria agroprocessadora³⁶. Estas contingências demonstram são os próprios setores agroindustriais e os *lobbies* organizados que controlam a política do próprio governo. Para reforçar ainda mais são criados, a partir de 1964, após o golpe militar, quando o governo define com clareza o projeto de modernização da agricultura e agroindústria, são criados vários fundos de apoio, tais como o FNRR (Fundo Nacional de Refinanciamento Rural), o FUNDECE (Fundo de Democratização do Capital de Empresas), o FFAMEI (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais) e o FIBEP (Fundo de Financiamento à Importação de Bens de Capital). Em 1965 são regulamentados o FUNAGRI (Fundo Geral para a Agricultura e Indústria), que reunia o FUNDECE, o FIBEP e o FNRR. Este fundo passa a ser administrado pelo Banco Central. Com a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), que viria ser a mola mestra de toda a política voltada ao setor rural. Outros projetos foram criados articulando o processo da agroindustrialização.

Na década de 80, à medida que se reduzem os subsídios implícitos do crédito rural, tem início uma retomada da criação de Fundos Especiais. Com isto se intensifica o movimento em torno de privilégios especiais, com a criação a partir de 1982 do FNRI (Fundo Nacional de Refinanciamento da Indústria), incorporando programas como COREX, PAGRI e PRODAGRI, além de abrigar outros menores, antigos e novos, como o POLAMAZONIA, POLONORDESTE.

Kageyama (1990), relata que na década de 80 cresce a importância das Reservas Monetárias de Contingência utilizadas pelo Banco Central para socorrer instituições financeiras e fazer face a eventuais calamidades e outras necessidades colocadas pelo governo. Foi instituídos outros fundos que foram administrados pelo Banco do Brasil e o BNDES, com os mesmos objetivos, ou seja, auxiliara na modernização do meio rural. Além dessas linhas de financiamento, o Estado acionou a política fiscal e outras medidas, tais como

³⁵ Kageyama (1990), relata que em 1962 o governo Goulart procurou restringir os preços mínimos aos produtores e cooperativas, mas o comércio reagiu e após o golpe de 1964, este dispositivo foi revogado.

³⁶ Na safra, a indústria toma um EGF junto à rede bancária a fim de compor estoques. A taxa de juros utilizada na transação financeira é a mesma para o crédito rural, portanto, abaixo dos juros de mercado. De posse dos recursos a empresa a matéria prima do produtor pagando-lhes, ao menos, o preço mínimo. Após o processo, o produto é vendido no mercado interno ou externo aos preços de mercado, liquidando-se finalmente o empréstimo junto à rede bancária.

a definição de cotas de exportação, confisco cambial, tabelamento de preços, para o processo industrial de produtos agropecuários.

Outro destaque são os complexos agroindustriais, que segundo Kageyama (1990), na década de 70 foi que começaram a ensejaram a constituição destes complexos, através da internalização da indústria de máquinas e insumos agrícolas, à modernização e expansão do parque agroindustrial, através de um aparato de políticas econômicas voltadas à “soldagem” dos componentes dos CAIs (agricultura e indústria a montante e a jusante), significando que no novo padrão que emergiu em fins da década de 60 a dinâmica agrícola não podendo ser mais explicada pela segmentação “mercado interno x mercado externo”, porque esses mercados gerais deixaram de ser o elemento-chave do próprio funcionamento para dar lugar aos complexos agroindustriais e com eles às garantias de mercado para as indústrias de máquinas e insumos agrícolas, à exportação de produtos de capitais sob o domínio do capital financeiro. Nesse aspecto, pode-se dizer que o setor agrícola mais recente é formado pelo menos por 4 segmentos diferenciados, de acordo com a figura 2:

- a) O segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por complexos agroindustriais completos, ou seja, complexos com três “pés” – a indústria a montante, a produção agrícola (ou pecuária) e a agroindústria processadora. Destacando que esse processo não pode ser visto unicamente isolando o produto agrícola, mas é o conjunto integrado de atividades que tem ritmo próprio e estratégias de crescimento combinadas;
- b) Um segmento plenamente integrado à frente, isto é, às agroindústrias processadoras e que, embora altamente tecnificado, não mantém vínculos específicos com as indústrias a montante – pode-se dizer que aqui se encontram os CAIs “incompletos”. Neste segundo caso a indústria a montante não se encontra especificamente ligada num tripé, mas funciona como setor genérico de oferta de equipamentos e insumos agrícolas³⁷;
- c) Um conjunto de atividades modernizadas que dependem do fortalecimento de máquinas e insumos extra-setoriais, mas sem estabelecer soldagens especiais nem “para frente” nem “para traz”, isto é, sem tomar a forma de complexos;

³⁷ As idéias de “complexos” fica aqui restrita às inter-relações agricultura-agroindústria de processamento, aí sim havendo uma dinâmica integrada. Pode-se dizer que aqui se encontram os CAIs “incompletos”, isto é, com soldagens específicas “para frente”, porém sem soldagens específicas “para trás”, embora as ligações intersetoriais (mesmo para trás) sejam mais ou menos fortes e irreversíveis. Kageyama (1990).

d) Finalmente, há um conjunto de atividades agrícolas onde ainda prevalece em bases quase que artesanais, isto é, o “resto” da agricultura, ainda não modernizado nem com ligações intersetoriais fortes.

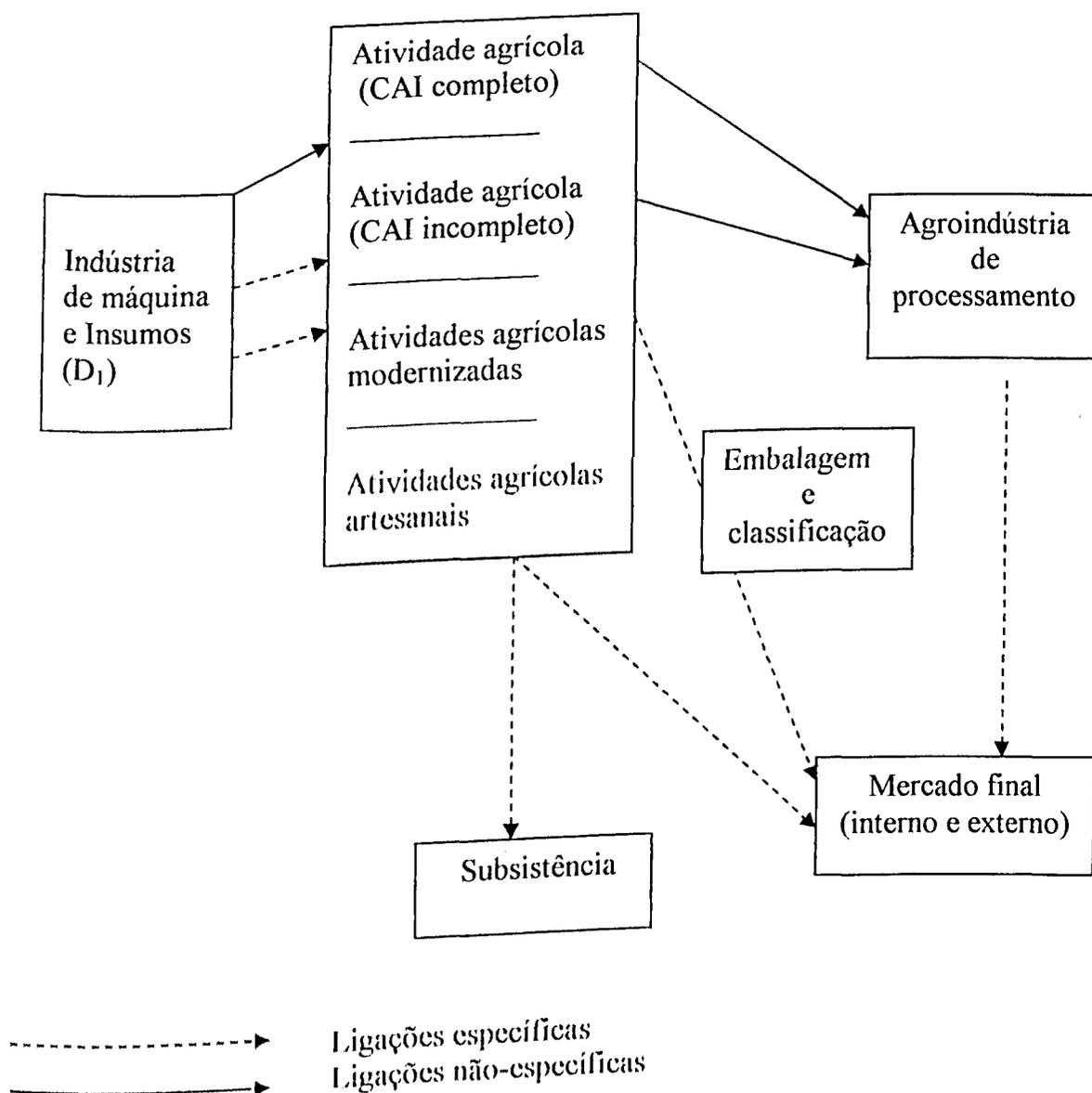


Figura 2: A Segmentação da Agricultura

Fonte: Kageyama (1990).

Para Graziano da Silva (1993), de acordo a modernização da agricultura, na década de oitenta, continuou no período de 1980/85, sendo o seu ritmo mais lento quando comparado aos quinquênios anteriores. Há quatro razões que expliquem essa redução do ritmo de modernização da agricultura brasileira. A primeira é a própria recessão que se abateu sobre a

economia brasileira como um todo a partir do final dos anos setenta. A segunda é a redução explícita dos incentivos creditícios à modernização, traduzida não apenas pela eliminação das taxas de juros reais negativos do crédito rural, mas principalmente pela redução drástica dos recursos para os financiamentos agropecuários, especialmente para investimentos, como mostra a tabela 1.13 onde mostra alguns indicadores do comportamento da agricultura brasileira. Uma terceira razão tem a ver com o caráter profundamente desigual e excludente do processo de modernização da agricultura brasileira. É que com os níveis absolutos mais elevados alcançados pela região Sul e por São Paulo, obviamente o ritmo de crescimento tende a ser menor, significando basicamente que o processo de modernização da agricultura brasileira já incorporou outras formas de produzir³⁸.

Tabela 1.13 – Indicadores da Evolução da Agricultura Brasileira, 1970/85.

Indicadores	1970	1975	1980	1985
Milhões ha de área total	294	323	370	376
Mil tratores	166	323	545	652
Milhões ha de lavouras	34	40	49	52
Números de estabelecimentos com trator (%)	2,4	4,3	7,0	7,2
Pessoas ocupadas/ trator	10,6	63	39	36
Área lavouras/ total (%)	11,6	12,3	13,5	13,9
Pastos plantados/ total (%)	10,1	12,3	16,6	19,2
Crédito investimento (índice)	23	100	51	19
Crédito custeio (índice)	28	100	136	95
PIB agrícola (índice)	81	100	128	126

Fonte: Graziano da Silva (1993).

³⁸ Graziano da Silva (1993), faz uma crítica à forma da modernização, mostrando que os trabalhadores incorporam "mais aptos" (se quisermos dar um nome às modernas empresas agropecuárias capitalistas do Centro-Sul do país), excluindo os "demais", que representa 93% da população que não têm tratores, por exemplo, representando a grande maioria dos pequenos produtores de todo o país, em particular das regiões Norte e Nordeste.

Uma quarta razão seria a mudança no padrão de modernização da agricultura que está se gestando a nível mundial, ou seja, os anos oitenta mostraram que a agricultura dos países desenvolvidos passou a incorporar de forma crescente as chamadas novas tecnologias, quais sejam, a informática, a microeletrônica e as biotecnologias. Assim, o parque de máquinas existentes não cresce mais significativamente em termos numéricos, mas as “novas” máquinas e equipamentos trazem embutidos componentes novos – a microeletrônica embaçada – que melhoram a *performance* dos tratores e colheitadeiras, bem como permitem automatizar algumas operações, como é o caso da irrigação, para ficar com a prática hoje mais difundida. Da mesma forma, o consumo de produtos químicos chega até mesmo a se reduzir quanto da introdução dos “novos seres vivos”, filhos da engenharia genética, que têm menor necessidade de defensivos e/ou maior resposta aos fertilizantes.

Graziano da Silva (1993), relata que as comparações qualitativas disponíveis apontam para seletividade ainda maior dos seus adotantes, quando comparadas com a Revolução Verde, que se baseava na mecanização, na genética e nos químicos. A “terceira revolução agrícola”, do microcomputador, dos bancos de dados e telecomunicações, da robótica, das transferências de embrião, da engenharia genética e do cultivo hidropônico, já não é hoje apenas uma promessa, ou seja, sua difusão – como acontece nos países desenvolvidos – restringe-se a um grupo seletivo de “inovadores”, em geral propriedades de grandes grupos econômicos de alcance internacional que tiveram acesso a essas novas tecnologias em outros ramos da produção e tratam de aplicá-las na agropecuária.

1.4 – A Dinâmica dos anos 90

Para Graziano da Silva (1993), a década de noventa é marcada com a entrada de um presidente da república eleito pelo voto direto, com uma proposta de combate à inflação, estabelecendo o chamado Plano Collor, em março de 1990, onde atingiu em cheio, mais uma vez a comercialização da safra. De um lado, o seqüestro dos recursos financeiros deixou a maioria dos agricultores com dificuldades para dar continuidade até mesmo às atividades da colheita. De outro, a correção dos financiamentos rurais (pela variação do IPC de março = 84%) muito acima dos preços mínimos (pela variação da BTN de março = 42%) impediu que

os produtores pudessem saldar suas dívidas com os cruzados bloqueados³⁹. As novas medidas econômicas anunciadas, através das Diretrizes Econômicas para a Agricultura, estabelecia a nova política agrícola composta de:

- a) Uma nova política de investimentos;
- b) Uma nova política de preços;
- c) Um programa de competitividade agrícola;
- d) Um programa de regionalização da produção.

Segundo Graziano da Silva (1993), diz que as únicas medidas que foram de fato implementadas dizem respeito às novas regras para o crédito rural e para os preços mínimos. A primeira amostra foi que o crédito rural manteve-se basicamente a mesma sistemática anterior de corrigir os empréstimos pela inflação passada e de fixar os limites de recursos emprestados em função do tamanho do produto, aumentando a parte do financiamento contratado livremente às taxas de mercado, facilitando ao sistema bancário na prática de “taxa média de juros” para os empréstimos rurais bastante elevadas que nos anos anteriores. Quanto aos preços mínimos, as alterações foram mais profundas: houve uma regionalização, de modo a descontar o valor do frete entre os locais de produção e de consumo. O objetivo básico dessa regionalização era evitar aquisições significativas por parte do governo e, simultaneamente, estimular a transferência das agroindústrias para a proximidade das áreas produtoras. Foi eliminada, também, a correção mensal dos valores fixados, mantendo-se apenas a correção com base na variação d inflação passada na época da aquisição, contribuindo decisivamente para a redução dos preços mínimos, forçando para uma queda ainda mais acentuada dos preços pagos aos produtores ao longo do ano de 1990, criando uma situação paradoxal, queda na produção e queda nos preços recebidos.

Graziano da Silva (1993), relata que a proposta utilizada para implantar essa “nova política agrícola” era de ordem liberal, ou seja, reduzir a intervenção do Estado nas agroindústrias, deixando as forças de mercado livres para reorganizar a distribuição espacial da produção. Isto mostra a falta de caixa para o governo assegurar os recursos necessários tanto ao crédito rural como para aquisições significativas de produtos que permitissem recompor os seus estoques reguladores. Nesta proposta da “nova política agrícola” uma série de atos administrativos que terminaram por desmontar o que restava do precário aparelho

³⁹ Esse impasse só seria rompido com o anúncio, em agosto, das Diretrizes de Política Econômicas para a Agricultura.

governamental voltado para o setor. A comissão de Financiamento de Produção (CFP), a Cibrazem, e a Cobal foram fundidas em uma Companhia Nacional de Abastecimento, subordinada ao Ministério da Economia. Foram extintos o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Instituto Brasileiro do Café (IBC), a Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, sem que suas atribuições fossem transferidas para outros órgãos.

Graziano da Silva (1993), aponta os impactos desastrosos dessa “política neoliberal” sobre o setor agropecuário na safra 89/90:

a) a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de - 4,4% (como mostra a tabela 1.10), com que as lavouras, como subsectores mais sensíveis à variação conjuntural das medidas de política agrícola, apresentou uma queda de 11,1%, a maior quebra de safra de toda a década, superior até mesmo à de 1985/86, provocados por secas e inundações, afetando a região centro-sul do país causando perda de 10%;

b) o rendimento físico de produtos importantes, tais como arroz, feijão, laranja, soja, milho e trigo, que vinham apresentando um crescimento significativo e sustentado, ano após ano, desde a safra de 1985/86, voltou a apresentar quedas substanciais, sugerindo uma “reversão tecnológica” nesse ano;

c) a venda de tratores, que vinha caindo desde o Plano Cruzado e atingiu somente 35 mil unidades em 1989, recuou para 27.466 em 1990; o consumo de fertilizantes diminuiu cerca de 7% em 1990 (depois de ter apresentado uma queda de 9% em 1989); e a demanda de calcário ficou reduzida em 35% aproximadamente.

Para Kageyama (1997), as características da economia agrícolas em 1992 e 1997, foram importantes, onde apresentou o seguinte quadro de mudanças da economia brasileira no período. No período 1992-1997 a economia brasileira pode ser analisada em dois sub-períodos: antes e depois do Plano Real, de julho de 1994⁴⁰.

“A partir do Plano Real a dinâmica da economia brasileira vem sendo condicionada por dois fatores: de um lado, a estabilidade monetária, e de outro lado, a política econômica do Real. A estabilidade provocou uma profunda transformação do contexto macroeconômico em relação ao período anterior, caracterizado (...) pela grande instabilidade monetária que afetava e

⁴⁰ A síntese do comportamento da economia brasileira no período foi extraída de Kageyama (1997 e 1998).

contaminava todos os setores da economia. (...) Em certa medida estes ajustes em comportamento, expectativas, nível de investimentos, nível de emprego etc. são responsáveis pela evolução da economia no último biênio”.

“O outro elemento que tem condicionado a dinâmica da economia é as políticas econômicas, cujo principal objetivo vem sendo a manutenção da estabilidade monetária, ainda que às custas do comprometimento, pelo menos no curto prazo, de outras metas explícitas do atual governo, como a geração de emprego, apoio à agricultura e melhoramento dos serviços públicos de saúde e educação. Não tendo logrado realizar de forma rápida e completa as reformas do Estado e fiscal, a manutenção e consolidação da estabilidade sustentaram-se, inicialmente, em uma radicalização do processo de abertura comercial e a partir de 1995 na reafirmação da política cambial (âncora cambial) e na aplicação de uma política monetária extremamente rígida (âncora monetária), que reduziu fortemente a liquidez e elevou as taxas de juros a níveis elevadíssimos”. Kageyama (1999: 2).

Para Kageyama (1997), entre 1992 e 1994 teve início o processo de recuperação do PIB após um triênio de recessão econômica (1990-92) em que o produto havia decrescido em média 1,6% ao ano; em 1993 o PIB cresceu 5,0%, e em 1994 a taxa foi de 5,8%, os dois maiores valores observados desde 1985/86. Mas a inflação acumulada entre 1992 e junho de 1994 também batia recordes na história econômica brasileira: o IGP-DI cresceu 1.157,8% em 1992, 2.708,2% em 1993 e 763,1% no primeiro semestre de 1994, totalizando mais de 5.000% no ano que precedeu a implementação do Plano Real.

No segundo semestre de 1994 a inflação já caía para 17%, e para menos de 15% no ano de 1995, para 9,3% em 1996 e 7,5% em 1997. Além de todos os componentes macroeconômicos, especialmente a abertura comercial e a valorização cambial, que garantiram o sucesso do plano, deve ser lembrado:

“O papel da ‘âncora verde’, ou seja, o comportamento dos preços agrícolas que, apesar do aumento da demanda de alimentos, mantiveram-se baixos e funcionaram como um fator amortecedor de elevações localizadas de preços em outros setores”. Kageyama (1999:3).

A agricultura evoluiu de forma instável na década de 90: em 1992 a produção agropecuária expandiu-se 4,9%, caindo 1% no ano seguinte, devido principalmente à retração da produção de algodão, feijão, milho, trigo, cana, laranja e leite; em 1994 o PIB agrícola voltou a crescer, ultrapassando a taxa de 5%, continuando a crescer nos dois anos seguintes (4,1% em cada ano), mas reduzindo o ritmo de expansão em 1997 (2,7%). O Plano Real afetou o setor agrícola de maneira contraditória, como aponta Kageyama (1997):

“Em 1995 o setor registrou os impactos do Plano Real e da recém adquirida estabilidade monetária. De um lado este impacto foi positivo, pois (...) cresceu significativamente o consumo de alimentos no mercado interno, criando assim condições aparentemente favoráveis para a expansão da produção agropecuária. (...) De outro lado, a política econômica do Plano Real teve também vários aspectos negativos para a agricultura”. Kageyama (1999: 3).

Entre os aspectos negativos mencionam-se: a sobrevalorização cambial, o impacto da política monetária, que elevou substancialmente as taxas de juros, e a política comercial, com redução e eliminação de tarifas, permitindo a importação de produtos agrícolas a preços mais baixos. Mesmo assim, como resultado do conjunto de fatores positivos e negativos, a produção de grãos passou de 67.626 mil toneladas em 1992 para 79.376 mil toneladas em 1995 e 72.986 mil em 1996, Kageyama (1997).

Os principais gargalos enfrentados pela política agrícola no período pós-Real, segundo Kageyama (1997), estiveram na exaustão do crédito rural, sobretudo para o pequeno produtor, na falência do PROAGRO e na perda de credibilidade dos preços mínimos. Ainda assim, de 1994 a 1997, o PIB agrícola aumentou 11%, exatamente a mesma variação experimentada pelo PIB total. A tabela 1 mostra alguns indicadores macroeconômicos para o período. O PIB *per capita*, que em 1992 estava em nível bastante baixo, cresceu 7,8% entre 1992 e 1994 e mais 5,9% desse ano até 1997, em decorrência da recuperação econômica no período, como mostra a tabela 1.14.

Para Kageyama (1997), mostra que se a estabilidade monetária foi um efeito inegável da política econômica do real, também é verdade que ela foi sustentada, em parte, às custas do comprometimento de certas metas, como a geração de emprego e os serviços públicos de saúde e educação. Vários fatores contribuíram para o crescimento do desemprego durante o Real:

Para a população agrícola, a retração das atividades tradicionalmente geradoras de emprego e a saturação dos mercados informais de trabalho representaram uma grande redução de postos de trabalho nos anos 90, que só não foi pior graças à expansão das atividades não-agrícolas e não tradicionais no meio rural, Graziano da Silva (1999).

Os indicadores da distribuição de renda e pobreza no Brasil também refletiram as mudanças econômicas e a recuperação em meados desta década⁴¹.

Tabela 1.14 – Taxas de variação do PIB, PIB *per capita* e taxas de inflação – Brasil de 1991 a 1997.

Ano	PIB taxa real (%)			Inflação (%) (IGP – DI, dez/dez)
	Total	Agricultura	PIB <i>per capita</i>	
1991	1,03	1,37	- 0,6	480,2
1992	- 0,54	4,89	- 2,1	1.157,8
1993	4,92	- 0,07	3,4	2.708,2
1994	5,85	5,45	4,3	1.093,9
1995	4,22	4,08	2,8	14,8
1996	2,76	4,06	1,4	9,3
1997	3,68	2,69	1,6	7,5

Fonte: Kageyama (1997)

Kageyama (1997), mostra que o rendimento familiar médio havia caído 30,5% em termos reais entre 1989 e 1992, ano em que se mostrou excepcionalmente baixo (o mínimo observado desde 1979), e a proporção de famílias pobres (com renda abaixo de dois salários mínimos equivalentes ao de agosto de 1980) aumentou de 0,414 para 0,491 nesse período. Entre 1992 e 1995 os movimentos se invertem: o rendimento médio se recupera (mais 37,6%), quase atingindo o valor real de 1989, e a proporção de famílias pobres cai para 0,407. No ano seguinte a renda média cresce mais 9,8% e a proporção de famílias pobres baixa para 0,379, o menor valor observado desde 1979, excluindo o ano do Plano Cruzado (1986). Em 1997 esse movimento de melhoria da renda familiar parece dar sinais de estar perdendo

⁴¹ As informações a respeito deste assunto foram extraídas de Hoffmann (1998a).

fôlego, com a renda média caindo 9,4% e a medida de pobreza voltando a crescer um pouco (0,409). Como observa Hoffmann (1998a: 206):

“Enquanto os efeitos benéficos do Plano Cruzado se mostraram efêmeros, com a pobreza em 1987 aumentando para um nível semelhante ao observado em 1985, a redução da pobreza em 1995 se mostra comparativamente mais duradoura, com as medidas de pobreza permanecendo relativamente estáveis entre 1995 e 1996. Note-se, entretanto, que em 1997 todas as medidas de pobreza calculadas são maiores do que em 1995”. Kageyama (1999: 5)

Hoffmann (1998a), chama a atenção para o fato de que o grande de crescimento das rendas média e mediana entre 1993 e 1995 pode ser devido, em parte, ao deflator utilizado (o INPC), que não teria captado apropriadamente a inflação por ocasião da criação do Plano Real. As variações de renda nos domicílios agrícolas, devem ser interpretadas, portanto, como parte desse movimento mais geral das rendas observado entre os anos de 1992 e 1997.

Como destaca Delgado (1988), a mudança nas condições de financiamento da dívida externa dos países latino-americanos, ocorrida após a moratória do México em 1982, levou esses países a buscar políticas que lhes garantissem saldos comerciais crescentes para cobrir os custos da dívida, haja vista o refluxo observado no movimento das capitais internacionais. A política brasileira desse período buscou esses saldos comerciais crescentes basicamente através do setor agrícola e dos ramos agroindustriais processadores⁴².

Para Delgado (1998), a modernização agrícola no Brasil é reconhecidamente, a que foi resultante de um forte processo de intervenção pública no setor produtivo. Nesse processo, impulsionou o bom desempenho da agricultura brasileira, sendo um instrumento auxiliador nas políticas macroeconômicas, principalmente nas décadas de 70 e 80, e integrou o setor rural ao setor industrial, criou-se um novo padrão de relação econômica entre os segmentos produtivos, emergindo os complexos agroindustriais. Esse processo caracterizou-se pela criação de um novo modelo agrícola com a constituição do complexo agroindustrial, criando um mercado desde a produção de insumos básicos para a produção agrícola até a venda do que é produzido dentro da propriedade rural para as indústrias de processamento.

⁴² A partir de 1983 o saldo do comércio agrícola elevou-se substancialmente, passando a representar entre 1983 e 1985 algo em torno de 75% dos juros brutos da dívida externa brasileira, Delgado (1988).

Para Delgado (1986), um dos conceitos-chave por traz desse padrão mais recente de desenvolvimento da agricultura é o de *integração de capitais*, isto é, o processo de “centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., que por sua vez fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindustriais ou agorcomerciais)”, que imprimem direção dos capitais em distintos mercados.

Conforme Martine (1987), o principal instrumento que viabilizou o novo modelo agrícola, calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento da exportação de produtos agrícolas e que, conseqüentemente, ocasionou a transformação da sociedade rural nos últimos anos, foi o crédito rural.

A “Revolução Verde”, ocorridas nos 60/70, transformou profundamente a realidade do setor rural brasileiro, desde a estrutura física e produtiva da unidade rural até a forma de trabalho produtivo no campo. Através da incorporação de técnicas da Revolução Verde que se pretendia alcançar a completa extinção do antigo sistema produtivo do país, quase auto-suficiente, para um sistema integrado aos vários segmentos industriais e de serviços.

Segundo Martine (1987), o pacote da Revolução Verde, prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de altos rendimentos; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e insumos químicos.

Há assim uma intensa reestruturação do sistema produtivo, sem que tivesse ocorrido a alteração da base fundiária brasileira. Ocorre também uma mudança na população brasileira que, deixa de ser basicamente rural nos anos 60, passando a ser nos anos 80 uma população urbana. Ainda de acordo com Martine (1987), descreve que mesmo nas regiões onde não ocorreram alterações significativas na base tecnológica, a política de modernização teve fortes impactos sociais, via fortalecimento e penetração do complexo agroindustrial e/ ou via majoração do preço da terra.

De acordo com Kageyama (1987), no Brasil, a modernização agrícola processou-se de forma desigual em dois sentidos: regionalmente, beneficiando os estados do Centro-Sul, particularmente São Paulo; e dentro de cada estado, atingindo preferencialmente os médios e grandes produtores e os produtos exportáveis e demandados pela agroindústria. Estas distorções fizeram que fossem acentuadas as diversidades econômicas e sociais entre as regiões via substituição acentuada de produtos da cesta básica brasileira por produtos que

tinham algum tipo de política para o mercado externo e pela expulsão do campo de um número elevado de pequenos produtores ou parceiros, que faziam parte do antigo complexo rural, para a cidade.

1.5 – A Dinâmica da Agricultura Brasileira na Modernização Rural

1.5.1 – Na Modernização dos anos 70 e 80

Para Kageyama & Silva (1983), mostra que na década de 1970 e 1980 caiu rapidamente a participação do setor primário (agricultura, pecuária, caça, pesca, atividades extrativas vegetais) na geração de empregos no Brasil.

Martine (1987), relata que tais tendências têm a ver com a crise econômica e seus impactos sobre a disponibilidade de créditos e subsídios, sobre a retração do mercado e, portanto, sobre a atratividade do setor agrícola, seja, como atividade produtiva, seja como empreendimento financeiro-especulativo. Nesse cenário, percebe-se o relativo desinteresse do capital produtivo ou especulativo pela terra, teria estimulado um certo crescimento de categorias que antes caminhavam, aparentemente, para a extinção: os posseiros, assim como os parceiros e pequenos proprietários. Desta maneira, a crise teria reaberto um certo espaço para o pequeno produtor e para a produção de subsistência⁴³. No contexto da crise, esse espaço pode ter sido bastante importante para a sobrevivência de um contingente significativo de pequenos produtores e mão-de-obra rural.

Kageyama & Graziano da Silva (1983), relata que o processo da mecanização na agricultura brasileira na década de 70, esteve diretamente associado com a política de crédito rural a juros subsidiados e a política de preços mínimos no mercado, se destacando com maior ênfase na década de 80.

Segundo Kageyama & Graziano da Silva (1983), a população economicamente ativa (PEA) no setor primário, que representava 44,3% da PEA total em 1970, reduz sua participação para 29,9% em 1980%. Além do maior dinamismo do emprego urbano (industrial e serviço), influiu nessa rápida queda de participação o padrão de modernização

⁴³ Para Martine (1987), o pessoal ocupado nas atividades agropecuárias também cresceu a ritmos menores que nos quinquênios dos anos seguintes, ou seja, grande parte desse aumento esteve associado ao processo de "minifundização", representando o crescimento do número de pequenos estabelecimentos agrícolas.

agrícola do País, assentado em inovações tecnológicas basicamente mecânicas e na especialização dos estabelecimentos e regiões em um ou poucos produtos.

Kageyama & Graziano da Silva (1983), relata que o maior dinamismo do emprego urbano (industrial e serviço), influiu nessa rápida queda de participação o padrão da modernização agrícola do País, assentado em inovações tecnológicas basicamente mecânicas e na especialização dos estabelecimentos e regiões em um ou poucos produtos.

Para Kageyama & Graziano da Silva (1983), a PEA agrícola manteve-se praticamente estagnada entre 1970 e 1980 (13,09 e 13,11 milhões de pessoas, respectivamente), considerando que o produto agropecuário ter crescido à taxa de 5,5% ao ano nesse período. Assim, o desempenho do emprego agropecuário não pode ser atribuído a uma estagnação ou desaceleração do crescimento produtivo do setor, e sim aos fatores relacionados com a modernização agrícola.

Kageyama & Graziano da Silva (1983), discute o fator destaque, como mostra a tabela 1.15, onde mostra a geração de emprego indireto pela agropecuária, nos setores ligados à produção de máquinas e insumos, processamento de matérias-primas agrícolas e comércio. Na tabela 1.15, permite verificar que a taxa de crescimento de emprego nas indústrias diretamente ligadas à agropecuária foi bastante elevada (7,5% ao ano), enquanto no comércio correspondeu a 3,6% ao ano, ambas as taxas bastante superior às registradas no emprego direto agropecuário. Considerando um total do emprego indireto gerado pela agropecuária tem-se um taxa média de crescimento de 5,1% ao ano.

Para Martine & Garcia (1987), as principais mudanças neste contexto da década de 1970 para 1980, está na consequência da introdução de formas de produção capitalistas no campo tem sido a multiplicação do trabalho temporário e a dependência maior de formas de trabalho esporádico⁴⁴.

Para Martine (1989), esses fatores interferiram diretamente na questão do descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo, gerando, com isso o maior êxodo rural na década de 1970⁴⁵.

⁴⁴ Martine & Garcia (1989), essa discussão está embasada da diferença metodológica de cálculo entre o Censo Demográfico e o Censo Agrícola, onde faz-se uma comparação entre 1940 a 1980, enfocando por categoria ocupacional, se encontrando nos empregados temporários e membros de famílias não remunerados.

⁴⁵ Martine (1989), diz que é a partir da implantação do modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da Revolução Verde, que se accentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores.

Tabela 1.15 – Emprego Indireto Gerado pelo Setor Primário na Indústria e Comércio. Brasil, 1970 e 1975

Setor	1.000 Pessoas Ocupadas		Taxa geométrica anual 1970/75 (%)
	1970	1975	
Indústria (total)	420	601	7,5
- Insumo e máq. agríc.	46	76	10,5
- Processamento de produtos primários	374	525	7,0
Comércio (total)	716	854	3,6
- Atacadista	108	146	6,2
- Varejista (alimentos)	608	708	3,1

Fonte: Kageyama & Graziano da Silva (1983).

Kageyama & Graziano da Silva (1983), relatam as modificações da estrutura agrária brasileira para a década de 70, apontando para a elevação do grau de concentração da propriedade e das posses da terra, crescendo o tamanho médio tanto das propriedades como dos estabelecimentos agropecuários, proliferando a grande unidade (de propriedade e de produção); queda no grau de utilização da terra, com a conseqüente expansão das áreas ociosas; remanejamento da composição do produto agrícola, em função do crescimento acelerado das culturas modernas (matérias-primas industriais e exportáveis) em detrimento dos produtos tradicionais (alimentos básicos); o ritmo de absorção de mão-de-obra superou o da incorporação de novas terras à produção, sendo dinâmica a geração de emprego indireto pelo setor primário, na indústria e no comércio. No interior do setor agrícola verifica-se alterações na composição do emprego, decorrentes do crescimento mais do proporcional do trabalho assalariado, especialmente o temporário (sazonal), revelando, com isso, um forte processo de aprofundamento das relações sociais capitalista no campo.

Para Graziano da Silva (1997), não se pode delimitar o que é rural e o que é urbano onde, a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante, caracterizando que o meio rural brasileiro se urbanizou nas décadas de 70 e 80, sendo um resultado do processamento de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento

do mundo urbano no espaço que antes era tido como rural. Essa aproximação proporcionou uma integração na economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ ou compram seus produtos.

Para Graziano da Silva (1997), a passagem do chamado complexo rural para os complexos agroindustriais, ou seja, a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, tem conseqüência que o rural hoje é um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Segundo Graziano da Silva (1997), essas transformações se devem aos fatores de mudanças nos campos político, econômico e social. E essas mudanças apontam para uma nova sociedade em gestação. Neste contexto, observa-se que as dimensões do estilo e da qualidade de vida ganharam importância dentro das condições de ocupação social; as inovações nos setores de comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecidas.

Para isso acontecer, Marsden (1989) cita três pontos importantes:

- A mudança rural não pode ser vista apenas pela ótica econômica ou social, nem do ponto de vista restrito da produção ou do consumo;
- É preciso incorporar a esfera da circulação na análise, mais especificamente, o capital financeiro;
- O significado do atual processo de *commoditization* é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc..

Para Graziano da Silva (1997), esta realidade é apresentada nos países desenvolvidos, onde, o novo paradigma do mundo rural é o chamado *part-time farmer*, ou seja, agricultor em tempo parcial. Estabelece-se assim característica fundamental, o produtor rural não será somente agricultor ou pecuarista, ele combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-agrícolas, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, industrial, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. O *part-time farmer* não é mais fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não), onde se caracteriza uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

A pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

- Por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.);
- Por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com a administração das atividades agropecuárias.

Isso se tornou possível graças, ao crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação das atividades criatórias; e, os programas de redução das áreas cultivadas e/ou extensificação da produção agropecuária.

Em função destas mudanças, duas grandes transformações ocorreram nas atividades agropecuárias do mundo desenvolvido:

- As unidades familiares individualizaram-se no que diz respeito à gestão produtiva, liberando os membros da família para buscarem fora outras atividades;
- Os membros da família que já trabalhavam individualmente ou por conta própria reduziam o tempo dedicado às atividades agropecuárias em busca de outras atividades rurais ou urbanas que lhes assegurem maior nível de renda – Graziano da Silva (1997).

Portanto, um elemento que viria a somar-se ao crescimento da atividade agropecuária seria a dinâmica de crescimento das atividades rurais não-agrícolas. Tendo a pluriatividade como a marca fundamental, e observando a dinâmica de crescimento das atividades rurais não-agrícolas, destacam-se assim, os fenômenos que se observam no chamado “novo mundo rural” dos países desenvolvidos: o desmonte das unidades produtivas em função da possibilidade de extenalização de várias atividades que tinham que ser realizadas na fazenda através de contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnicas, etc.); a especialização produtiva crescente, permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como exemplo, de animais jovens, mudas e insumos; a formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial; o crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissionais técnicos e administrativos de conteúdo tipicamente urbano, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais não-agrícolas; melhoria da infra-estrutura social e de lazer, além de maior facilidade de transporte e meios de comunicação, possibilitando maior facilidade de acesso aos bens públicos, como previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além

da melhoria substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais – Graziano da Silva (1997).

O novo rural não é nenhum paraíso, onde, os índices de pobreza e miséria, bem como o isolamento da população de menores rendas, apesar de terem se reduzido, ainda continuam altos em relação aos das regiões urbanas. Já é evidente que, para dada renda monetária, os padrões de vida dos trabalhadores rurais são iguais ou superiores aos dos pobres urbanos. Neste contexto, observa-se que aí está o interesse na nova relação de trabalho representada pelo *part-time* nos países desenvolvidos – Mingione & Pugliese (1987).

No Brasil, essas características têm se apresentado através dos dados da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares (PNADs), para a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada segundo a situação do domicílio (rural ou urbano) e a natureza da atividade (agrícola e não-agrícola).

Segundo os dados da tabela 1.16, percebe-se que o crescimento da PEA rural é muito maior do que o da PEA agrícola, especialmente na segunda metade dos anos 80, quando a taxa de crescimento desta última foi negativa.

Tabela 1.16 – PEA ocupada segundo o domicílio e atividade: Brasil, 1981, 1986 e 1990.

Setores	PEA (mil pessoas)			Taxa de crescimento (% a. a.)		
	1981	1986	1990	1981/86	1986/90	1981/90
Urbano	31.669	40.266	43.351	4,9	1,9	3,6
Rural	13.797	15.170	16.321	1,9	1,8	1,9
Agrícola	13.300	14.331	13.998	1,5	-0,6	0,6
Não-agrícola	32.165	41.105	45.676	5,0	2,7	4,0
Total	45.465	55.436	59.673	4,0	1,9	31,0

Fonte: Graziano da Silva (1997)

Para Graziano da Silva (1997), o final dos anos 80 é considerado período extremamente favorável do ponto de vista da absorção de mão-de-obra pelas atividades agropecuárias⁴⁶. Já para 1990, a PEA rural superava a PEA agrícola em mais de 2,3 milhões de pessoas.

⁴⁶ Para Graziano da Silva (1997), este fato se deve pelo setor agrícola ter apresentado um desempenho altamente favorável na década de 80, apesar da crise econômica e social, aproveitando-se também de uma violenta queda do valor real do salário mínimo, permitindo a expansão do trabalho assalariado em praticamente todas as regiões do país.

Na tabela 1.17, observa-se que nos anos 80 não se alterou significativamente a distribuição da PEA agrícola, mantendo-se seus componentes rurais e urbano, mas o peso da PEA rural na PEA total caiu de 29,4% para 26,9%.

Segundo Graziano da Silva (1997), outro aspecto importante, seria o crescimento da proporção de desocupados (procurando emprego) que têm domicílio rural, o que significa que a pressão sobre o mercado de trabalho urbano não vem mais apenas via êxodo rural, mas pode haver uma disputa crescente de postos de trabalho urbanos pelas pessoas com domicílio rural⁴⁷.

Tabela 1.17 – Distribuição relativa (%) da PEA agrícola, dos desocupados e da PEA total, segundo o local de domicílio: Brasil, 1981, 1986 e 1990.

Domicílio	1981	1986	1990
PEA agrícola			
Rural	80,8	79,8	80,9
Urbano	19,2	20,2	19,1
Desocupados			
Rural	6,8	6,9	8,3
Urbano	93,2	93,1	91,7
PEA total			
Rural	29,4	26,9	26,1
Urbano	70,6	73,1	73,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD (1981 1986 E 1990).

A tabela 1.18 mostra a decomposição da taxa de crescimento da PEA rural pelos principais setores de atividade, segundo as grandes regiões pesquisadas pela PNAD – com exceção da Região Norte. Como se percebe, todas as taxas de crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas são positivas e bastante superiores às taxas de crescimento da ocupação em atividades agropecuárias de suas respectivas regiões. Percebe-se também o acentuado crescimento do número das pessoas com domicílio rural ocupadas na indústria da transformação, no comércio e, de modo muito especial, nos serviços, tanto pessoais, como nos auxiliares da produção e públicos.

⁴⁷ Esse é mais um dos aspectos da urbanização do meio rural brasileiro.

Para Graziano da Silva (1997), observa-se que a taxa de crescimento médio da PEA agrícola nos anos 80, embora baixa, é positiva, o que confirma um desempenho altamente favorável que teve a PEA agrícola das regiões Nordeste (com seca em 1981) e Centro-Oeste (expansão da fronteira agrícola dos cerrados) nos anos 80 por razões que dificilmente se repetirão. Destaca-se que no mesmo período o crescimento da PEA agrícola já foi negativo para as regiões Sudeste e Sul (-0,3% e -0,6% a. a., respectivamente), tendo sido contrabalançado pelo expressivo crescimento da PEA rural, particularmente na Região Sudeste onde atingiu 2,5% a. a..

Tabela 1.18 – Taxa de crescimento (% a. a.) da PEA rural, segundo os principais ramos de atividade: Brasil e grandes regiões, 1981/1990.

Atividade	CO	NE	SE	SU	BR
Agropecuária	2,2	1,8	-0,3	-0,6	0,7
Ind. Transformação	10,3	6,9	7,7	4,4	6,7
Ind. Construção	13,0	-10,6	9,5	3,5	-3,5
Outras indústrias	11,2	2,5	2,7	1,8	3,2
Comércio	14,0	7,5	9,2	6,3	8,2
Serviços pessoais	8,1	9,8	9,3	9,4	12,8
Serv. Aux. Produção	3,8	11,4	7,7	1,0	6,8
Transporte + comércio	18,1	6,0	9,7	7,6	8,3
Social	12,4	8,8	9,2	3,1	7,9
Administração pública	11,3	11,7	9,8	9,8	10,7
Outras não-agrícolas	3,2	1,0	8,6	6,3	5,5
Desemprego	7,8	1,0	4,1	10,7	4,1
Total	5,0	2,2	2,5	0,8	2,1

Fonte: Graziano da Silva (1997).

1.5.2 – Na Modernização dos anos 90

Normalmente as análises a respeito do comportamento do setor agrícola partem dos dados dos Censos Agropecuários e procuram captar através de variáveis como número de

Ou seja, o período 1992-98 mostrou uma certa estabilidade no grupo de famílias por conta própria e uma redução dos empregadores, especialmente dos nossos “farmers caboclos” com até dois empregados permanentes assim como das famílias de empregados agrícolas. Esse resultado - bastante surpreendente, diga-se de passagem - encontra explicação na recuperação do valor do salário mínimo. Como já argumentamos em outra oportunidade⁵¹, a queda do salário mínimo, que chegou em 1990 a menos da metade do seu valor real em 1980, foi uma das principais “políticas agrícolas” da década passada. De um lado, tomando-se o salário mínimo como custo de produção - é um item muito importante no caso da maior parte dos produtos agrícolas - a queda expressiva do seu valor real representou um forte impulso aos segmentos empregadores do campo na década de 80.

De outro, se considerarmos que o salário mínimo representa um “farol dos rendimentos” de amplas camadas da população brasileira de mais baixa renda (tanto para os assalariados, como para os conta própria), a queda do seu valor real resultou numa contração da demanda interna de alimentos, reorientando a produção agrícola para as *commodities* no mercado internacional, cujos preços mostraram uma recuperação a partir de 1984 até o final da década.

A recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo na primeira metade dos anos 90 mudou radicalmente esse quadro. Em outras palavras, estamos argumentando que a queda do número de empregadores - especialmente dos pequenos empregadores agrícolas e pluriativos - mostrada na tabela 1.19 tem muito a ver com a recuperação do valor do salário mínimo no início dos anos 90.

Nota-se também que em 1998 existiam quase 2,3 milhões de famílias de conta-própria onde todos os seus membros se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas. Isso não significa que todos os membros da família trabalham na mesma unidade de produção (estabelecimento agrário), o que configuraria uma agricultura de caráter familiar. Seguramente, vários membros dessas famílias são, na verdade, trabalhadores agrícolas assalariados em outras unidades agropecuárias.

⁵¹ Essa é uma das explicações para o crescimento do emprego agrícola nos anos 80. Ver a respeito, Graziano da Silva, (1999). *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas, IE/UNICAMP, 2ª edição.

Tabela 1.19 – Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o setor de atividade de seus membros - Brasil, 1992-98. (1.000 famílias)

Tipos de Famílias	1992	1995	1998	1992/98	1995/98(% ao ano)
Empregados com 3 ou + empreg. perm.					
Agrícola					
Pluriativas	45	37	42	-2,8	5,5
Não-agrícola	88	103	83	0,1	-5,8
	868	1.049	1.138	4,7***	3,7
Empregados com até 2 empreg. perm.					
Agrícola	243	215	184	-3,8***	-3,5
Pluriativas	234	229	193	-4,3***	-4,5
Não-agrícola	679	758	850	4,2***	4,9*
Conta Própria					
Agrícola	2.453	2.462	2.259	-0,5	-2,4
Pluriativas	1.840	1.861	1.811	-0,6	0,0
Não-agrícola	7.341	8.627	9.115	3,5***	1,9*
Empregados					
Agrícola	2.166	2.462	1.917	-1,1	-2,2
Pluriativas	1.024	1.021	1.030	-1,1	0,1
Não-agrícola	15.023	15.923	17.585	2,5***	3,2***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de área e tipos de família com menos de 5' observações.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

b) ***, **, * representam respectivamente 5%, 10% e 20% de nível de significância dos coeficientes de variável tempo nas regressões.

Fonte: Clayton & Graziano da Silva, (2000).

Considerações Finais Sobre o Capítulo 01:

Através da leitura deste capítulo, observa-se que não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelas atividades agropecuárias. Assim por exemplo, o comportamento do emprego rural, através da modernização ocorrida nas décadas de 70, 80 e 90, e principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um

conjunto de "novas" atividades agrícolas e não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e mesmo atividades indústrias - que respondem cada vez mais por outras dinâmicas populacionais no meio rural brasileiro.

O termo "novas" foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Eram atividades sem grande expressão social, onde as pessoas realizavam pequenos negócios familiares intensivos, alguns agropecuários (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.) outros não (fabricação de conservas, pesque-pagues, etc), que acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de "nichos de mercado" muito específicos para sua inserção econômica.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse processo é acelerado pela queda da renda agrícola decorrente da tendência de longo prazo (pós década de 70) de queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Os dados apresentados sugerem uma redução das rendas agrícolas e uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais por conta-própria. Em poucas palavras podemos dizer que as famílias rurais estão se transformando de famílias agrícolas em pluriativas e em famílias não-agrícolas.

Finalmente, cabe observar que o fato de estar crescendo o emprego rural não agrícola não significa em si mesmo uma melhoria nas condições de trabalho e renda das populações rurais brasileiras.

Capítulo 02 – Ocupações Rurais: Agrícolas e Não-agrícolas

Introdução

O objetivo deste capítulo é o de mostrar, as principais mudanças no meio rural brasileiro, destacando Goiás, em termos dessa aproximação entre o meio rural e o urbano, estabelecendo, com isso, suas principais características e suas novas atividades ocupacionais. Nesta busca de retratar estas mudanças, direcionará para as ocupações que apresentaram um comportamento diferenciado na contribuição da renda no meio rural.

Quando existe a proposição de se mencionar a palavra "rural" nos moldes característicos dos anos 90, revela-se, obviamente, a necessidade de alguns confrontos conceituais. De fato, romper o pensamento clássico de que o mesmo não é mais palco exclusivo do desenvolvimento agrário não é tarefa fácil, portanto, faz-se necessário à inclusão, neste contexto, de terminologias inerentes ao processo do rural com cara de urbano.

O "novo rural" tem sido uma expressão muito usada na atualidade para expressar o conjunto de transformações por que passa o rural brasileiro, considerando um processo intensificado recentemente, e que se traduz pela criação de empregos/ocupações não-agrícolas na zona rural, o que é aceitável para um espaço que vem sofrendo um processo de urbanização profunda, de forma tal que a pressão modernizadora na agricultura se responsabilizou pela eliminação de postos de trabalhos agrícolas.

Estrategicamente, o homem do campo sempre tentou contornar sua situação de desempregado procurando outros mercados de trabalho que o absorvesse, mais precisamente nas décadas de setenta e oitenta, conhecido como êxodo rural, marcando então esta maneira de agir. Segundo o que se observa, que a permanência das pessoas do meio rural no campo, nos últimos anos não se deveu somente às atividades agrícolas.

A problemática em torno do "novo rural" quando menciona que hoje são as atividades agrícolas que não estão mais ocupando exclusivamente o espaço rural. E o dinamismo das atividades não agrícolas no meio rural dilui a linha demarcatória entre o rural e o urbano, espalhando as atividades por todo o espaço. O desenvolvimento rural

parece ser fruto agora de múltiplas atividades e ações não mais restritas às atividades tradicionais agrícolas.

Cada vez mais percebe-se no meio rural atividades que não estão ligadas à agricultura, seja no comércio, no lazer ou em serviços, e outras atividades que estão ligadas à agricultura mas não presenciadas anteriormente, revelando a necessidade de se buscar condições de sobrevivência na própria comunidade e melhoria no nível de renda.

É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, por isso, que acreditando nesta interação entre as atividades no meio rural, foi que condicionou a uma nova perspectiva para o emprego agrícola.

2.1 – O Emprego nas Ocupações Rurais Agrícolas e Não-agrícolas

As mudanças no cenário econômico proporcionaram alterações profundas na nova ordem no desenvolvimento das sociedades industrialmente avançadas, como peculiaridade destaca-se a intensificação das transformações no processo de trabalho em direção a um padrão de acumulação flexível, caracterizado pela redução do tamanho das plantas industriais e desverticalização do processo produtivo.

Associado a esse amplo movimento, mudanças no mercado de trabalho e na estrutura ocupacional no meio rural, gerando alterações no perfil ocupacional entre a agricultura e a indústria manufatureira. A indústria manufatureira passa a adquirir características típicas da agricultura, tais como:

- Desemprego de boa parte da população economicamente ativa;
- Sazonalidade do emprego;
- Expressivo contingente de pessoas empregadas por conta-própria (também no setor terciário);
- Aumento do total de pessoas que se dedicam parcialmente a uma atividade econômica;
- Precarização das relações de trabalho e múltipla inserção das pessoas na divisão social do trabalho e na estrutura ocupacional⁶¹.

Neste contexto percebe-se que o setor industrial vem adquirindo a típica dinâmica do setor agrícola, a qual tem sido demarcada pelo aumento da produção e pela redução absoluta no total da força de trabalho empregada. Com relação a essas transformações,

⁶¹ Para Del Grossi (1995), também designada de desdiferenciação social atrelada a pluriatividade.

destaca-se a nova performance do setor industrial e a incorporação de inovações onde tem reafirmado as tendências de transformações técnico-organizacionais aonde vêm acentuando o contínuo decréscimo da contribuição relativa das atividades agrícolas para a formação da renda nacional e favorecendo a ampliação da importância econômica das atividades não-agrícolas⁶².

Para Graziano da Silva e Laurenti (1999), foram especificado os seguintes agrupamentos de atividades econômicas que têm impulsionado o emprego rural não-agrícola:

- Atividades econômicas diretamente derivadas da produção de bens e serviços agropecuários ou, indiretamente, de sua comercialização, transformação e transporte, bem como do consumo de insumos não-agrícolas utilizados nesses últimos processos;
- Atividades derivadas do consumo final da população rural, incluindo a produção de bens e serviços não-agropecuária sediados tanto na zona rural como na urbana e os serviços auxiliares a eles relacionados (transporte, comércio varejista etc.);
- Atividades associadas ao excedente de mão-de-obra disponível no setor camponês que se denominou "setor de refúgio". Inclui tanto o trabalho efetuado no recinto do estabelecimento agrícola como o trabalho complementar, assalariado e estacional dos membros familiares com ocupações remuneradas e situadas fora de suas unidades produtivas, agrícolas ou não;
- As dinâmicas imobiliárias como um espaço de moradia, temporária ou permanente, e não apenas para as camadas de altas rendas (condomínios rurais, casas de campo, chácaras de fim-de-semana, etc.), mas especialmente para aqueles segmentos da população de mais baixa renda que buscam empregos urbanos num contínuo ir e vir diário, como é o caso, por exemplo, das empregadas domésticas, vigias, faxineiras, pedreiros, etc.;
- Atividades vinculadas à demanda final não-agrícola da população urbana. Envolve o artesanato, o turismo rural, etc., que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser praticados nos próprios estabelecimentos agrícolas;
- Serviços públicos nas zonas rurais;
- O espaço rural também está sendo cada vez mais demandado como espaço para lazer. Na última década, milhares de pesque-pagues proliferaram pelo interior.

⁶² Para Graziano da Silva e Laurenti (1999), o emprego rural não-agrícola (ERNA), apresenta uma maior propensão de emprego da PEA e residente no meio rural.

Nestes, a produção de peixes propriamente dita não é a maior fonte de renda, mas sim os serviços prestados nos pesqueiros, visando populações urbanas de rendas média e baixa;

- A expansão das construções rurais para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior do Brasil.

Essas características estão relacionadas à industrialização tardia, especificamente da agroindustrialização⁶³. A contínua redução do contingente populacional engajada em atividades agrícolas e expansão do agregado de pessoas com vínculo ocupacional em atividades não-agrícolas refletiam, até o final do terceiro quarto deste século, por um lado, o processo de êxodo rural e, por outro lado, a urbanização da população brasileira⁶⁴. A intensificação dessa urbanização da população brasileira decorreu principalmente da dinâmica da própria população residente nas cidades, pois, a partir dos anos 90, esse processo deixou de contar com a totalidade do crescimento negativo da população rural que vigorava nas décadas imediatamente precedentes⁶⁵.

Para Graziano e Del Grossi (1999), o lento crescimento rural de 10 anos ou mais de idade, no período 1992 – 1997, contou com movimentos opostos no âmbito das populações economicamente “ativa” e “inativas” e nos agregados populacionais que se distinguem quanto aos “ramos de atividades” (agrícola e não-agrícola), aos quais as pessoas estão economicamente vinculadas.

Na tabela 2.1, observa-se o comportamento da população com 10 anos ou mais de idade, em condições de ocupação e ramo de atividade no total da: “PEA”, “PEA” Urbana, e a “PEA” Rural.

Para Del Grossi (1999), o crescimento da população rural, como um todo, esteve associado à contínua urbanização da população brasileira. No período que vai de 1981 – 1997, a população urbana incorporou, a uma taxa anual da ordem de 2,9%, cerca de 36

⁶³ Para Del Grossi (1999), essa industrialização teve seu início em meados da década dos anos 60.

⁶⁴ Mais recentemente, a diminuição do total de postos de trabalho nas atividades agrícolas e o avanço do total de pessoas engajadas em ocupações não-agrícolas vêm sinalizando, gradativamente, para uma dissociação entre os processos de êxodo rural e de concentração da população nas grandes cidades brasileiras.

⁶⁵ Segundo Del Grossi (1999), essa demonstração se dá, no período de 1992 – 1997, através do valor do coeficiente b da equação de regressão do total da população rural contra o tempo que foi positivo e significativamente diferente de zero ao nível de 95% de confiança. O lento crescimento da população rural de 10 anos ou mais de idade não esteve associado ao recuo na atividade do setor urbano da economia, pois no período de 1992 – 1997 a taxa anual de acréscimo da “PEAr” urbana ocupada (2,0%) foi superior à do total da “PEAr” ocupada (1,3%).

milhões de pessoas, perfazendo em 1997 um contingente de 100 milhões de habitantes. Nesse período, aproximadamente 80% do total da população com idade igual ou superior a 10 anos passou a residir nas cidades, enquanto que em 1981 essa participação não ultrapassava 73%.

A intensificação dessa urbanização da população brasileira decorreu principalmente da dinâmica da própria população residente nas cidades, pois, a partir dos anos 90s, esse processo deixou de contar com a totalidade do crescimento negativo da população rural que vigorava nas décadas imediatamente precedentes⁶⁶.

⁶⁶ Para Del Grossi (1999), a comprovação deste fato se dá no período de 1992 – 1997, o valor da análise do coeficiente b da equação de regressão do total da população rural contra o tempo foi positivo e significativamente diferente de zero ao nível de 95% de confiança. O resultado esperado seria a constatação da continuidade da modernização da base técnica agrícola, cujo surto iniciou-se em 1965. Outro fator foi o lento crescimento da população rural de 10 anos ou mais de idade que não esteve associado ao recuo na atratividade do setor urbanizado da economia, pois no período 1992 – 1997 a taxa anual de acréscimo da PEA urbana ocupada (2,0%), foi superior à do total da PEA ocupada (1,3%).

Tabela 2.1 – População com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. (1000 pessoas). Brasil 1981 /1997.

Situação de Domicílio/ Condição de Ocupação/ Ramo de Atividade	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
							81-92 ^a	92-97 ^b
Pop. Total com 10 anos ou mais de idade	88.903	113.295	115.658	120.600	123.378	125.074	2,2***	2,0***
Total da "PEA restrita"	47.489	65.983	66954	70.065	69.593	71.638	3,0***	1,6***
Ocupados	45.465	61.236	62.400	65.394	64.309	65.586	2,7***	1,3***
Agrícola	13.300	14.861	14.481	14.405	13.349	13.430	1,0***	2,1***
Não-agrícola	32.166	46.375	47.918	50.989	50.960	52.156	3,4***	2,3***
Não-Ocupados – Procurando Emprego	2.023	4.747	4.554	4.669	5.284	6.058	8,1***	4,7***
Não-Economicamente Ativos	41.414	47.312	48.704	50.537	53.785	53.436	1,2***	2,7***
Aposentados, Pension. Ou Outras Rendas	7.338	10.277	11.240	11.779	12.726	13.121	3,1***	4,7***
Outros não-econmicamente ativos	34.076	37.035	37.464	38.758	41.059	40.315	0,1***	2,0***
Pop. Total com 10 anos ou mais de idade	64.669	89.511	91.898	96.571	99.167	100.756	3,0***	2,4***
Total da "PEA restrita" Urbana	33.553	50.982	51.956	55.128	55.284	57.066	3,9***	2,3***
Ocupados	31.669	46.547	47.697	50.781	50.404	51.443	3,6***	2,0***
Agrícola	2.564	3.669	3.656	3.676	3.399	3.374	3,3***	1,7***
Não-agrícola	29.105	42.878	44.041	47.106	47.005	48.069	3,6***	2,3***
Não-Ocupados – Procurando Emprego	1.884	4.435	4.259	4.346	4.880	5.628	8,1***	4,5***
Não-Economicamente Ativos	31.117	38.529	39.943	41.443	43.883	43.690	2,0***	2,7***
Aposentados, Pension. Ou Outras Rendas	6.098	8.760	9.541	9.889	10.681	11.048	3,3***	4,4***
Outros não-econmicamente ativos	25.018	29.769	30.402	31.554	33.202	32.642	1,6***	2,1***
Pop. Total com 10 anos ou mais de idade	24.234	23.785	23.760	24.029	24.211	24.318	-0,2*	0,5***
Total da "PEA restrita" Rural	13.936	15.001	14.998	14.935	14.309	14.572	0,7***	-0,8*
Ocupados	13.797	14.689	14.702	14.613	13.905	14.144	0,6***	-1,0**
Agrícola	10.736	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	0,4***	-2,2***
Não-agrícola	3.061	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	1,2***	2,5**
Não-Ocupados – Procurando Emprego	139	312	295	322	404	430	7,6***	7,4***
Não-Economicamente Ativos	10.298	8.783	8.762	9.094	9.902	9.746	-1,4***	2,6***
Aposentados, Pension. Ou Outras Rendas	1.240	1.517	1.699	1.890	2.045	2.073	1,9***	6,4***
Outros não-econmicamente ativos	9.058	7.266	7.063	7.204	7.857	7.673	-2,0***	1,7*

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significa respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

A Figura 3 demonstra a crescente participação relativa do total de pessoas vinculadas em atividades não-agrícolas, assim como a menor e sistemática redução da contribuição do total de pessoas inseridas na agricultura para a formação do total da PEA ocupada.

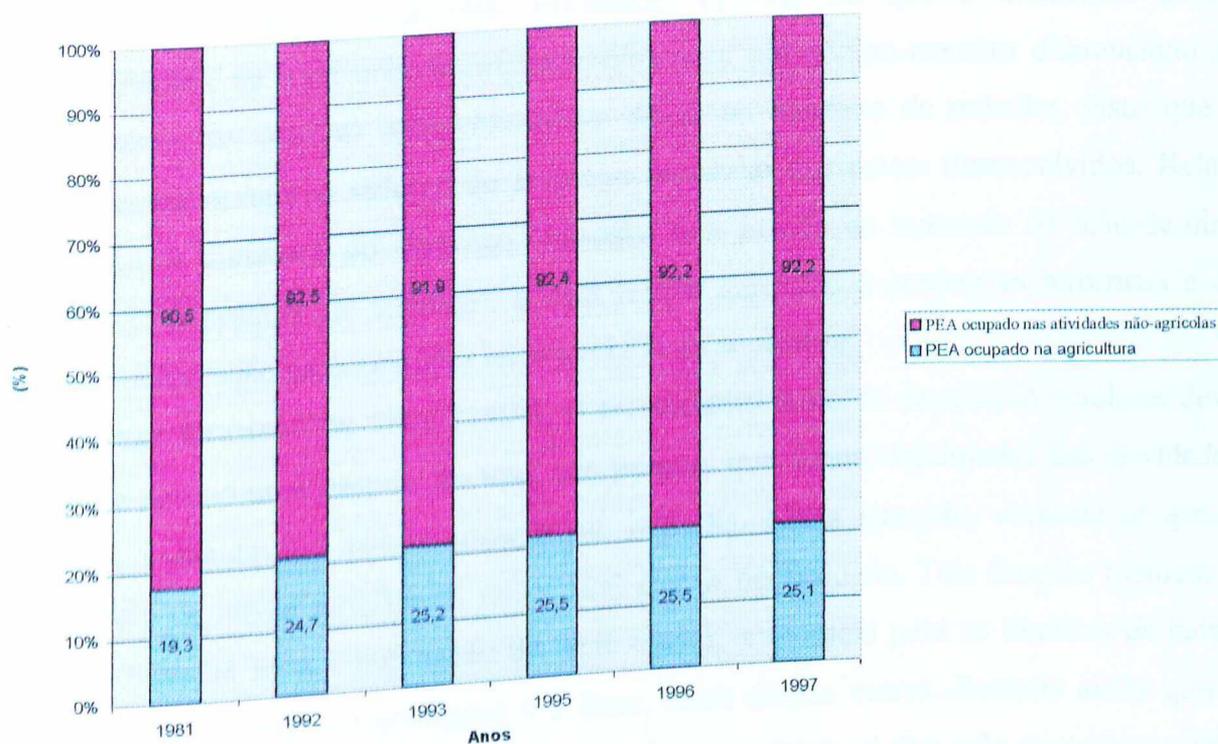


Figura 3 – Evolução da PEA ocupada segundo o ramo de atividade principal (%). Brasil, 1981/1997.

Fonte: Del Grossi (1999).

Entre 1992 e 1997, percebe-se que acirrou o movimento de elevação da participação relativa do total das pessoas “inativas” no meio rural, pois nesse período reduziu-se a PEA rural ocupada e ampliou-se o contingente das pessoas economicamente inativas. Adicione-se a esse movimento de contração da importância relativa da PEA rural ocupada, o acelerado crescimento do agregado populacional composto por “não-ocupados” (procurando emprego), que o tornou aquele de maior crescimento relativo em ambos os períodos em análise.

Del Grossi (1981 – 1995), afirma que de 1981 – 1992, a PEA rural ocupada aumentou no total de pessoas vinculadas à agropecuária. Tal movimento pode remeter à

suposição de que houve uma melhoria na capacidade de absorção de mão-de-obra das atividades agrícolas⁶⁴.

A diminuição absoluta da PEA ocupada não incidiu somente na agricultura. O setor industrial brasileiro também tem experimentado reduções significativas, e, por conseguinte, vem se incrementando a participação relativa do setor terciário no total da população ocupada na economia. Pochmann (1998), diz que a incidência dessas transformações na economia brasileira aponta para um comportamento diferenciado ao engajamento das pessoas economicamente ativas no mercado de trabalho, visto que o Brasil sequer atingiu o volume de emprego industrial dos países desenvolvidos. Relata ainda, que a dinâmica do emprego industrial tem levado ao aumento da mão-de-obra qualificada à procura de emprego, a qual tem-se sujeitado a ocupações informais e de menor remuneração emergente no setor terciário da economia.

Para Graziano da Silva (1997), o crescimento lento da população rural, se deve pelo fato de que uma parcela do total das pessoas que foram desalojadas das atividades agrícolas e manteve a prévia situação de moradia. Nesta situação, constata-se que a emergência de novas funções no meio rural é uma necessidade. Tais funções incluem a segunda moradia para a população de altas rendas, a moradia para as famílias de baixa renda, o turismo rural ou ecológico e o lazer, entre muitas outras. Ressalta ainda que a redução dos postos de ocupação de mão-de-obra na agricultura tem sido contraposta pela expansão das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro. Destaca-se que o fato das pessoas residirem no meio rural não significa que as mesmas também exerçam suas atividades no mesmo local⁶⁵.

A evolução da economia brasileira, aferida através da contabilização dos principais movimentos demográficos no âmbito da Federação, permite destacar duas grandes constatações:

⁶⁴ Para Graziano da Silva (1997), a aceitação dessa suposta melhoria na capacidade de absorção de mão-de-obra das atividades agrícolas requer cautela, pois as tentativas de subtração do acréscimo populacional incorporado nas PNADs de 1992 em diante não possibilitaram a plena equiparação entre as PNADs dos anos 80s e aqueles dos anos 90s, permanecendo um resíduo de aproximadamente um milhão de pessoas na "PEA" agrícola.

⁶⁵ Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declara residir no meio rural pode ter como local de trabalho um centro urbano circunvizinho. Em tais casos, a contabilização da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, a partir do local de residência, pode levar a uma superestimativa da capacidade de geração de emprego no meio rural, Graziano da Silva (1997).

1) que a PEA rural ocupada na agricultura e a PEA urbana ocupada em atividades não-agrícolas têm sido e continuam sendo os agregados de maior densidade populacional da PEA ocupada brasileira;

2) que diferentemente do que ocorreu no meio urbano, onde predominam as ocupações não-agrícolas, no meio rural a histórica supremacia exercida pelo contingente de pessoas ocupadas em atividades agrícolas vem, desde o início dos anos 80s, sendo gradualmente removida pelo aumento absoluto do contingente de pessoas com ocupações não-agrícolas e pela redução, também absoluta, do total de pessoas que têm na agropecuária sua principal ocupação⁶⁶.

Esta realidade de que está havendo uma urbanização da população brasileira, no amplo período de 1981 – 1997, foi decorrente da dinâmica da própria população urbana no plano regional. Esses dados ficam mais bem apresentados na tabela 2.2, a população com 10 anos ou mais de idade segundo a situação de domicílio nas Grandes regiões modificadas, onde as taxas de crescimento da população urbana foram sempre superiores àquela estimadas para população de 10 anos ou mais de idade, em todas as Grandes Regiões modificadas.

Analisando a tabela 2.2, observa-se o crescimento da população de 10 anos ou mais de idade, onde não ocorreu de maneira uniforme entre as Grandes Regiões em consideração, o ritmo de expansão de algumas regiões em relação a outras, apresentando taxas superiores àquelas estimadas para todo o Brasil⁶⁷, com destaque para a região CO (+TO) que, no período de 1981 – 1992, superou a taxa média brasileira⁶⁸.

Esse comportamento se reflete na figura 4, onde traz o total da população com 10 anos ou mais de idade nas Grandes Regiões modificadas. Observa-se que todas as regiões apresentaram uma variação no seu desempenho, mas a variação de crescimento foi distribuída de acordo com o desempenho da região. A região Centro Oeste (+TO), foi a que mais variou seu crescimento, em torno de 40%. São Paulo, apresentou uma variação de 30%, enquanto que a região Nordeste com 30%. Já a região Sudeste, teve um desempenho de 23%, o mesmo acontecendo para a região Sul. Destaca-se, portanto, o

⁶⁶ Del Grossi (1999), relata que em 1981 a participação relativa do agregado composto de pessoas engajadas em atividades não-agrícolas situava-se em torno de 22,2% e, em 1997, essa participação atingiu 28,9%.

⁶⁷ É o caso de São Paulo.

⁶⁸ A variação no ritmo de crescimento foi suficiente para alterar a ordem de seqüência das Grandes Regiões definidas pelo tamanho da população de 10 anos ou mais de idade. Em 1981, tal seqüência era: NE – SE(-SP) – SP – S – CO(+TO). Em 1997, mudou para NE – SP – SE(-SP) – S – CO(+TO), Del Grossi (2000).

rendimento que a Região Centro Oeste (+TO) obteve em relação a demais, ou seja, 10% a mais em relação ao segundo maior crescimento.

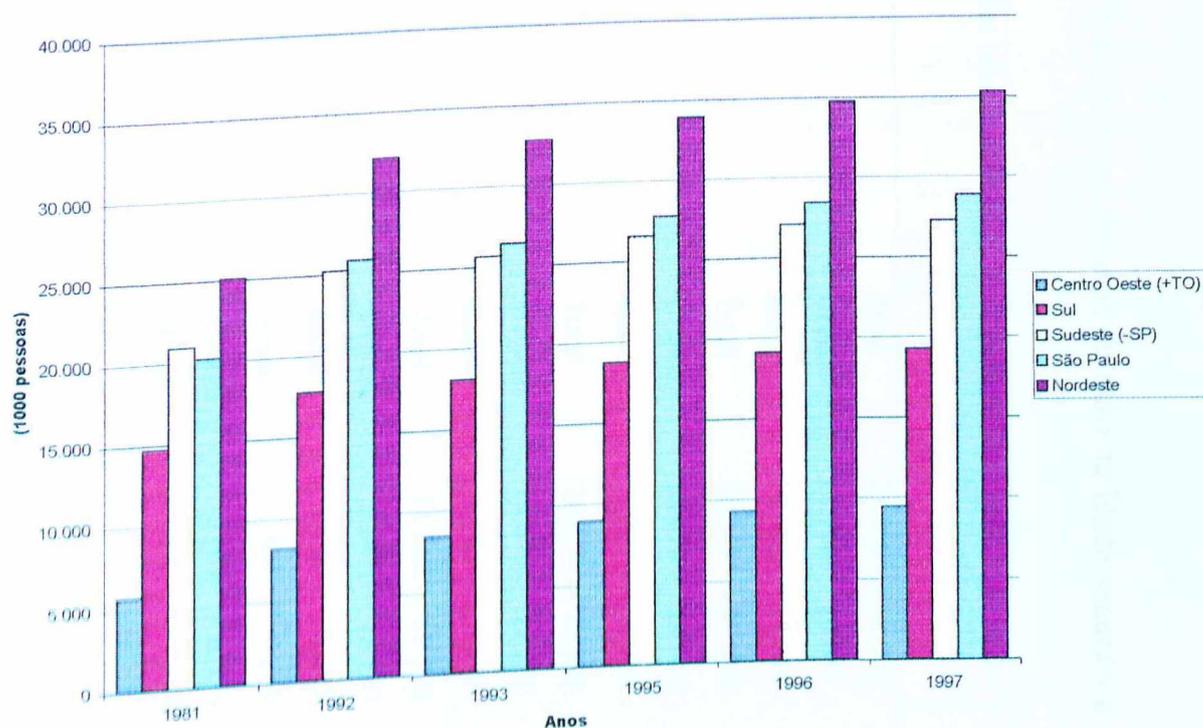


Figura 4 – População com 10 anos ou mais de idade segundo a situação de domicílio (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.

Fonte: Del Grossi (1999).

A aparente contradição apresentada pela distribuição populacional no Brasil, onde se demonstra através das regiões, a capacidade de retenção de pessoas economicamente ativas no meio rural, desfaz-se ao se considerar a relação: PEA ocupada em atividades não-agrícolas/ PEA ocupada em atividades agrícolas. Verifica-se que essa relação é crescente em todas as Grandes Regiões modificadas.

Tabela 2.2 – População com 10 anos ou mais de idade segundo a situação de domicílio (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.

Grandes Regiões Modificadas (a)	População	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anula (%)	
								81-92 ^b	92-97 ^c
Nordeste	Total	25.060	32.093	32.759	33.905	34.716	35.295	2,3***	1,8***
	Urbana	13.758	20.083	20.821	21.863	22.542	22.936	3,6***	2,6***
	Rural	11.302	12.010	11.938	12.042	12.173	12.359	0,6***	0,5*
São Paulo	Total	20.211	25.854	26.419	27.784	28.395	28.853	2,3***	2,3***
	Urbana	18.474	24.145	24.594	25.910	26.577	26.991	2,5***	2,4***
	Rural	1.737	1.709	1.825	1.874	1.818	1.862	-0,1	1,3*
Sudeste (-SP)	Total	20.921	25.208	25.620	26.567	27.038	27.263	1,7***	1,6***
	Urbana	16.679	21.238	21.609	22.426	22.880	23.118	2,2***	1,7***
	Rural	4.243	3.970	4.011	4.141	4.158	4.145	-0,6**	0,9***
Sul	Total	14.743	17.799	18.075	18.727	19.131	19.243	0,1***	1,7***
	Urbana	9.247	13.367	13.778	14.197	14.883	15.067	3,4***	2,5***
	Rural	5.496	4.433	4.297	4.230	4.248	4.176	-1,9***	-1,0***
Centro Oeste (+TO)	Total	5.704	8.193	8.475	8.958	9.230	9.429	3,3***	1,7***
	Urbana	4.247	6.530	6.786	7.215	7.416	7.653	4,0***	3,2***
	Rural	1.456	1.663	1.688	1.743	1.814	1.776	1,2***	1,6***

a) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

c) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

Para Del Grossi (1999), o aumento da população engajada na produção agrícola no período 1981 – 1997, proveio na sua maior parte da região Nordeste, visto que essa região concentrava 40% da população vinculada à agropecuária em 1981, passando para, aproximadamente, 46% em 1992, situando em torno de 49% em 1997.

A figura 5 demonstra a evolução da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas/ PEA rural ocupada na agricultura – Grandes Regiões de 1981/1997 – onde se percebe que a evolução da PEA rural não-agrícola supera a PEA rural agrícola em todas as regiões e grande São Paulo do Brasil. Destaque para a região Sul que apresenta um crescimento de 40% no período analisado, demonstrando que as atividades não-agrícolas passa a ter uma importância significativa na composição da PEA.

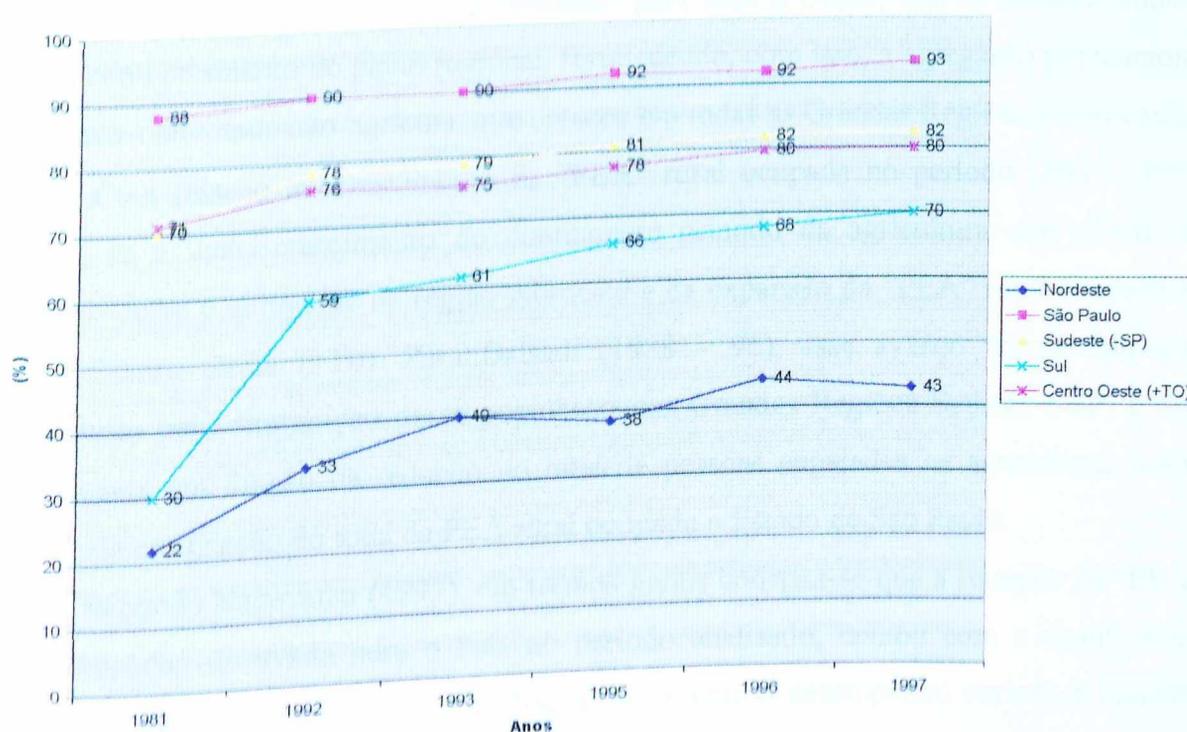


Figura 5: Evolução da relação PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas/ PEA rural ocupada na agricultura. Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.

Fonte: Del Grossi (1999).

A tabela 2.3 traz a PEA rural ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas) das Grandes Regiões modificadas de 1981 a 1997. Denota-se claramente as especificidades regionais, na medida em que são bastante distintos os desempenhos dos

agregados populacionais vinculados às atividades agrícolas e não-agrícolas nos dois períodos em foco.

Para Graziano da Silva (1997), essa relação é crescente também nas regiões NE e CO (+TO). Na tabela 2.3, estabelece essa duas relações onde, em ambos os casos têm-se registrado uma modernização da base técnica da agricultura de amplitude mais restrita, ou seja, com capacidade de absorção de força de trabalho humana comparativamente maior que as demais regiões. Na região CO (+TO), se caracteriza como região de expansão de fronteira agrícola calcada no uso de tecnologia moderna, ou seja, sendo uma região de expansão de fronteira, as atividades agrícolas não têm superado a maior capacidade de absorção de mão-de-obra pelas atividades não-agrícolas.

Esse Comportamento, expansão da contribuição relativa das atividades não-agrícolas, conforme a tabela 2.3, é detectado para toda a União, que se estende também para o comportamento no plano regional, fortalecendo, com isso, a agregação populacional vinculada à atividade não-agrícola, que cresceu em todas as Grandes Regiões modificadas.

Com relação ao crescimento da "PEA" rural ocupada no período 1981 – 1992, observa-se o lento crescimento do contingente oriundo da agricultura que adveio do aumento desse contingente na região Nordeste e da expansão da "PEA" rural ocupada na região Centro Oeste (+TO). Para Balsadi (1988 – 95), esse avanço foi parcialmente contraposto pela diminuição dessa população nas Grandes Regiões Sudeste (-SP) e Sul, basicamente em função da redução do total de pessoas engajadas na agricultura, assim como pela estagnação do total da PEA rural ocupada n Estado de São Paulo.

Segundo Kageyama (1997), em termos gerais constata-se que a retração da "PEA" rural ocupada, observada para o País no período analisado, contou com a significativa redução desse contingente na grande Região Sul e com o desempenho variado e indícios de retrocesso nas demais regiões⁶⁹.

⁶⁹ Para Kageyama (1997), o avanço do total de pessoas com ocupações não-agrícolas e com domicílio rural também se repetiu no plano regional.

Tabela 2.3 – PEA ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.

Grandes Regiões Modificadas (a)	“PEAR” Ocupada	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
								81-92 ^b	92-97 ^c
Nordeste	Total	12.231	17.055	17.372	18.088	17.296	18.049	3,1***	0,9
	Agrícola	5.367	6.824	6.518	6.898	6.191	6.574	2,2***	0,9
	Não-Agrícola	6.864	10.231	10.854	11.191	11.105	11.475	3,7***	1,9***
São Paulo	Total	10.641	13.694	14.041	14.875	14.801	14.848	2,3***	1,7***
	Agrícola	1.166	1.261	1.279	1.102	1.115	924	0,7**	-5,6***
	Não-Agrícola	9.475	12.433	12.762	13.773	13.685	13.924	2,5***	2,4***
Sudeste (-SP)	Total	10.243	13.111	13.421	13.978	13.961	14.031	2,3***	1,4***
	Agrícola	2.351	2.337	2.343	2.249	2.154	2.113	-0,1	-2,2***
	Não-Agrícola	7.892	10.774	11.079	11.729	11.807	11.918	2,9***	2,1***
Sul	Total	8.427	10.633	10.689	11.148	11.035	11.057	2,1***	2,1***
	Agrícola	3.474	3.106	2.972	2.837	2.688	2.555	-1,0***	-3,6***
	Não-Agrícola	4.952	7.527	7.717	8.311	8.347	8.502	3,9***	2,6***
Centro Oeste (+TO)	Total	2.893	4.634	4.701	4.946	4.886	5.135	4,4***	1,9***
	Agrícola	837	1.123	1.153	1.107	1.000	1.035	2,7***	-2,4**
	Não-Agrícola	2.055	3.511	3.548	3.839	3.887	4.104	5,0***	3,2***

a) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

No contexto do total da PEA rural ocupada, apresentada na tabela 2.4, observa-se que é bem nítido s especificidades regionais, na medida em que são bastante distintos os desempenhos dos agregados populacionais vinculados às atividades agrícolas e não-agrícolas nos dois períodos em foco, ou seja, no período de 1981 a 1992 e de 1992 a 1997.

O crescimento da PEA rural ocupada no período de 1981 – 1992, detecta-se o lento crescimento do contingente vinculado à agricultura no Brasil, advindo do aumento desse contingente na região Nordeste e da expansão da PEA rural ocupada na região Centro Oeste (+TO), onde essa realidade foi contrabalançada pela diminuição dessa população nas Grandes Regiões Sudeste (-SP) e Sul, com a redução do total de pessoas engajadas na agricultura e, também pela estagnação do total da PEA rural ocupada no Estado de São Paulo. No período de 1992 – 1997, constatou que a significativa redução desse contingente na grande Região Sul e com o desempenho variado e indícios de retrocesso nas demais regiões.

Ainda na tabela 2.4, traz a PEA rural ocupada segundo o ramo de atividade nas Grandes Regiões, onde se pode constatar que a relação PEA rural ocupada em atividades não-agrícola/ PEA rural ocupadas na agricultura foi crescente na maioria das Grandes Regiões modificadas nos períodos em análise. Para Del Grossi (2000), esse resultado não retira o caráter de desigualdade que envolve o desenvolvimento econômico, pois são diferentes as taxas regionais de crescimento de cada ramo de atividade.

Para Graziano da Silva (1997), o avanço das atividades não-agrícolas compensou a forte retração da “PEA” rural ocupada na agricultura, resultando na estabilidade do total da “PEA” rural ocupada ao longo dos períodos de 81 – 92 e 92 – 97, no Brasil. Nestas condições, verifica-se em SP que a PEA rural ocupada manteve-se praticamente equilibrada de 95 – 96, apresentando um predomínio das pessoas engajadas fora da agricultura.

Nas demais Grandes Regiões modificadas, onde a PEA rural com ocupações agrícolas sobrepuja a PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, como:

a) no Nordeste, a estagnação da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas possibilitou que os índices de redução do total de pessoas ocupadas na agropecuária se refletissem no total da “PEA” rural ocupada;

b) nas Grandes Regiões do Sudeste (-SP) e Centro Oeste (+TO), o significativo crescimento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas não permitiu que o total da PEA rural ocupada deixasse de apresentar sinais de recuo;

c) na região Sul, a acelerada expansão da PEA rural vinculada às ocupações não-agrícolas foi insuficiente para evitar a expressiva redução do total da PEA rural ocupada.

A tabela 2.5 traz a PEA urbana segundo o ramo de atividade das Grandes Regiões modificadas. Percebe-se que o declínio tem sido característica marcante do agregado das pessoas economicamente ativas que se ocupam de atividades do meio agrícola, pois a mesma se aplica também para a população residente no meio urbano e ocupada em atividades agrícolas, tanto no plano da União como em termos regionais. Esse contingente decresceu na maioria das Grandes Regiões modificadas, sendo a única exceção a Grande Região Nordeste, que apresentou sinais de crescimento da população agrícola.

Na figura 6, observa-se a participação da PEA urbana segundo os ramos de atividades não-agrícolas destacados nas grandes regiões do Brasil. Por esta figura, observa-se que a participação da região Centro Oeste (+TO), apresenta uma ligeira participação no incremento das atividades não-agrícolas no período de 1992 a 1997, com 91%. Essa disposição se deve ao melhor desempenho das ocupações geradoras de atividades que se aproximaram do meio rural, laticínios, turismos, atividades de pesca, artesanato e outros vinculados à atividade complementar da renda. Outra região destaque é a região Sudeste (-SP), com a participação de 90%, no geral das atividades não-agrícolas no Brasil, contribuindo para uma melhor distribuição das atividades geradoras de empregos no meio rural.

Tabela 2.4 – PEA rural ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.

Grandes Regiões Modificadas (a)	“PEA _r ” rural Ocupada	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
								81-92 ^b	92-97 ^c
Nordeste	Total	6.102	7.163	7.210	7.214	6.677	7.043	1,5***	-0,8
	Agrícola	4.581	5.562	5.276	5.516	4.979	5.308	1,8***	-1,1
	Não-Agrícola	1.521	1.600	1.934	1.698	1.698	1.735	0,5	0,0
São Paulo	Total	1.011	1.004	1.062	1.060	1.014	980	-0,1	-0,7
	Agrícola	682	612	636	543	527	454	-1,0	-5,9***
	Não-Agrícola	329	393	426	517	487	526	1,6*	5,9***
Sudeste (-SP)	Total	2.270	2.307	2.332	2.340	2.278	2.285	0,1	-0,3
	Agrícola	1.829	1.679	1.700	1.618	1.587	1.543	-0,8**	-1,8***
	Não-Agrícola	441	628	632	722	691	742	3,3***	3,5***
Sul	Total	3.654	3.209	3.086	2.986	2.935	2.830	-1,2***	-2,3***
	Agrícola	3.043	2.570	2.442	2.318	2.182	2.066	-1,5***	-4,1***
	Não-Agrícola	610	639	644	668	753	764	0,4	3,9
Centro Oeste (+TO)	Total	760	1.007	1.012	1.013	1.000	1.006	2,6***	-0,1
	Agrícola	600	770	772	734	675	686	2,3***	-2,8***
	Não-Agrícola	159	237	241	279	325	320	3,7***	7,2***

a) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

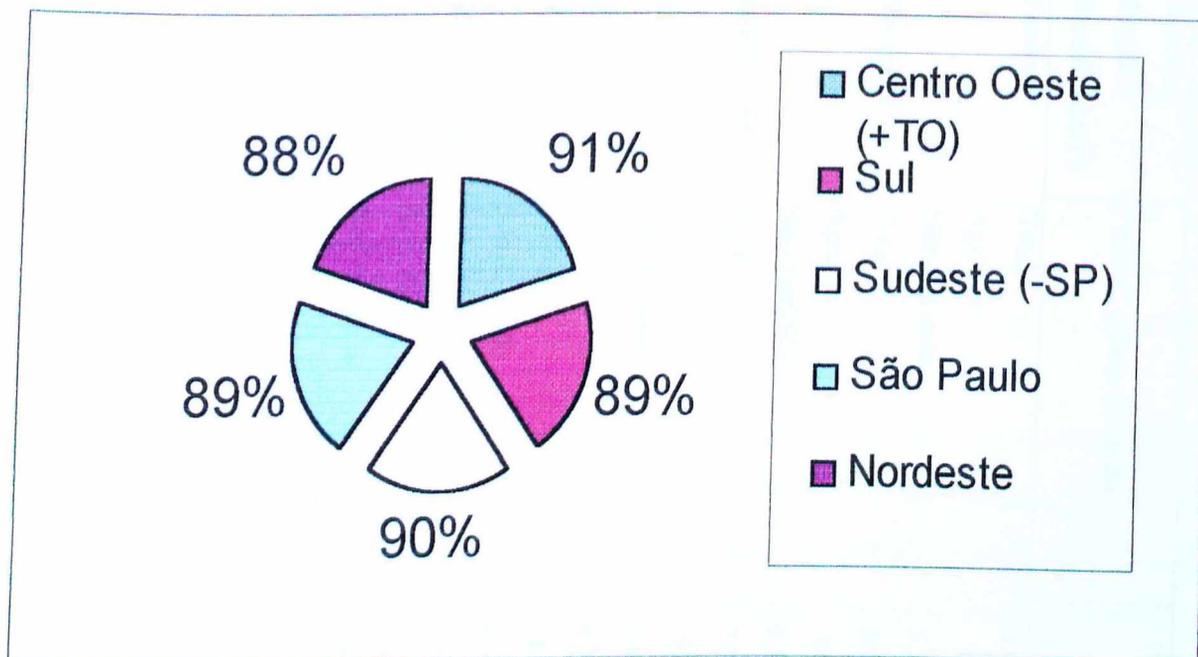


Figura 6: Participação da PEA urbana segundo os ramos de atividades Não-agrícolas. Grandes Regiões modificadas, 1992/1997 – em percentual.

Fonte: Del Grossi (1999).

Tabela 2.5 – PEA urbana ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.

Grandes Regiões Modificadas ^(a)	"PEAr" urbana Ocupada	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
								81-92 ^b	92-97 ^c
Nordeste	Total	6.128	9.892	10.162	10.874	10.619	11.006	4,4***	2,1***
	Agrícola	785	1.262	1.242	1.381	1.212	1.266	4,4***	0,1
	Não-Agrícola	5.343	8.631	8.920	9.493	9.408	9.740	4,5***	2,3***
São Paulo	Total	9.630	12.690	12.979	13.815	13.787	13.868	2,5***	1,9***
	Agrícola	484	649	643	559	589	470	2,7***	-5,4**
	Não-Agrícola	9.146	12.041	12.336	13.256	13.198	13.398	2,5***	2,3***
Sudeste (-SP)	Total	7.973	10.804	11.089	11.638	11.683	11.745	2,8***	1,7***
	Agrícola	522	658	643	631	567	570	2,1***	-3,1***
	Não-Agrícola	7.450	10.146	10.446	11.007	11.116	11.176	2,8***	2,0***
Sul	Total	4.773	7.424	7.604	8.162	8.100	8.227	4,1***	2,2***
	Agrícola	431	536	531	519	506	489	2,0***	-1,7***
	Não-Agrícola	4.342	6.888	7.173	7.643	7.594	7.739	4,3***	2,4***
Centro Oeste (+TO)	Total	2.133	3.627	3.689	3.933	3.886	4.130	4,9***	2,4***
	Agrícola	237	354	382	373	324	346	3,7***	-1,6***
	Não-Agrícola	1.896	3.273	3.273	3.307	3.560	3.562	5,1***	2,8***

a) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

c) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

2.1.1 – Principais Ocupações Agrícolas e Não-agrícolas

Para Del Grossi (1999), a partir das informações relativas aos ramos de atividades não-agrícolas registrados pelo IBGE⁷⁰, destaca-se ao longo do período de 1981 – 1997, dos dez principais ramos apenas cinco reúnem cerca de 85% do total das ocupações não-agrícolas. Dentre esses ramos de atividades econômicas, destacam-se a Prestação de Serviços, Comércio de Mercadorias e o Social, com um comportamento de crescimento nos dois intervalos de tempo em análise.

Pela tabela 2.6, observa-se a PEA rural restrita segundo a condição e o ramo de atividade. Dentre esses ramos, destaca-se dois ramos que o da Indústria de Transformação, no período de 1992 – 1997 somente foi suplantado pelo setor da Prestação de Serviços onde, manifestou um decréscimo no período de 1981 – 1992 e um desempenho instável mas com sinais de retrocesso no período 1992 – 1997.

Observa-se também que na tabela 2.6, a indústria da Construção Civil, que apresentou um comportamento positivo, ocupando o segundo maior contingente de pessoas ocupadas, no período de 1981, sendo sobrepujada pelo ramo da Prestação de Serviços, reduzindo sua participação no período de 1981 – 1992, apresentando um desempenho desuniforme, com índices de acréscimo, entre 1992 – 1997, colocando esse ramo de atividades na quinta colocação dentre o bloco majoritário, a partir de 1995.

Na tabela 2.6, destaca-se os ramos de atividades como o da Prestação de Serviços, Indústria de Transformação, Comércio de Mercadorias, Social e do da Indústria da Construção Civil são os mais proeminentes quanto à geração de ocupações não-agrícolas para a população residente no meio rural.

Para Del Grossi (1999), alguns ramos apresentavam dinâmicas diferentes, no conjunto, tais ramos não-agrícolas proviam, em 1997, ocupação para cerca de 3,5 milhões de pessoas com residência no meio rural.

⁷⁰ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é responsável pelas pesquisas e mensurações dos dados da PNADs.

Tabela 2.6 – PEA rural restrita segundo a condição de ocupação e o ramo de atividade (1000 pessoas). Brasil, 1981 – 1997.

Ramos de Atividades	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
							81 – 92 ^a	92 – 97 ^b
Total da “PEAr” rural	13.936	15.001	14.998	14.935	14.309	14.572	0,7***	-0,8*
Ocupados	13.797	14.689	14.702	14.613	13.905	14.144	0,6***	-1,0**
Agrícola	10.736	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	0,4***	-2,2***
Não-agrícola	3.061	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	1,2***	2,5**
Prestação de Serviços	618	975	970	1.106	1.105	1.27	4,2***	4,4***
Indústria de Transformação	646	773	814	791	741	780	1,6***	-0,6
Comércio de Mercadorias	313	452	449	517	543	532	3,4***	4,2***
Social	309	469	507	507	538	506	3,9***	1,6*
Indústria da Construção Civil	735	312	558	396	434	446	-7,5***	2,8
Administração Pública	96	162	231	199	205	212	4,9***	2,9
Transporte e Comunicação	117	146	130	147	171	173	2,1***	4,9**
Outras atividades industriais	126	115	126	119	103	111	-0,9	-2,1
Serviços Auxiliares ativ. econ.	55	55	54	64	71	75	0,0	7,1***
Outras atividades	45	38	39	37	44	47	-1,6	4,1*
Não-ocupados (Procurando Emprego)	139	312	295	322	404	430	7,6***	7,4***
Pessoas com 10 anos ou mais de idade	24.234	23.785	23.760	24.029	24.211	24.318	-0,2*	0,5***

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Cossi (1999).

Na tabela 2.7, destaca-se a PEA rural ocupada segundo o ramo de atividade principal, nas Grandes Regiões modificadas, segundo pode se observar que o elenco de ramos de atividades que concentra a parcela majoritária das ocupações não agrícolas no âmbito do Brasil reproduz no plano regional sua liderança, como o ramo da Prestação de Serviços, com tendência de crescimento, verificada para todo o Brasil⁷¹.

O destaque efetuado para todo o Brasil acerca do consistente crescimento dos ramos de atividades do Comércio de Mercadorias e Social não deve ser mantido para o plano regional, principalmente em função da estagnação dos ramos de atividades geradores de atividades não-agrícolas, nas Grandes Regiões do Sul e Nordeste.

A tabela 2.7 também proporciona o destaque para a seqüência dos demais quatro ramos do elenco majoritário, quanto ao volume de ocupações não-agrícolas, é bastante distinta. A segunda e a terceira posição nessa seqüência têm sido ocupadas pelos ramos da Indústria de Transformação e Comércio de Mercadorias nas Grandes Regiões modificadas de SP e Sul; no NE, tais colocações são preenchidas pelos ramos do Comércio de Mercadorias e Social; no CO (+TO), os ramos do Comércio de Mercadorias e Social ocupam a segunda e terceira posições, respectivamente; e, no SE (-SP), tais posições são ocupadas pelos ramos da Indústria de Transformação e Indústria da Construção Civil⁷².

Para Del Grossi (1999), esse comportamento não reflete que as dinâmicas da geração de ocupações rurais não-agrícolas estariam ligadas, inicialmente, à modernização da base técnica de produção agropecuária e ao desenvolvimento de atividades industriais no campo e, posteriormente, à expansão das atividades de comércio e serviços para o meio rural.

Esta situação se deve ao fato de que o desenvolvimento rural brasileiro não tem sido homogêneo, tanto espacialmente como em termos das dinâmicas que o promoveram. A esse respeito, Graziano da Silva e Del Grossi (1997) comentam que:

⁷¹ Com exceção da Grande Região do NE, as taxas anuais de crescimento desse ramo de atividade apresentaram valores acima da média nacional, principalmente na Grande Região de SP.

⁷² Destaca-se a inexistência de um padrão único de expansão das atividades não-agrícolas no plano regional, assim como a não necessária vinculação do avanço das atividades não-agrícolas no meio rural ao desenvolvimento de atividades diretamente associadas à agricultura.

Tabela 2.7 – PEA rural ocupada segundo o ramo de atividade principal (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1999.

Grandes Regiões Modificadas (c)	Ramos de Atividade Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
								81 – 92 ^b	92 – 97 ^c
Nordeste	Prestação de Serviços	223	367	374	429	398	425	4,6***	2,9**
	Indústria de Transformação	249	321	319	293	281	279	2,3***	-3,1
	Comércio de Mercadorias	161	247	242	286	282	284	4,0**	3,6***
	Social	148	272	301	271	291	280	5,7***	0,1
	Indústria da Construção Civil	570	151	375	151	194	178	-11,4***	-4,0
São Paulo	Prestação de Serviços	85	149	146	169	162	203	5,2***	5,7**
	Indústria de Transformação	114	90	114	129	107	101	-2,2*	1,7
	Comércio de Mercadorias	25	41	46	53	52	61	4,4*	7,4***
	Social	18	23	31	46	41	35	2,1	9,4*
	Indústria da Construção Civil	33	29	35	61	52	57	-1,1	14,7***
Sudeste (SP)	Prestação de Serviços	147	215	214	249	246	279	3,5***	5,3***
	Indústria de Transformação	81	122	131	115	97	108	3,8***	-4,2*
	Comércio de Mercadorias	46	63	58	73	68	76	2,8*	4,6**
	Social	44	69	66	81	79	75	4,1***	3,2*
	Indústria da Construção Civil	55	64	77	99	91	102	1,4	9,0***
Sul	Prestação de Serviços	119	158	146	171	195	189	2,6***	5,3***
	Indústria de Transformação	173	196	217	204	215	248	1,2	3,3*
	Comércio de Mercadorias	62	78	78	68	97	79	2,1*	1,5
	Social	79	70	70	69	73	67	-1,0	-0,4
	Indústria da Construção Civil	65	50	48	59	65	75	-2,4*	8,9***
Centro Oeste (+TO)	Prestação de Serviços	44	87	89	89	104	110	6,5***	4,6***
	Indústria de Transformação	29	45	34	51	42	44	4,0***	2,1
	Comércio de Mercadorias	19	24	24	38	43	32	2,2	10,1*
	Social	20	35	39	39	54	49	5,1***	7,6**
	Indústria da Construção Civil	12	18	22	26	33	33	4,1**	13,0***

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

Nestas condições, cabe ressaltar que as dinâmicas das populações agrícolas e não-agrícolas, não estão diretamente vinculadas e por isso, o crescimento do total de pessoas engajadas em atividades não-agrícolas se processa através da redução do contingente ocupado na agropecuária, demonstrando que o crescimento da maior parte dos ramos considerados recoloca, indiretamente, a contínua atratividade das atividades não-agrícolas.

2.1.2 – Ocupações rurais Não-agrícolas

Segundo os dados da PNAD⁷³, o setor de emprego doméstico tem sido o líder na absorção de postos de trabalho não-agrícolas no meio rural brasileiro, sendo essa posição decorrente unicamente do ramo da Prestação de Serviços, dentre os vários que integram esse setor.

Na tabela 2.8, destaca a “PEA” urbana ocupada segundo o ramo de atividade nas Grandes Regiões do Brasil, mostra que o Setor da Prestação de Serviços incorporou no período de 1981 – 1992 cerca de 378 mil pessoas. Em 1997, esse setor fez um total de 680 mil postos de trabalho que correspondeu, aproximadamente, a 17% da “PEA” rural ocupada em atividades não-agrícolas.

Para Del Grossi (1997), a segunda colocação que se dá para o setor da Construção Civil, pertencente ao ramo de atividades de mesma designação, o qual perdeu a posição de destaque que exercia, no ano de 1981, em função da acentuada redução que perdurou de 1981 até 1997, principalmente durante os anos 80s. Outro destaque se dá para o ramo de Estabelecimento de Ensino Público, que compõe o ramo Social, tem se mantido na terceira posição de destaque dos setores rurais não-agrícolas e integrou, em 1997, um agrupamento da ordem de 347 mil pessoas.

Para melhor aferir o comportamento da “PEA” rural ocupada em atividades não-agrícolas, selecionou-se um elenco de 13 ocupações não-agrícolas. Destaque, na tabela 2.9, para os ramos de atividades como os Serviços Domésticos, Pedreiro, Balconista, Ajudante de Pedreiro, e Ambulantes – Outros, que apresentaram um perfil de desempenho melhor que os demais nos períodos de 1981 – 1992 e 1992 – 1997.

⁷³ O elenco de setores de atividades não-agrícolas foram discriminados pelo grau de densidade populacional que no conjunto perfizessem, em 1997, ao menos perfizessem dois terços do total de pessoas engajadas em atividades não-agrícolas e residentes no meio rural. Esse procedimento resultou em um elenco de 13 setores, cuja evolução nos períodos de 1981 – 1992 e 1992 – 1997 pode ser observado na tabela 2.12, onde tais setores estão listados em ordem decrescente, para o ano de 1997, quanto à magnitude do contingente de pessoas. Del Grossi (1999).

Tabela 2.8 – PEA urbana ocupada segundo o ramo de atividade (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1997.

Setores de Atividade Não-agrícola	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
							81 – 92 ^a	92 – 97 ^b
Emprego Doméstico	302	508	527	620	637	680	4,9***	6,2***
Construção Civil	735	312	558	396	434	446	-7,5***	2,8
Estab. Ens. Público	219	348	389	353	364	347	4,3***	-0,7
Comércio Alimentos	142	181	186	223	203	203	2,2***	2,8
Restaurantes	58	125	115	132	135	171	7,2***	6,1**
Indústria Alimentos	98	173	143	174	175	165	5,3***	1,3
Indústria Transfor.	140	154	190	154	141	153	0,9	-2,8
Administração Munic.	32	94	158	119	115	141	10,1***	3,0
Alfaiataria	151	143	138	127	120	122	-0,5	-3,6***
Comércio Ambulante	40	92	72	117	122	106	7,9	7,4
Indústria de Madeira	106	76	84	89	70	75	-3,0***	-1,3
Transporte de Carga	58	71	62	70	79	71	2,0*	2,0
Assist. Técnica – veículos	23	43	45	64	50	57	5,8***	5,6*
Total	2.103	2.321	2.668	2.639	2.645	2.737	0,9***	2,4*
“PEAR” Rural Não-Agrícola (c)	3.061	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	1,2***	2,5**

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

Pochmann (1998), diz que de forma distinta do que ocorre no meio urbano, onde as profissões mais populosas são as dos trabalhadores de limpeza, da construção civil e de professores de segundo grau. No meio rural predominam os Empregados Domésticos ao lado daqueles da Construção Cível, dos Balconistas Atendentes. De modo geral, no meio rural a supremacia pertence às profissões que não requerem mão-de-obra especializada, ou seja, com pouca formação escolar⁷⁴.

Segundo Graziano da Silva (1997), a grande participação dos serviços domésticos nas atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro aponta, para três condições distintas e não necessariamente excludentes:

a) a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada;

b) o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja com chácaras de fim-de-semana, seja com condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos;

c) o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato e a ausência de restrições legais para a autoconstrução⁷⁵.

Na tabela 2.9, destaca-se as ocupações de Ajudantes de Pedreiro, Costureiro-Alfaiate e de Diversos, constata-se, de forma coerente com as dinâmicas dos ramos e dos setores de atividades empregatícias, um generalizado crescimento das ocupações apresentadas de 1981 a 1992, principalmente dos setores com ocupações de Servente Faxineiro, Professores de Primeiro Grau, Pedreiros, Serviços por Conta-própria e Serviços Domésticos.

⁷⁴ Para Pochmann (1998), Essa realidade, não se aplica de forma generalizada, pois, ocorrem ocupações que exigem formação profissional de média a elevada qualificação, mas sempre aparecem com baixa frequência nas amostras das PNADs.

⁷⁵ Para Graziano da Silva (1997), essa é uma das razões principais de proliferação dos loteamentos clandestinos nas periferias das cidades.

Tabela 2.9 – Principais ocupações Não-agrícola da PEA rural engajada em atividades Não-agrícolas (1000 pessoas). Brasil, 1981/1997.

Ocupação Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
							81 – 92 ^a	92 – 97 ^b
Serviços Domésticos	293	408	429	490	519	537	3,1***	5,9***
Pedreiro	115	182	157	204	213	246	4,3***	7,3**
Serviços Conta-Própria	117	178	195	185	189	207	3,9***	1,8
Balconistas Atendentes	87	128	118	145	173	174	3,6***	8,1***
Profes. Prim. Grau inicial	101	169	190	176	160	162	4,7***	-2,0
Motorista	98	128	113	128	158	158	2,4***	6,0**
Servente Faxineiro	68	137	141	120	132	137	6,6***	-0,9
Ajudante Pedreiro	104	83	115	121	139	129	-2,0**	8,5**
Ajudante Diversos	474	113	317	111	105	120	-12,2***	-8,9
Diversos	43	92	90	77	110	105	7,1***	3,2
Costureiro Alfaiate	115	104	94	97	99	89	-0,9	-1,8
Forneiro em Olaria	87	98	119	81	68	83	1,1	-7,2*
Ambulante – Outros	23	52	37	78	69	69	7,5***	11,2*
Total	1.726	1.872	2.114	2.012	2.134	2.216	0,7***	2,5*
“PEAr” Rural Não-Agrícola (c)	3.061	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	1,2***	2,5**

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

Na tabela 2.10, onde apresenta o crescimento da PEA rural ocupada contou com o aumento em ambos os agregados populacionais – agrícolas e não-agrícolas –, principalmente com a expansão de todas as categorias integrantes da “PEA” rural ocupada fora da agricultura, enquanto que, na etapa posterior, a ampliação desse último contingente não foi suficiente para contrabalançar a genérica diminuição no total de pessoas vinculadas à produção agrícola.

O destaque no ramo de atividades se dá para o Empregados, onde apresenta a categoria mais populosa e que não apresentou um comportamento favorável, nos dois períodos analisados. Já para o ramo de atividades dos Não-Remunerados, ocorreu um decréscimo nos dois períodos analisados⁷⁶. Na categoria dos Empregados, verifica-se que a redução no total de empregados da agropecuária foi contrabalançada pela expansão dos empregados em atividades não-agrícolas.

Na segunda categoria mais populosa, a dos Conta-Própria, observa-se que o seu crescimento derivou fundamentalmente do aumento do contingente de pessoas que empreendiam por sua própria iniciativa atividades não-agrícolas, pois no âmbito da agricultura essa categoria manteve-se estagnada durante esta etapa. Nas etapas subsequentes, essa categoria apresentou um desempenho variado, cabendo ressaltar o fato de que o total das pessoas pertencentes a essa categoria e atuantes no ramo de atividades não-agrícolas apresentou, em 1997, aproximadamente um milhão de pessoas.

Para Graziano da Silva & Del Grossi (1997), a única categoria que ampliou, nos dois períodos analisados, foi a dos Empregadores de atividades não-agrícolas. Seu expressivo crescimento, contudo, não favoreceu ao movimento de expansão de toda a categoria dos Empregadores no período 1992 – 1997, devido ao menor tamanho desse ramo de atividade e à acentuada diminuição no total de Empregadores agrícolas, no período analisado.

⁷⁶ Este decréscimo pode ser em função de uma possível estagnação e de retrocesso do ramo de atividades.

Tabela 2.10 – PEA rural ocupada, segundo a posição de ocupados e a atividade principal (1000 pessoas). Brasil, 1981/1997.

Posição na Ocupação Principal na Atividade Principal	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
							81 – 92 ^a	92 – 97 ^b
Atividade Agrícola	10.736	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	0,4***	-2,2***
Empregados	3.359	3.093	3.015	2.907	2.703	2.776	-0,7***	-2,5***
Conta-Própria	3.434	3.546	3.363	3.491	3.255	3.395	0,3	-0,8
Empregadores	274	312	265	275	219	247	1,2**	-4,8*
Não-Remunerados	3.669	4.241	4.183	4.058	3.748	3.638	1,3***	-3,1***
Sem declaração	-	-	-	-	25	0	-	-
Atividade Não-agrícola	3.061	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	1,2***	2,5**
Empregados	2.257	2.393	2.807	2.673	2.855	2.857	0,5**	2,7*
Conta-Própria	677	868	849	948	865	959	2,3***	1,8
Empregadores	36	57	61	79	76	89	4,2***	9,0***
Não-Remunerados	90	179	160	184	157	183	6,4***	0,3
Sem declaração	-	-	-	-	1	-	-	-
Ativ. Agrícola e Não-agrícola	13.797	14.689	14.702	14.613	13.905	14.144	0,6***	-1,0**
Empregados	5.617	5.485	5.822	5.579	5.558	5.633	-0,2	0,0
Conta-Própria	4.111	4.414	4.212	4.439	4.121	4.354	0,7***	-0,3
Empregadores	310	359	326	354	295	336	1,6***	-2,1
Não-Remunerados	3.759	4.420	4.343	1.241	3.905	3.821	1,5***	-2,9***
Sem declaração	0	0	0	0	26	0	-	-

a) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

c) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (1999).

Na tabela 2.11 considera-se a subdivisão quanto ao ramo de atividade, percebe-se:

Tabela 2.11 – PEA rural ocupada na agricultura, segundo a posição de ocupação (1000 pessoas). Grandes Regiões modificadas, 1981/1999.

Grandes Regiões Modificadas (a)	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
							81 – 92 ^b	92 – 97 ^c
Nordeste	4.581	5.562	5.276	5.516	4.979	5.308	1,8***	-1,1
Empregados	1.421	1.392	1.255	1.246	1.133	1.178	-0,2	-3,2**
Conta-Própria	1.774	1.985	1.862	2.018	1.842	2.016	1,0***	0,2
Empregadores	85	109	93	77	79	82	2,3**	-5,8**
Não-Remunerados	1.301	2.076	2.067	2.175	1.924	2.032	4,3***	-0,8
Sem declaração	-	-	-	-	1	-	-	-
São Paulo	682	612	636	543	527	454	-1,0	-5,9***
Empregados	330	257	334	297	252	253	-2,2***	-2,5
Conta-Própria	127	120	121	107	100	94	-0,5	-5,1***
Empregadores	19	37	21	18	15	18	6,6***	-13,0**
Não-Remunerados	206	197	160	120	160	88	-0,4	-11,4*
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste (-SP)	1.829	1.679	1.700	1.618	1.587	1.543	-0,8**	-1,8***
Empregados	879	726	741	680	677	694	-1,7***	-15*
Conta-Própria	413	421	392	408	414	388	0,2	-0,7
Empregadores	74	69	68	81	61	69	-0,6	-0,6
Não-Remunerados	463	463	499	449	435	392	0,0	-3,5**
Sem declaração	-	-	-	-	1	-	-	-
Sul	3.043	2.570	2.442	2.318	2.182	2.066	-1,5***	-4,1***
Empregados	491	396	355	368	328	334	-19***	-3,1**
Conta-Própria	934	820	795	755	720	695	-1,2***	-3,2***
Empregadores	66	57	46	69	37	57	-1,4	-1,0
Não-Remunerados	1.552	1.296	1.245	1.126	1.075	980	-1,5***	-5,2***
Sem declaração	-	-	-	-	23	-	-	-
Centro Oeste (+TO)	600	770	772	734	675	686	2,3***	-2,8***
Empregados	238	321	330	316	314	318	2,8***	-0,6
Conta-Própria	186	200	193	202	179	201	0,7	-0,5
Empregadores	31	40	36	29	27	21	2,4*	-11,5***
Não-Remunerados	146	208	212	187	155	146	3,3***	-7,5***
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-

a) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

c) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (2000).

a) Com exceção da região NE, os distintos contingentes dos Empregados apresentaram trajetórias opostas, decrescendo nas atividades agrícolas e aumentando nas ocupações não-agrícolas;

b) A categoria dos Conta-Própria ocupada em atividades agrícolas diminuiu na maioria das Grandes Regiões, embora de uma maneira menos nítidas, ao passo que no grupo de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas somente se verifica sinal de redução na região SE (-SP);

c) A categoria dos Não-Remunerados, vinculada às atividades agrícolas, reduziu-se, no período de 1992 – 1997, enquanto que no âmbito das atividades não-agrícolas essa categoria mostrou indicativo de redução somente na região de SE (-SP).

Na tabela 2.12, observa-se que a “PEA” rural ocupada na agricultura, segundo a posição de ocupação, apresenta no plano regional os perfis ocupacionais dos agregados de atividades agrícolas e não-agrícolas da “PEA” rural ocupada tenderam a se diferenciar, assim como também não se verificou equivalência na magnitude da categoria dos Empregados. Os perfis ocupacionais assemelharam-se unicamente na posição dos Empregadores. No âmbito do total da “PEA” rural ocupada, observaram-se coincidências apenas nas regiões de SP, SE (-SP) E CO (+TO)⁷⁷.

Destaca-se neste trabalho os ramos com dupla atividade⁷⁸. Para esta pesquisa, constata-se que as ocupações não-agrícolas no meio rural podem estar apresentando uma importância maior que aquela até então apresentada com base na atividade principal.

⁷⁷ Foi comum a todas as regiões a segunda posição ocupada pela categoria dos de Conta-Própria, nos agregados agrícolas e não-agrícola.

⁷⁸ Dupla atividade implica uma simplificação das pessoas que porventura tinham mais de uma atividade na semana de referência. Como somente 93% destas pessoas têm somente duas atividades, simplificou-se o termo “pessoas com mais de um trabalho” para “pessoas com dupla atividade”.

**Tabela 2.12 – PEA rural não-agricultura, segundo a posição de ocupação (1000 pessoas).
Grandes Regiões modificadas, 1981/1999.**

Grandes Regiões Modificadas (a) Posição na Ocupação	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
							81- 92 ^b	92 - 97 ^c
Nordeste	1.521	1.600	1.934	1.698	1.698	1.735	0,5	0,0
Empregados	1.065	974	1.370	1.053	1.110	1.084	-0,8**	-0,4
Conta-Própria	402	496	465	508	465	523	1,9***	0,9
Empregadores	11	21	21	24	28	23	6,1***	4,0
Não-	43	109	78	113	95	105	8,8***	1,4
Remunerados								
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	329	393	426	517	487	526	1,6*	5,9***
Empregados	271	328	337	407	408	419	1,8*	5,6***
Conta-Própria	44	49	60	86	61	83	1,1	8,9*
Empregadores	4	10	13	12	9	16	8,2*	2,8
Não-	10	5	17	11	10	9	-6,8**	5,2
Remunerados								
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste (-SP)	441	628	632	722	691	742	3,3***	3,5***
Empregados	332	422	438	516	530	550	2,2***	5,8***
Conta-Própria	99	166	158	167	139	162	4,9***	-1,4
Empregadores	2	10	9	16	12	11	14,2***	5,4
Não-	8	29	27	24	11	20	12,2***	-12,4*
Remunerados								
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	610	639	644	668	753	764	0,4	3,9***
Empregados	476	505	484	504	565	575	0,5	3,2**
Conta-Própria	97	102	120	125	142	127	0,5	5,0**
Empregadores	14	12	14	18	19	30	-1,7	17,4***
Não-	23	21	26	22	27	31	-0,9	5,6*
Remunerados								
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Oeste (+TO)	159	537	241	279	325	320	3,7***	7,2***
Empregados	113	164	179	193	242	229	3,4***	7,8***
Conta-Própria	36	55	46	61	60	64	3,8***	4,9*
Empregadores	4	4	4	10	9	9	0,0	19,7
Não-	6	15	11	14	14	17	9,2***	5,0
Remunerados								
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-

a) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

c) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Del Grossi (2000).

Para os dados da 2.13, observa-se à confirmação dessa hipótese, ao menos para o período de 1981 – 1992, ainda que a magnitude da parcela de pessoas com dupla atividade seja relativamente pequena⁷⁹. O contingente de pessoas que declarou exercer dupla atividade situou perto de três milhões de pessoas, no período de 1992 – 1997.

Observa-se que se reproduz nesse tipo de contingente a mesma predominância que as atividades não-agrícolas apresentam quando avaliadas com base apenas na atividade principal. Ou seja, a parcela majoritária situa-se no meio urbano e apresenta como ocupação principal a secundária as atividades não-agrícolas.

Apesar de não se dispor de informações relativas à natureza da ocupação secundária para o ano de 1981, observa-se que o contingente estimado de pessoas com domicílio rural e com dupla atividade daquele ano era bem menor que aquele dos anos de 1992 e de 1997, revelando um notório crescimento⁸⁰.

Para Del Grossi & Graziano da Silva (1997), a conclusão geral de que o atual porte da população rural ocupada em atividades não-agrícolas e o seu firme crescimento nas décadas mais recentes autorizam contestar:

- 1) A pertinência de se propugnar uma única via de desenvolvimento rural;
- 2) Embora as ocupações não-agrícolas que vêm sendo difundidas no meio rural não contenha um elevado grau de escolaridade e de especialização profissional, as mesmas atestam que o meio rural não é refratário a novas oportunidades.

Assim, o fomento à conformação de economias locais fundadas numa malha difusa de atividades agrícolas e não-agrícolas, desponta-se como a ação necessária para a amenização do caráter excludente e de desigualdade regional que demarcam o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro.

⁷⁹ Ou seja, próxima de 5% do total da PEA ocupada em 1997.

⁸⁰ Em virtude disso, obteve-se significância em todos os testes estatísticos efetuados para as taxas de crescimento estimadas para o período de 1981 – 1992, tanto para o meio urbano como para o meio rural.

Tabela 2.13 – População com dupla atividade na PEA ocupada, segundo a situação de domicílio (1000 pessoas). Brasil, 1981/1997.

Situação de Domicílio	Atividade Principal Atividade Secundária	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
								81-92 ^a	92-97 ^b
URBANO	Agrícola	78	164	163	171	142	137	7,0***	-3,5*
	Agrícola	nd	66	47	81	54	51	-	-1,6
	Não-agrícola	nd	98	117	90	89	86	-	-4,4*
	Não-agrícola	1.020	1.749	1.841	2.092	2.006	2.069	5,0***	3,5***
	Agrícola	nd	185	195	202	156	179	-	-2,1
	Não-Agrícola	nd	1.564	1.647	1.890	1.850	1.891	-	4,0***
RURAL	Agrícola e Não-agrícola	1.098	1.913	2.004	2.263	2.149	2.206	5,2***	2,9**
	Agrícola	268	647	703	711	563	669	8,3***	-1,2
	Agrícola	nd	469	314	508	418	506	-	4,1
	Não-agrícola	nd	178	390	203	145	163	-	-9,4
	Não-agrícola	205	314	431	350	255	322	4,0***	-4,0
	Agrícola	nd	221	309	235	146	187	-	-8,3
GERAL	Não-Agrícola	nd	93	122	115	109	135	-	4,5
	Agrícola e Não-agrícola	472	951	1.135	1.061	818	991	6,7***	-2,2
	Agrícola	345	811	867	882	705	806	8,1***	-1,6
	Agrícola	nd	535	360	589	472	557	-	3,5
	Não-agrícola	nd	276	506	292	234	249	-	-8,0
	Não-agrícola	1.225	2.063	2.273	2.442	2.261	2.391	4,9***	2,3*
	Agrícola	nd	407	504	437	302	366	-	-5,6
	Não-Agrícola	nd	1.657	1.769	2.006	1.959	2.025	-	4,1***
	Agrícola e Não-agrícola	1.570	2.874	3.139	3.324	3.967	3.197	5,7***	1,3

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

nd – dado não disponível

Fonte: Del Grossi (1999).

2.2 – Evolução da Renda nas Famílias Agrícolas e Rurais: Brasil

Com base nos dados da PNAD de 1990, Graziano da Silva (1996) mostrou que, para um mesmo ramo de atividade, a renda média das pessoas com domicílio urbano era sempre maior que a renda média das pessoas com domicílio rural. Entre as pessoas que trabalhavam em atividades agropecuárias, as que moravam na cidade ganhavam em média quase três vezes mais que as que moravam no campo; e a renda média das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas que moravam no campo estava mais próxima da renda das pessoas com residência urbana ocupadas no mesmo ramo de atividades do que a renda das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Segundo Graziano da Silva (1996), eram as rendas agrícolas que eram inferior à das pluriativas para uma determinada posição na ocupação (empregador, conta-própria ou empregado). Note-se também que as famílias rurais não-agrícolas - tanto as de conta própria, como as de empregados - têm uma renda *per capita* que é quase o dobro das famílias agrícolas e muito superior também à das pluriativas. Isso se explica pela heterogeneidade do ERNA⁸¹, como mostramos anteriormente, uma vez que sob a classificação de conta-própria ou empregados não-agrícolas podem estar tanto a empregada doméstica como técnicos altamente especializados.

Dados adicionais confirmam que as rendas mensais *per capita* decrescem no sentido do urbano para o rural; e deste para as áreas exclusivamente rurais onde predominam as atividades agropecuárias, tanto para as famílias agrícolas, como para as pluriativas. Da mesma maneira, as rendas rurais *per capita* são maiores em São Paulo e na região Centro Oeste e Sul, decrescendo nas regiões Nordeste e Sudeste.

Mas as taxas de crescimento calculadas para o sub-período inteiramente sob vigência do Plano Real, mostram que a renda média mensal de todas as famílias brasileiras não apresentou crescimento significativo entre 1995 e 1997. E quando se considera os diferentes tipos de famílias rurais, apenas as dos empregadores mostram aumentos significativos nas suas rendas médias. As famílias de conta-própria assim como as de empregados, sejam elas

⁸¹ ERNA, emprego rural não-agrícola. Utilizado pelos autores, mas que de certa forma, passaram a utilizar a ORNA, ocupação rural não-agrícola, em virtude de considerá-la mais apropriada para o caso brasileiro, uma vez que grande parte das ORNAs são atividades exercidas também por trabalhadores por conta-própria e até mesmo por pequenos empregadores e não apenas por empregados rurais, Graziano da Silva (1996).

agrícolas e/ou pluriativas, tiveram uma significativa queda de sua renda média mensal. E, mais interessante ainda: as famílias de conta própria não agrícolas mostraram um crescimento de suas rendas médias mensais, Del Grossi & Graziano da Silva, (1999).

A composição da renda das famílias rurais também apresentada na tabela 2.14 mostra a grande dependência das famílias de conta própria agrícolas das transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões. Resultados adicionais mostram que nas famílias de conta própria agrícola com áreas menores que 10 hectares, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar entre um quarto e um terço da renda familiar.

Já entre as pluriativas, essa proporção é bem menor, situando-se na faixa dos 10% a 15% entre as famílias que possuem menores áreas. Isso significa que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares e sugere que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais seriam políticas importantes para conter o êxodo rural, ao mesmo tempo em que poderiam funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência nas regiões menos desenvolvidas do país, como o Nordeste.

Para Del Grossi & Graziano da Silva (1995), há muitas razões que justificam as diferenças anteriormente apresentadas, inclusive uma provável maior subestimação das rendas agrícolas dos empregadores e conta-própria com rendimentos provenientes do trabalho assalariado dos empregados não-agrícolas⁸². O objetivo é chamar a atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias – particularmente das famílias rurais – estão entre as menores que se pagam até hoje no país. E que, portanto, a possibilidade de encontrar ocupações não-agrícolas é fundamental para se elevar – e porque não dizer, também, estabilizar – as rendas das famílias residentes no meio rural.

Segundo Del Grossi & Graziano da Silva, (1999), é preciso observar que é praticamente impossível analisar a evolução das rendas familiares na primeira metade da década de 90, dadas as dificuldades de se obter estimativas comparáveis em função das

⁸² Isso se deve tanto às dificuldades inerente a uma estimativa da renda agrícola em função de sua forte variação sazonal, como também da forma como é formulada a questão na PNAD. A melhoria da qualidade das informações da renda agrícola é fundamental para que se possa avançar em recomendações de políticas de manutenção da renda das famílias rurais como bem destaca Hill (1999).

elevadas taxas de inflação vigentes e das distorções introduzidas pelos dois planos de estabilização econômica – O Plano Collor e o Plano Real – aplicados no período⁸³.

Mas, como mostram os dados da tabela 2.14, a renda média *per capita* mensal permaneceu praticamente constante no mesmo período para os diferentes tipos de famílias rurais, sejam elas empregadoras, por conta própria ou de empregados, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas; estranhamente há uma queda da renda das famílias pluriativas. Para Del Grossi & Graziano da Silva, (1999), isso pode ser explicado pela redução do número de membros das famílias rurais nos anos 90, o que está fazendo com que as famílias antes extensas, tendam a se aproximar de famílias nucleares com poucos filhos, tal como já ocorre no meio urbano.

⁸³ Tanto o Plano Collor, como o Plano Real, referem-se a um conjunto de medidas destinadas a promover a estabilização monetária (que incluíam entre outras a troca de moeda e a fixação de novas taxas de câmbio) com o objetivo de reduzir drasticamente os elevados níveis de inflação vigentes. O ano de 1992 é considerado o “fundo do poço” das rendas declaradas nas PNAIDs, refletindo a aguda recessão por que passava o país com o fracasso do Plano Collor em 1991; e não há um deflator que capte adequadamente os efeitos da introdução do Plano Real em 1994, comprometendo assim o cálculo das variações reais de renda nos períodos que incluem esse ano.

Tabela 2.14 – Número, Composição das Rendas familiar e renda *per capita* das famílias Extensas residentes no meio rural.
Brasil, 1998 (R\$ set. 1998).

Local domicílio / tipo de família	Famílias (1000)	Agrícola %	Não-agrícola %	Apos./Pens. %	Outras %	Renda <i>per capita</i>	
						R\$	Relativo
Total	41.840	5,5	73,8	15,5	5,2	254,04	247
Urbano	33.994	2,6	76,8	15,3	5,3	292,80	285
Rural	7.846	37,7	41,5	17,3	3,6	102,75	100
Empregadora Rural	307	43,2	41,0	9,7	6,1	369,02	359
Agrícola	142	77,8	0,0	14,5	7,6	320,32	312
Pluriativo	83	49,7	33,9	9,6	6,7	323,21	315
Não-agrícola	81	0,0	91,7	4,5	3,8	514,37	501
Conta-Própria Rural	3.603	46,3	34,4	16,9	2,5	88,77	86
Agrícola	2.005	72,1	0,0	24,5	3,4	75,81	74
Pluriativo	1.009	46,7	39,7	11,6	2,0	84,57	82
Não-agrícola	589	0,0	88,9	9,5	1,6	139,03	135
Assalariados Rurais	3.123	32,1	55,9	9,9	2,2	95,89	93
Agrícola	1.275	87,1	0,0	11,0	1,9	66,47	65
Pluriativo	547	52,1	39,4	7,0	1,6	73,50	72
Não-agrícola	1.300	0,0	87,4	10,2	2,5	136,43	133
Não-ocupado rural na semana	813	0,0	0,0	85,5	14,5	93,99	91

Fonte: Del Grossi (1999)

Na figura 7, destaca-se que há um outro indicador que aponta também para uma redução da importância das rendas agrícolas e de crescimento das não-agrícolas no meio rural brasileiro. Se somarmos todas as rendas do trabalho das pessoas residentes em áreas rurais do país cobertas pelas PNADs, verifica-se que a renda agrícola total tem permanecido estagnada desde 1992, com uma ligeira tendência de queda a partir de 1995. E as rendas não agrícolas, ao contrário, vêm crescendo sistematicamente. O resultado final mostra que o total das rendas não-agrícolas da população rural aproxima-se do total das rendas agrícolas em 1997 e já o supera em 1998, segundo dados recém divulgados da Pnad de 1998.

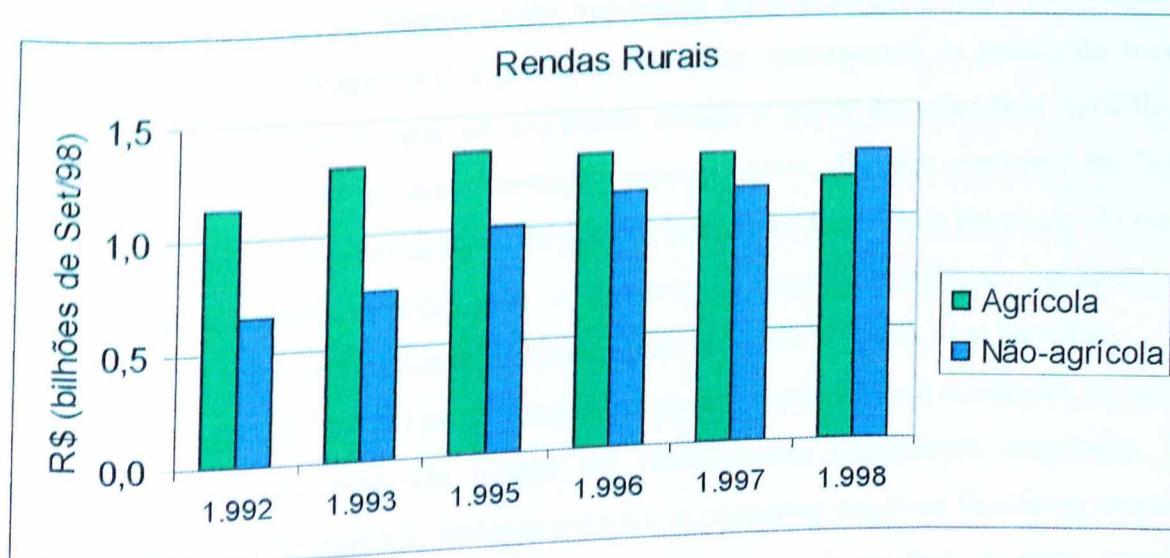


Figura 7: Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/98.

Fonte: Del Grossi & Graziano da Silva (1999).

Del Grossi & Graziano da Silva, (1999), relata que realidade deve-se não somente ao fato de que o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (e também de famílias que vivem exclusivamente de rendas agrícolas) se reduziu sistematicamente nos anos 90, mas também porque há uma tendência de queda nos preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores rurais. Essa é uma tendência observada empiricamente para as principais *commodities* agrícolas produzidas pelo Brasil nos últimos 30 anos. Mas essa queda de preços

foi acelerada no início dos anos 90 com a política de abertura indiscriminada das importações de produtos agrícolas subsidiados nos países desenvolvidos com o objetivo de controlar a inflação; e depois com as políticas de altas taxas de juros internas e sobrevalorização cambial introduzidas pelo Plano Real a partir de 1994⁸⁴.

Considerações Finais sobre o Capítulo 02:

Pode-se dizer que já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelas atividades agropecuárias. Assim por exemplo, o comportamento do emprego rural e principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de "novas" atividades agrícolas e não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e mesmo atividades indústrias - que respondem cada vez mais por outras dinâmicas populacionais no meio rural brasileiro.

O termo "novas" foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Eram atividades de fundo de quintais, *hobbies* pessoais e pequenos negócios familiares intensivos, alguns agropecuários (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.) outros não (fabricação de conservas, *pesque-pagues*, etc), que acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de "nichos de mercado" muito específicos para sua inserção econômica.

⁸⁴Monteiro (1998).

A explicação mais teórica para essas mudanças é o que denominamos de processo de "*mercantilização do tempo livre*" das famílias rurais ou seja do tempo em que os membros da família não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc.). A diferença é que esses bens e serviços que eram autoconsumidos ou se constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda como uma outra mercadoria qualquer.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse processo é acelerado pela queda da renda agrícola decorrente da tendência de longo prazo (pós década de 70) de queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Os dados apresentados sugerem uma redução das rendas agrícolas e uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais por conta-própria. Em poucas palavras pode-se dizer que as famílias rurais estão se transformando de famílias agrícolas em pluriativas e em famílias não-agrícolas.

Outra constatação importante é que, do ponto de vista das políticas públicas, é a importância que assumem as transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões para os agricultores familiares. Outra implicação é que os programas de apoio a agricultura familiar não podem continuar ignorando que uma parte cada vez mais importante da renda dos seus beneficiários potenciais provém de atividades não-agrícolas e de transferências previdenciárias do poder público. O critério de exigir que a maior parte da renda se origine de atividades agrícolas, como acontece no Brasil, só beneficia as famílias agrícolas com maiores áreas que acabam nele se enquadrando. As famílias agrícola de menores áreas e as pluriativas acabam sendo em sua maioria excluídas dos programas de apoio à agricultura familiar.

Cabe ressaltar que o fato de estar crescendo o emprego rural não agrícola não significa em si mesmo uma melhora nas condições de trabalho e renda das populações rurais brasileiras. Como foi visto, a maior parte desse emprego é constituída de atividades de prestação de serviços pessoais – a maioria, doméstica – e outras atividades que exigem baixos níveis de qualificação e pagam baixos salários. Esse tipo de emprego rural não-agrícola não deve ser associado a padrões de crescimentos dinâmicos e auto-sustentado das “novas” atividades

rurais e muito menos das "novas" atividades agropecuárias. São, antes de tudo, serviços derivados de um alto nível de concentração da renda pessoal e familiar vigente no Brasil e da falta de políticas públicas que tratem o rural não mais como um espaço exclusivamente agrícola.

Há de enfatizar com isso que o mundo rural brasileiro precisa ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como uma oportunidade de gerar novas formas de ocupação e de renda não-agrícolas para segmentos da população que aí vivem e que, em geral, não tem a qualificação necessária para se inserirem nos setores mais dinâmicos da nossa economia. Para isso é necessário criar um novo conjunto de *políticas não-agrícolas* para impulsionar o desenvolvimento rural, que hoje não pode mais ser deixado exclusivamente pela via da modernização agrícola.

Trata-se, em última instância, de urbanizar o mundo rural, ou seja, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural o acesso aos bens e serviços que espera encontrar nos centros urbanos.

Capítulo 03 – As Ocupações Rurais: Agrícolas e Não-agrícolas no Estado de Goiás

Introdução

A demanda de mão-de-obra na agropecuária brasileira apresentou significativa queda ao longo dos anos 90, devido à incorporação de modernas tecnologias disponíveis para os agricultores – principalmente aquelas destinadas às operações de colheita e pós-colheita – e à queda da área cultivada em importantes culturas, que foi motivada muito fortemente pelos “descaminhos” da política macroeconômica (especialmente das políticas comercial e cambial) e pelo desmonte dos principais instrumentos de política agrícola.

O ritmo das transformações das relações sociais e de trabalho no campo condiciona as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. No entanto tal processo não resulta numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana. “O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo”, Ianni (1984).

No entanto, é importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

Diante desta realidade, pode-se dizer que o meio rural ganhou funções e “novos” tipos de ocupações: propiciar lazer nos feriados e fins-de-semana (especialmente às famílias de renda média/ baixa que têm transporte próprio), através dos pesques-pagues,

hotéis-fazenda, chácaras de fins-de-semana e outros; dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas) e à população de baixa renda que habita a zona rural mas trabalha na zona urbana, como é o caso das empregadas domésticas; desenvolver atividades de preservação e conservação da natureza; e abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbana que estão proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada pela igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos, professores).

Essas transformações foram necessárias e importantes para a composição do processo de desenvolvimento agrícola no Brasil. Dentro desta perspectiva, observa-se que tais alterações só seriam possíveis de acontecer se nos estados e municípios agregassem essas mudanças. Neste contexto, faz-se um recorte nesta análise na tentativa de mostrar a importância dessas transformações para a região Centro-Oeste, destacando-se Goiás, como um dos integrantes dessas mudanças na contribuição para ampliação e solidificação do desenvolvimento agrícola.

3.1 – O Emprego e a Modernização na Região Centro-Oeste

Segundo Balsadi (2000), para compreender o desenvolvimento recente de Goiás deve ser compreendido dentro do próprio processo de crescimento da região Centro-Oeste brasileiro. Para que este desempenho fosse alcançado, foi fundamental a participação do Estado como definidor de políticas públicas e provedor dos fundos necessários para sua execução. Das políticas de desenvolvimento regional adotada para o Centro-Oeste até o início dos anos 80, que mais se dirigiram para o Estado de Goiás foram o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (Pladesco), e o Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste⁸⁸.

Segundo o IBGE (2001)⁸⁹, a população da Região Centro-Oeste cresceu a taxa de 2,2% ao ano no primeiro quinquênio da presente década, mantendo a tendência histórica de expandir-se em níveis mais elevados que a média nacional. Observou-se, contudo, forte

⁸⁸ O Pladesco foi elaborado pela Sudeco no âmbito do I PND (1972 – 74). Já Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste, foi no II PND (1975 – 79), Balsadi (2000).

⁸⁹ Pesquisa realizada junto ao site do IBGE – www.ibge.gov.br.

queda na intensidade migratória para os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com esgotamento da fronteira agrícola. Em 1995, a população da região era estimada em 10,3 milhões de pessoas, em sua larga maioria (84%) concentrada nas áreas urbanas dos municípios. A população rural vem decrescendo em termos absolutos em todos os Estado da região.

Para o IBGE (2001), o nível médio de escolaridade da população de 10 anos ou mais é baixo, como acontece na maioria das regiões e Estados no país. Na realidade, só não é pior por conta da alta concentração de técnicos de nível médio e superior nos órgãos federais em Brasília. Cerca de 71% da população de 10 anos ou mais não havia completado o 1º Grau em 1995. Em relação ao início do período em questão, o perfil médio de escolaridade da população mudou muito pouco. A proporção de analfabetos diminuiu cerca de dois pontos percentuais no período, mantendo-se ainda em níveis um pouco mais baixos que a média nacional (13% da população em 10 anos ou mais em 1995).

Para o IBGE (2001), a PIA⁹⁰ expandiu-se a uma taxa mais elevada que a população total (2,8% ao ano), como conseqüência dos níveis de fecundidade comparativamente mais altos no passado. Como a PEA, que reúne ocupados e desocupados, cresceu a uma taxa menor, houve uma queda de quase dois pontos percentuais na taxa de participação no mercado de trabalho. Em 1995, 63% da PIA estava engajada no mercado de trabalho, ocupada ou procurando emprego. As oportunidades ocupacionais criadas no período foram razoavelmente suficientes para garantir praticamente o mesmo nível de ocupação de mão-de-obra existente em 1992. Cerca de 94% da PEA regional estava ocupada em 1995, embora no Distrito Federal a cifra equivalente fosse significativamente mais baixa (91%).

Segundo o IBGE (2001), a agropecuária tem um elevado peso na estrutura setorial de mão-de-obra da região, como conseqüência das características da base produtiva centrada nas culturas de grãos e na pecuária de corte. Com exceção do Distrito Federal, as atividades agropecuárias absorviam pelo menos 27% da mão-de-obra ocupada nos Estados da região em 1995, cifra esta em declínio no período. A elevada concentração da população nas áreas urbanas explica, em boa medida, a participação comparativamente elevada de ocupados no setor serviços, sobretudo no Distrito Federal. Em 1995, cerca de 37% da população ocupada estava nesse setor, depois de apresentar uma pequena expansão no período. A administração pública tem um peso setorial elevado na região (7% dos

⁹⁰ PIA – População em Idade Ativa – a PEA é um subconjunto da PIA. Portanto, a PIA = PEA + PNEA, onde PEA – População Economicamente Ativa – e a PNEA – População Não Economicamente Ativa –.

ocupados), resultado, sobretudo da concentração da burocracia federal em Brasília (onde 15% da mão-de-obra está alocada no setor). A mão-de-obra industrial representava 7% do conjunto dos ocupados em 1995, percentual só superior à da Região Nordeste. No período em questão, esse setor registrou algum dinamismo na geração de postos de trabalho, possivelmente como consequência do desempenho da agroindústria e da indústria no ramo de alimentos nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A construção civil, que ocupava cerca de 6,5% da população ocupada em 1995, também apresentou uma expansão de vagas um pouco acima da média regional.

Para o IBGE (2001), as mudanças do perfil posicional da mão-de-obra são muito pouco significativas no período. As pequenas alterações que podem ser notadas são, de um lado, o aumento de um ponto percentual dos trabalhadores por conta própria na estrutura ocupacional (de 20% para 21% no período) e, de outro, a queda menos intensa de trabalhadores não-remunerados e daqueles dedicados à produção para autoconsumo. Estas duas categorias posicionais tinham uma participação comparativamente menor que nas outras regiões com elevada participação da agropecuária, reflexo possível da estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural nos Estados do Centro-Oeste. Os empregados mantiveram sua participação de 54% da mão-de-obra no período.

Na pesquisa realizada no IBGE (2001), em 31 de dezembro de 1994, a Região Centro-Oeste contava com 1.489.196 pessoas empregadas, das quais 39,1% encontravam-se no Distrito Federal, 30,6% em Goiás, 15,9% no Mato Grosso do Sul e 14,4% no Mato Grosso. Por setor de atividade econômica, observa-se a elevada participação dos serviços, com 65,2% do emprego regional, seguidos pelo comércio (13,3%), indústria (11%), construção civil (5,6%) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (4,6%).

Para o IBGE (2001), o setor serviços é o que mais emprega em todas as unidades federativas da região, com participação de 80,8% no Distrito Federal; 56,3% em Goiás; 54,4% em Mato Grosso do Sul; e 53,5% em Mato Grosso. O comércio, embora responsável por apenas 9,2% dos empregos no Distrito Federal, tem participação superior a 15% nos três Estados da região. O mesmo ocorre com a indústria, que responde por apenas 3,6% dos empregos no Distrito Federal, mas representa 18,4% no Mato Grosso, 16,9% em Goiás e 11,2% no Mato Grosso do Sul. Ao contrário da construção civil, cuja participação é inferior a 6% em todas as unidades territoriais da região, a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca concentra 12,4% dos empregos existentes em Mato Grosso do Sul.

Segundo o IBGE (2001), é considerado desagregando o setor serviços para o conjunto da Região Centro-Oeste, onde se observa que 57,6% do emprego setorial concentra-se no subsetor da administração públicas direta e autárquicas, seguidas dos serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (11,1%). Na indústria, os segmentos com maior peso no emprego regional são: a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (37,1%), os serviços industriais de utilidade pública (15,4%) e a indústria da madeira e do mobiliário (10,7%).

O IBGE (2001), informou que o nível de emprego na Região Centro-Oeste, no período 1995-96, aumentou em 56.377 postos de trabalho, resultado da admissão de 1.115.054 trabalhadores e da demissão de outros 1.058.677. O único setor de atividade econômica em que houve retração do emprego foi à agropecuária (394 desligamentos). O setor serviços gerou, no período, 33.332 novos empregos, destacando-se os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (20.208 admissões) e o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (10.428 admissões). Apesar do desempenho geral positivo do setor, o subsetor das instituições de crédito, seguros e capitalização sofreu retração de 8.981 empregos, distribuídos por todos os Estados da região. Foram gerados 18.244 novos empregos no comércio, cerca de 77,9% no comércio varejista. Na indústria, foram criados 2.763 novos empregos, com destaque para os subsetores da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (2.775 admissões) e da indústria da madeira e do mobiliário (2.429 admissões). A construção civil gerou 2.432 novos empregos, no período.

Para o Ministério do Trabalho⁹¹ (2001), em 31 de dezembro de 1994, os grupos ocupacionais com maior representação no emprego na Região Centro-Oeste foram: grande

⁹¹ As Categorias Ocupacionais que compõem a estrutura da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) são: Grandes Grupos, Subgrupos, Grupos de Base e Ocupações. Grande Grupo: é a categoria de classificação mais agregada. Reúne amplas áreas de emprego, mais do que tipos específicos de trabalho. Por força de sua amplitude, nem sempre se estabelecem inter-relações dos conjuntos aí reunidos. Grande Grupo 0/1 - Trabalhadores de Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados. Subgrupo: trata-se de agrupamento mais restrito que o grande grupo, e configura, principalmente, as grandes linhas do mercado de trabalho. Subgrupo 0-1 - Químicos, Físicos e Trabalhadores Assemelhados. Grupo de Base: também denominado grupo primário, grupo unitário e família ocupacional, reúne ocupações que apresentam estreito parentesco tanto em relação à natureza de trabalho quanto aos níveis de qualificação exigidos. Grupo de Base 0-11 - Químicos. Grupo de Base 0-12 - Físicos. Ocupação: é a unidade do sistema de classificação. Para efeitos práticos, define-se a ocupação como o conjunto de postos de trabalho substancialmente iguais quanto a sua natureza e as qualificações exigidas. (O posto de trabalho corresponde a cada unidade de trabalho disponível ou satisfeita. Constitui-se de tarefas, obrigações e responsabilidades atribuídas a cada trabalhador). Pode-se ainda conceituar a ocupação como o conjunto articulado de funções, tarefas e operações destinadas à obtenção de produtos ou serviços.
Ocupação 0-11.05 - Químico industrial, em geral (exceto química agrícola)
Ocupação 0-11.10 - Químico, em geral

grupo 3 (trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados), com 30,4% do emprego; grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados), com 20,8% do emprego; e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços em turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e assemelhados), com 16,7% do emprego. Observando as informações detalhadas para os subgrupos de ocupação, merecem destaque, no grande grupo 3, os agentes da administração pública (43,4%) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (32,1%). No grande grupo 7/8/9, destacam-se os condutores de veículos de transporte e assemelhados (19,6%), os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (15,5%) e os trabalhadores da construção civil e assemelhados (15,2%). No grande grupo 5, merecem destaque os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e assemelhados (44,9%) e os cozinheiros, garçons, barmen e assemelhados (15,4%).

Segundo o Ministério do Trabalho (2001), foi positiva a evolução do emprego, na Região Centro-Oeste, no biênio 95-96, por grandes grupos e subgrupos da CBO. Entre admissões (1.0131.053) e demissões (988.682), foi gerado um saldo positivo de 42.731 postos de trabalho. Os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram: o grande grupo 7/8/9, com 15.673 admissões; o grande grupo 5, com 14.696 admissões; o grande grupo 4 (trabalhadores do comércio e assemelhados), com 11.561 admissões e o grande grupo 1 (trabalhadores nas profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados), com 4.324 admissões.

Para o Ministério do Trabalho (2001), os grupos de ocupação que registraram retração foram: o grande grupo 2 (membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), com 1.825 desligamentos; o grande grupo 6 (trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e assemelhados), com 1.082 desligamentos; e o grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados), com 976 desligamentos. Desagregando estas informações por subgrupos, nota-se que a maior expansão do emprego ocorreu entre os trabalhadores não classificados sob outras epígrafes (12.331 admissões), os trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios,

logradouros públicos e assemelhados (7.612), os trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (6.540), os vendedores, empregados de comércio e assemelhados (6.376) e os professores (5.683). Dos subgrupos com retração do emprego, destacam-se os trabalhadores agropecuários polivalentes e assemelhados (6.301 desligamentos), os chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças (4.302) e os gerentes de empresas (1.523).

Para o Ministério do Trabalho (2001), em 31 de dezembro de 1994, entre os subgrupos selecionados da CBO, os que mais se destacaram na Região Centro-Oeste foram os trabalhadores em serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (30,2%), os agentes da administração pública (24,6%) e os professores (10,1%). Detalhando as informações para os grupos de base selecionados, pode-se observar que os auxiliares de escritório e assemelhados concentram 57,6% do emprego do subsetor trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes. No subgrupo dos agentes da administração pública, 90,3% do emprego concentrava-se no segmento dos agentes administrativos. Os professores de ensino de primeiro grau detêm 88,8% do emprego no subgrupo dos professores.

Segundo o Ministério do Trabalho (2001), os subgrupos selecionados da CBO na Região Centro-Oeste registraram expansão de 3.448 novos empregos. Os subgrupos que mais contribuíram para este resultado foram os professores (3.121 admissões), os secretários, datilógrafos, estenógrafos e assemelhados (2.120) e os trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.400). Dos subgrupos com retração do emprego, destacam-se os agentes da administração pública (1.059) e (1.305 desligamentos), os operadores de máquinas fixas e equipamentos similares (1.007). Analisando as informações os técnicos, desenhistas técnicos e assemelhados (1.007). Analisando as informações desagregadas para os grupos de base da CBO selecionados, merecem destaque, entre os segmentos que registraram expansão do emprego, os recepcionistas (2.868 admissões), os secretários (2.120) e os professores de ensino de primeiro grau (2.037). Dos grupos de base com retração do emprego, destacam-se os auxiliares de escritório e assemelhados (2.255 desligamentos), os agentes administrativos (1.315), os auxiliares de contabilidade, caixas e assemelhados (918) e os operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não classificados sob outras epígrafes (877).

3.1.1 – O Emprego e a Modernização em Goiás

Segundo Milhomem (1999), no período de 1955 – 64 consolida a “Marcha para o Oeste”, iniciada nos anos 30, tendo como eixo principal a transferência da capital federal para o Planalto Central, onde começou a ser implantado um sistema rodoviário ligando norte-sul, leste-oeste, para efetivar a meta de interiorização, isto é, de ocupação dos espaços vazios.

Para Milhomem (1999), a viabilidade da agricultura em Goiás, como em toda a região dos cerrados, é consequência de uma série de investimentos realizados pelo governo federal, como parte do II PND⁹², com diretrizes para ocupação da fronteira agrícola.

Milhomem (1999), relata que do período de 60 a 80, são implementadas políticas agrícolas que influenciaram na transformação dos cerrados, na “construção” real e simbólica desse espaço. De acordo com Milhomem et al Cunha (1994), o período de 1968 – 1980 corresponde a um acelerado crescimento da economia e a um correspondente clima de otimismo no Brasil, apresentando um ambiente propício a que políticas de fomento alimentassem as expectativas e os investimentos. A crise de 80 alterou esse clima, mas os efeitos defasados dos investimentos persistiram por algum tempo.

Segundo Milhomem (1999), a produção de grãos em Goiás era de 2,265 mil toneladas, sendo 64,9% relativa à produção de arroz, e um efetivo bovino de 8,3 mil de 8,3 milhões de cabeças caracterizando-se por uma monocultura em exportação latifundiária no binômio produtivo arroz/bovinos, sendo que o arroz, era tolerante aos solos ácidos dos cerrados e utilizado na abertura de novas áreas.

Para Milhomem (1999), um dos fatores considerados decisivos para a modernização da agropecuária no estado de Goiás e em toda região dos cerrados, foi o desenvolvimento científico e tecnológico, a partir de meados dos anos 70, que viabilizou a agricultura neste bioma. Desta forma Milhomem (1999), et al Cunha (1994), acreditava que a agricultura empresarial nos cerrados brasileiros “não se modernizou: nasceu moderna”. Tendo em vista que o processo de produção e o de adoção de novas tecnologias não encontrou dificuldades, face ao fato que os agricultores dos cerrados “nasceram modernos”, pois grande parte dos agricultores que “abrem” uma região, vieram de regiões de agricultura modernizada.

⁹² Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Para Milhomem (1999), et all Müller (1990) e Salim (1986), apontam outros fatores, além das tecnologias agropecuárias, que influenciaram a expansão da agricultura nos cerrados entre 1968 – 80: crédito subsidiado, política regionais e setoriais, o POLOCENTRO, o PRODECER, a política de preços mínimos e os subsídios a combustíveis. Desse conjunto de medidas e programas governamentais, dois deles foram decisivos em termos de benefícios para o estado de Goiás, e com maior impacto sobre o crescimento de sua agricultura: POLOCENTRO e PRODECER.

Outro fator que merece destaque, segundo Milhomem (1999) et all Estevan, (1997), são as ocupações da nova fronteira agrícola, onde atingiu seu ponto máximo com os programas especiais concebidos pelo governo Federal, tendo como objetivo a intensificação da agropecuária nas regiões, sendo Goiás beneficiado com três desses programas: o Polamazônia, o programa especial da região Geoeconômica de Brasília e o Polocentro⁹¹. Os resultados do Polamazônia não bem avaliado em função da criação do estado de Tocantins, tendo como metas estimular as ocupações econômicas do solo da Amazônia Legal, e os recursos alocados se esgotaram sem investimentos de monta no setor social, pois grande parte dos investidores foram alocados em pavimentações de rodovias e implantações de estradas vicinais, que favoreciam algumas categorias de benefícios e induziu a expansão de frente capitalista e especulativa, passando a aniquilar as formas anteriores de ocupações produtiva na região.

O programa da Região Geoeconômica de Brasília foi concebido com o objetivo de desenvolver uma região que se mostrava pouco integrada ao processo produtivo do país e que circunda o Distrito Federal. Foram planejadas ações de implementação de infraestrutura nos setores de educação, saúde, energia, transporte, comunicação, saneamento e melhorias urbana, agropecuária e agroindustrial. Em Goiás, foram beneficiados 74 municípios, com uma área de 163 mil km². Apesar de possuir projetos em áreas de educação, saúde e desenvolvimento rural, não se pode afirmar que esse projeto tenha agido diretamente sobre o meio rural. Na escalada do desenvolvimento rural, foram atingidos 64 municípios goianos que aplicaram em pesquisa, assistência técnica e extensão rurais. Das aplicações, no período de 1975 a 1980, 24% do total foi aplicado em transportes e desenvolvimento rural em igual proporção, seguido de saneamento, melhoria urbana (16% e energia (10%), segundo dados da SUDECO (1981)).

⁹¹ O Polamazônia tinha como objetivo a implantação de grandes unidades de exploração pecuária extensiva; já o Geoeconômico, preocupava-se em amenizar os fortes contrastes entre a sede do governo federal e uma região bastante carente; o Polocentro, não apresentou as mesmas preocupações do programa anterior.

O Polocentro, criado em 1975, foi o Programa que mais área cobriu no estado de Goiás, onde envolvia ações de incentivo à pesquisa agropecuária com estrutura de instituições para promover o desenvolvimento sócio-econômico da região centro-oeste (investimento na pesquisa e experimentação agrícola através da Embrapa), implementação de tecnologia, incorporação de áreas ao processo produtivo, além de programas de investimento e crédito subsidiado para a instalação de uma agricultura moderna na fronteira⁹⁴.

Para Milhomem (1999), das doze áreas consideradas prioritária, cinco estavam localizadas em Goiás (Pirineus, Piranhas, Rio Verde, Gurupi e Paranã, com as duas últimas integradas hoje ao estado de Tocantins). Foram concebido investimento governamentais em infra-estrutura de apoio às atividades rurais, tais como, estradas vicinais e rurais, linhas-troncos de energia, armazenamento, além das unidades de pesquisa agropecuária. Destacou-se no Polocentro, a exploração de jazidas de calcário que apresentavam como um fator de determinante da intensificação da agricultura na região, segundo a SUDECO (1971).

Segundo a Embrapa (1993), os altos custos envolvidos para incorporar o solo à produção agrícola em virtude do baixo nível de fertilizante, além de grandes distâncias do mercado consumidor, de dependência externa e encarecimento dos insumos, condicionaram o apoio do governo em todas as fases do processo produtivo. Linhas de crédito de investimento extremamente favorável aos produtores (de 0 a 14% a. a., com seis meses de carência e prazos de até 12 anos para o pagamento de máquinas e equipamentos) e recursos abundantes de custeio (a juros de 10 a 14% a. a.), num período de inflação de 29% a 110% a. a., caracterizaram o alto volume de subsídios à instalação da cultura da soja e outras explorações. Com prazos de pagamentos longos, o crédito do Polocentro transformara-se em virtual doação a seus mutuários.

Para Balsadi (1999), o Polocentro incorporou cerca de 772,8 mil hectares de terra à agricultura goiana, entre 1975 a 1980. Mas os efeitos sociais não foram muito animadores. Segundo a Fundação João Pinheiro (1985), o Polocentro beneficiou, principalmente, produtores de médio e grande porte aprovando, de 1975 a 1982, 33.373 projetos, correspondendo a 577 milhões de dólares, 81% de seus benefícios operaram em estabelecimentos com mais de 200 hectares. Os estabelecimentos com mais de 1000

⁹⁴ Segundo Milhomem (1999) et all Balsadi (1999), além destes objetivos, o Polocentro previa a construção e conservação de estradas, construção de redes de armazenamento e eletrificação rural, instalação de equipamentos para moagem de grandes quantidades de calcário e da produção local de fertilizantes.

hectares (39% do total de projetos) foram beneficiados com 60% dos recursos. O estado de Goiás foi o que apresentou mais projetos aprovados nos 12 pólos de desenvolvimento do Polocentro, cerca de 38% do total no período de 1975 – 80.

Pode-se dizer que uma vez consolidada como região “produtiva moderna”, os cerrados passaram a ser objetos de investimentos privados internacionais, como por exemplo, o Prodecer⁹⁵ (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados, com o objetivo de assentamento de colonos através de cooperativas credenciadas, com crédito supervisionado à taxa de juros reais positivas para investimento e custeio. O programa tinha por finalidade aumentar a produção de alimentos, além do desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região do cerrado, mediante a incorporação racional dessas áreas à economia do país. Ainda dentro dos objetivos, o programa visava a um projeto piloto inicial de 50.000 hectares, produzindo principalmente, soja, milho, sorgo e trigo em associação com o café e eucalipto, etc., BACEN (1975). De 1980 a 1990, quando encerrou a primeira etapa, foram incorporados 23.420 hectares de terras em Goiás, em três projetos de assentamentos.

Para Milhomem (1999), ao contrário do Polocentro, que se baseou no crédito subsidiado, o Prodecer tinha como principal instrumento, o crédito supervisionado, com juros reais e empréstimos a médio e longo prazo. Outro fator de distinção entre esses programas é que o Prodecer não era um programa governamental, ele era administrado por uma empresa privada, a *Campo*, que por sua vez era dirigida por executivos japoneses e brasileiros.

Segundo Milhomem (1999), as principais transformações globais ocorridas no espaço rural goiano podem ser observadas na tabela 3.1, onde apresenta a área de lavouras, áreas com pastagens, pessoal ocupado e tratores. Pode-se observar que ao longo das décadas de 60, 70, 80 e 90, a área efetivamente utilizada na agropecuária, em termos percentuais, apresentou pouca variação, ou seja, tendo uma variação média de 70% da área total. Mas o número de estabelecimento agropecuário tem diminuído, mesmo considerando a divisão do estado em 1988.

Segundo Milhomem (1999), no ano de 1985, no censo agropecuário, tinha-se 131 mil estabelecimentos, caindo em 10 anos 17,5%, chegando a 1995/96 com 111 mil estabelecimentos, ou seja, 19.574 estabelecimentos desapareceram, conforme tabela 3.1.

⁹⁵ Prodecer: Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados, um programa de colonização privada japonesa.

Pode-se destacar a evolução na utilização das terras para pastagens em Goiás. Na década de 70, as terras com pastagens representavam 66,5% da utilização total de terras, subindo para 70,6 em 1995/96, como mostra a tabela 3.1. Dentro deste quadro está o crescimento vertiginoso das áreas com pastagens artificiais ou cultivadas, que representa 12,2% da utilização total das terras, aumentando para 51,9% em 1995/96, dando suporte para o estado de Goiás, ser o terceiro maior rebanho bovino e o segundo produtor de leite, atualmente, conforme Milhomem (1999).

Tabela 3.1 – Estado de Goiás: Estabelecimento, área total, área de lavouras, áreas com pastagens, pessoal ocupado e tratores – 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Anos	Estabelecimentos	Área total (ha)	Área com lavoura (ha)	Área com pastagem (ha)	Pessoal Ocupado	Tratores
1960	111.015	28.877.314	988.554	19.168.094	499.207	1.349
1970	145.115	35.783.038	1.636.170	23.785.182	547.647	5.692
1975	153.535	43.126.867	2.561.094	29.164.163	688.033	13.634
1980	153.770	47.853.028	3.226.269	31.602.129	780.749	27.600
1985	131.365	29.864.106	2.928.199	20.894.584	616.336	33.548
1995/ 96	111.791	27.472.648	2.174.853	19.404.696	471.657	43.313

Fonte: Milhomem (1999).

Em relação aos insumos industriais, o uso de defensivos (agrotóxicos) se mostra bem superior ao uso de fertilizantes. Em 1975, cerca de 30% dos estabelecimentos utilizaram o combate a pragas e doenças, chegando a 95% dos estabelecimentos com essa utilização, conforme tabela 3.2. Esse dado parece preocupante, em função do uso indiscriminado desses “venenos”.

Os indicadores agropecuários goiano, conforme tabela 3.2, indicam o alto nível de tecnificação do setor, fruto de políticas direcionadas para o setor. Os indicadores como, capacidade de suporte de bovinos, uso de fertilizantes e defensivos, o número de trabalhadores por tratores ou área de lavoura por colheitadeira existente e produtividade do trabalho, atestam esse nível, conforme tabela 3.2.

Tal modificação qualitativa que “modernizou” a agricultura, também pode ser notada em comparação entre o crescimento da área colhida e a produção de grãos e oleaginosas⁹⁶. Somente no início dos anos 70 que a produção crescia com a incorporação de novas áreas. A área colhida, num período de 35 anos (1960 a 1995) cresceu 2,2 vezes, já a produção aumentou 9,1 vezes, conforme Milhomem (1999).

Tabela 3.2 – Estado de Goiás: indicadores agropecuários – 1970, 75, 80, 85 e 95/96.

Indicadores Agropecuários	1970	1975	1980	1985	195/96
% da área utilizada	71,04	73,56	72,40	79,77	78,55
Área de lavoura/área total (%)	4,57	5,94	6,74	9,80	7,92
Área de pastagem natural/ área total (%)	54,28	50,35	43,00	32,04	18,70
Área de pastagem cultivada/ área total (%)	12,19	17,28	22,66	37,92	51,93
Capacidade de suporte (Cab. Bovino/ ha)	0,33	0,44	0,51	0,69	0,85
Uso de fertilizantes (%)	5,63	19,68	36,48	54,48	53,00
Produtividade do Trabalho (DH/ ha)	47,00	46,10	44,60	38,60	45,70
Trabalhadores/ Trator	96,21	50,46	28,29	18,37	10,88
Hectares de lavoura/ Colheitadeira	1.308,8	996,9	951,10	626,5	360,5
Área média por estabelecimento (ha)	246,0	280,9	311,2	227,3	245,7
Uso de defensivos vegetais (%)	nd	30,00	45,80	50,40	95,50

Nota: dados extraídos a partir dos Censos Agrícolas

nd = não disponível

Fonte: Milhomem (1999).

A soja tem importância fundamental no quadro de ocupação das áreas temporárias, até 1968, de acordo com dados do IBGE, não se tinha registro de dados da produção de soja de Goiás. Em 1995/96, essa cultura representou 44,8% da área cultivada e 33,7% da produção de grãos de oleaginosas. O milho se instalou sob a égide da sojicultura tecnificada, pois contribuiu como rotação de culturas e aproveitou a fertilidade do solo, e

⁹⁶ Foram considerados as culturas, arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo.

também, como reflexo do crescimento da suinocultura e avicultura do estado. Representou 35,2% da área colhida e 54,1% da produção de grãos de oleaginosas em 1995/96.

Para Milhomem (1999), os pontos negativos observados estão na diminuição sensível da mão-de-obra ocupada e a concentração fundiária. Com respeito ao pessoal ocupado, em 1980 a agropecuária chegou a empregar quase 800 mil pessoas, caindo para cerca de 471 mil em 1995/96, conforme tabela 1.20, uma queda de mais de 40%, provocando um êxodo rural bastante acentuado nos anos 80, contingente que não foi incorporado aos empregados urbanos. A distribuição relativa do emprego, segundo a atividade, com dados do IBGE, também caiu, em 1970, o setor primário ocupava 60,5% da PEA e em 1990, este ocupava 25,4%.

Segundo Milhomem (1999), outro ponto negativo seria a estrutura fundiária. Em 1970 a 1980, a área média dos estabelecimentos passou de 246 ha para 311 ha, um aumento de 26%, conforme tabela 3.2, evidenciando um processo concentrador da terra. Mas, em 1985, observa-se uma diminuição desta área, e volta a crescer em 1995/96. Esse processo provoca a exclusão/ extinção ou a incorporação das pequenas propriedades pelas maiores, mostrando a tendência de manter altos custos para produzir, em função do nível de tecnificação, na compra de insumos industriais e maquinários.

3.1.2 – A Agricultura em Goiás

Para Milhomem (1999), a agricultura exerce uma importância no mundo que não deve ser contestada, tendo que produzir alimento para cerca de 6 bilhões de pessoas, e a maioria desta população é essencialmente urbana. De acordo com a FAO⁹⁷ (1999), cultivam-se no mundo algo em torno de 1 bilhão de hectares. Se considerarmos os principais cultivos, entre cereais, oleaginosas e fibras (algodão, soja, trigo, arroz e milho), em 1998, foram plantados 643,426 milhões de hectares e produzindo 1.755,7 milhões de toneladas em todo mundo, conforme tabela 3.3.

Segundo Milhomem⁹⁸ (1999), a população agrícola mundial, em 1990, era de 2,457 bilhões de pessoas, representando cerca de 50% do total. No comércio mundial de produtos

⁹⁷ FAO (1999), El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación. Roma, 30º Período de Sesiones, URL: [www.fao.org/\(23/11/99\)](http://www.fao.org/(23/11/99)).

⁹⁸ Pesquisa realizada através de dados obtidos por consulta ao site www.fao.org da FAO (1999).

agrícolas os EUA são de longe os maiores exportadores, com aproximadamente US\$ 57,1 bilhões em 1997, seguido pelos Países Baixos com pouco mais de US\$ 41 bilhões. Em seguida vem a França com mais de US\$ 39 bilhões. Dado o desempenho das exportações agrícolas em 1997, os dados indicam que o Brasil passou de oitavo para sexto lugar entre os maiores exportadores, com pouco mais de US\$ 10 bilhões – FNA⁹⁹ – 1998.

Tabela 3.3 – Comparativo entre a área cultivada e a produção das principais culturas, no Mundo, Brasil e Goiás. 1998.

Produto	Mundo		Brasil		Goiás	
	área ¹ (milhões ha)	produção ² (milhões t)	área ² (mil ha)	produção ² (mil t)	área ² (mil ha)	produção ² (mil t)
Algodão	57,132	19,8	879,6	763,4	180,6	160,8
Soja	70,715	158,0	13.155,3	31.364,4	338,1	3.372,0
Trigo	224,715	588,2	1.373,2	2.187,7	8,0	12,4
Arroz	152,143	386,9	4.429,0	8.462,9	129,0	247,7
Milho	138,720	602,8	11.391,1	30.187,8	659,7	8.486,2

Fonte: ¹FAC, 1999 ²Conab, 1999 – Milhomem (1999).

De acordo com Milhomem (1999), para a FNA (1998), estima-se que em 1997, o Produto Interno Bruto-PIB da agricultura brasileira tenha atingido US\$ 81 bilhões, enquanto o agronegócio alcançou cerca de US\$ 321 bilhões, ou seja, 40% do PIB nacional, sendo também, responsável pelo emprego da maior parte da População Economicamente Ativa¹⁰⁰ do Brasil. Somente a produção agrícola, propriamente dita, empregou cerca de 17,8 milhões de pessoas em 1997, 22,3% da PEA.

Segundo Milhomem (1999), e Jank (1999), para cada ocupação na produção agrícola, corresponda a uma ocupação no restante do agronegócio, significando mais de 35 milhões de pessoas, ou seja, 45% da PEA (FNA 1998), correspondendo ainda cerca de 38% da pauta de exportações (US\$ 20 bilhões/ano).

Milhomem (1999), relata que o PIB de Goiás em 1999, em valor adicionado bruto, totalizou R\$ 17.742 bilhões, registrando, em relação ao ano anterior, crescimento real de 3,17%. O aumento do produto real foi influenciado pelo desempenho da agropecuária, que expandiu em média 1,68%, no período de 1990–99, conforme a figura 8, o setor serviços,

⁹⁹ FNA (1998). Mais do que uma Política Agrícola... Fórum Nacional da Agricultura, São Paulo, MAA/IICA, 97p.

¹⁰⁰ PEA: população economicamente ativa, IBGE (1999).

apresentou uma redução de 1,18% no mesmo período anterior, o setor industrial, no período analisado, contribuiu com uma variação de 2,14%¹⁰¹.

Para Milhomem (1999) e Estevan (1997), a estrutura do PIB de Goiás se dá da seguinte forma: o setor agropecuário representa cerca de 16,16% do total em 1999, a maior parcela vem do setor serviços, com 54,29% e a última fatia é proveniente do setor industrial, 29,56%¹⁰², conforme figura 8. A participação da agropecuária na composição do PIB praticamente tem se mantido desde o início dos anos 80, com exceção do período de 1991 a 1993, quando a participação ficou em torno de 14,4%, conforme Figura 8. Observa-se na Figura 8 que a participação do setor industrial no PIB goiano acompanha a seqüência do setor agropecuário, em função das indústrias goianas terem na sua composição, cerca de 65%, formada por agroindústrias.

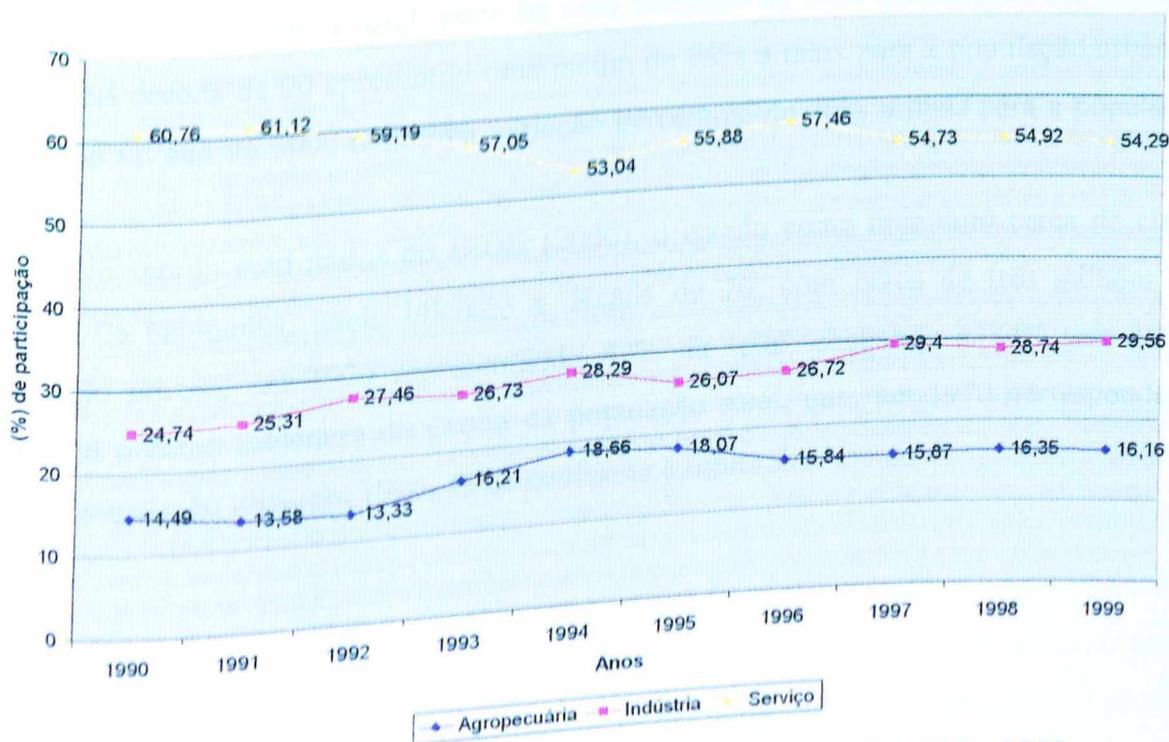


Figura 8: PIB por setor da atividade econômica em (%) – Goiás de 1990 a 1999.

Fonte: Seplan 2001.

Segundo Milhomem (1999), o Estado de Goiás, de acordo com a última contagem do IBGE, abrigava, em 2000, uma população de 5,003 milhões de pessoas que, distribuídas pelo conjunto, representava uma densidade demográfica de 14,69 pessoas/Km². A taxa

¹⁰¹ Seplan 2001.

¹⁰² Seplan 2001.

geométrica de crescimento anual da população goiana, foi de 2,27 no período de 96/2000, onde registrou 2,31% no período de 80/91 e praticamente a mesma no período de 91/96, que foi de 2,36%. Isto vem mostra que a população goiana vem reduzindo o seu índice de crescimento a longo do período¹⁰³.

Para Milhomem (1999), o processo de urbanização no Estado de Goiás, vem sendo incrementado consideravelmente ao longo das últimas décadas. Projeções realizadas pelo IBGE¹⁰⁴, indicam que a taxa de urbanização era de 62% em 1980, passou para 84% em 1996, perfazendo um crescimento de 22% ao longo dos períodos. Já para o ano de 2000 o patamar alcançou 88%, isto é, a taxa de urbanização se encontrará superior a nacional que foi de 83,3% para esse mesmo ano.

A figura 9 mostra a evolução da população goiana residente por situação de domicílio, destacando que já na década de 80 ocorre à inversão, em termos percentuais da população urbana sobre a rural, onde há uma variação de 24% a mais para a população urbana, na década de 90 apresentou uma média de 65% a mais para a população urbana e chegando no ano de 2000 com uma variação percentual de 76% a mais para a população urbana.

De acordo com dados do IBGE (2000), o estado conta hoje com cerca de cinco milhões de habitantes, tendo iniciado a década de 70, com cerca de três milhões. A população urbana, em 1970 representando 42% da total, chegando a 84%, em 1996, refletindo o ritmo acelerado do êxodo da população rural, que, em 1970 correspondia a 58% da população total, em 1996, 16%, conforme a figura 9.

¹⁰³ Seplan 2001.

¹⁰⁴ Projeções realizadas pelo IBGE e pela Seplan 2001.

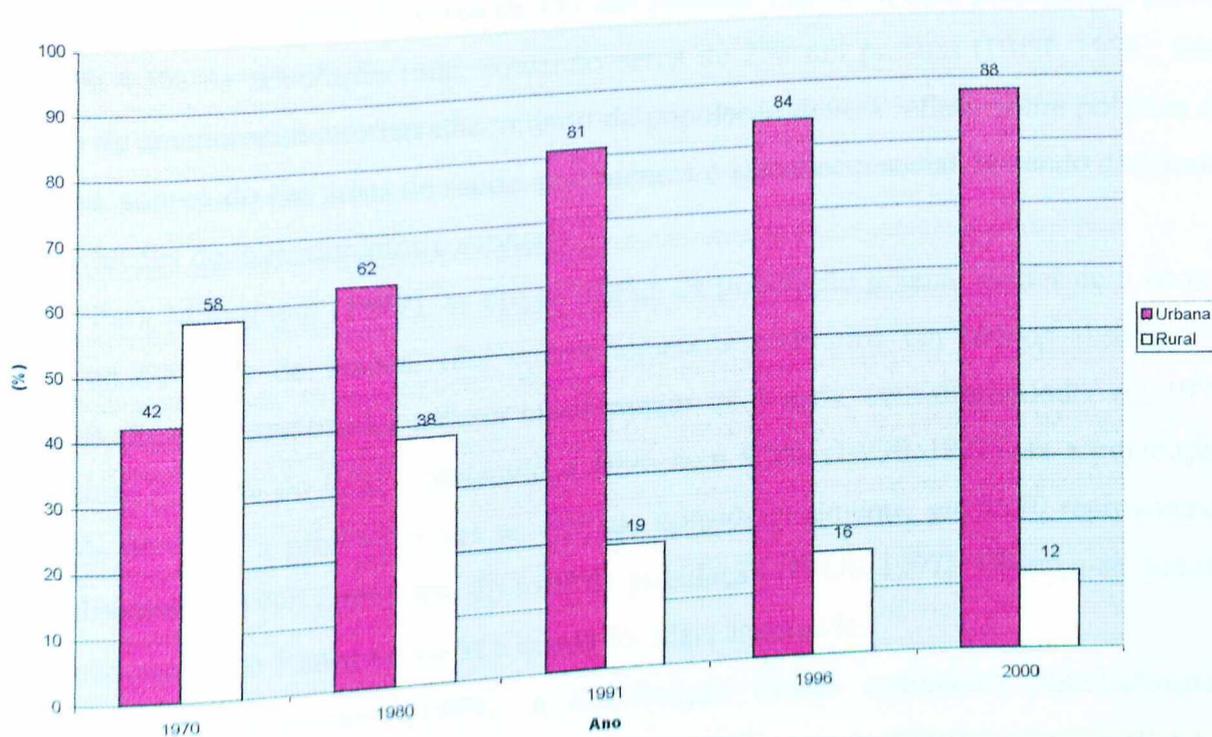


Figura 9: População total residente e por situação de domicílio no Estado de Goiás em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Fonte: Censos Demográficos/IBGE – Milhomem (1999) – Dados atualizados pelo autor.

Para Milhomem (1999), a distribuição da população goiana por grupos etários mostra ainda forte participação de crianças e jovens. Dados do IBGE (1998) indicam que cerca de 37,4% da população situava-se entre zero e 17 anos de idade, representando um contingente de 1,74 milhões de pessoas. Cabe ainda registrar, que as crianças com menos de um ano de idade perfaziam apenas 1,9% da população (90 mil pessoas); as de 1 a 4 anos eram cerca de 7,6% (353 mil); as de 5 a 9 anos e as de 10 a 14 anos representavam, 10,4% e 10,9% respectivamente (487 mil e 510 mil), enquanto os jovens de 15 a 17 anos se constituíam em cerca de 6,7% do total da população (301 mil) naquele ano. Dentro da faixa etária de zero a 17 anos de idade, a distribuição populacional por gênero indicava para 1997, uma pequena vantagem da população masculina, cerca de 51,1% (890 mil pessoas), enquanto a feminina representava 853 mil pessoas.

Segundo Milhomem (1999), a população goiana situada em grupos etários mais avançados (acima de 65 anos), vem acompanhando o novo padrão demográfico do país dos últimos anos, ou seja, aumentando sua participação no conjunto da população. Dessa forma, segundo dados do IBGE (1997a), em 1992 essa faixa etária representava algo como

3,8%, com um contingente de cerca de 157 mil pessoas. Em 1997, essa participação passou a ser de 4,5% da população total, somando cerca de 208 mil pessoas (IBGE 1998). Esse padrão de amadurecimento/envelhecimento da população deverá refletir sobre políticas do governo, sobretudo nas áreas de saúde, previdência e assistência social, devendo direcionar as prioridades de investimentos e serviços.

Para Milhomem (1999), as faixas etárias da população goiana, menor de 5 anos e acima de 60 anos de idades, têm comportamentos contrários em termos absolutos e relativos. Proporcionalmente, a faixa etária menor de 5 anos, vem diminuindo, em 1970 representava 16,4% do total, chegando a 1996 com 9,9% (IBGE 1997). Já a população acima de 60 anos, a proporção tem se elevado consideravelmente, em 1970 representava 3,5% chegando a 1996 com 6,8% do total da população (IBGE 1997). Observa-se que na população menor de 5 anos de idade a queda foi mais acentuada.

Segundo Milhomem (1999), a distribuição desses segmentos populacionais, segundo a situação de domicílio indicava que, em 1997, entre as crianças e jovens (0 a 17 anos de idade), na sua condição urbana é majoritária - 80,2% (1,39 milhões de pessoas), apenas 344,6 mil pessoas no meio rural. A proporção de idosos com mais de 65 anos de idade eram um pouco abaixo do que as crianças e jovens, 79,8% (cerca de 166,3 mil pessoas - IBGE 1998).

Para Milhomem (1999), a diferença proporcional em termos de gênero da população goiana, vem diminuindo, em 1970, 51,2% da população era masculina, enquanto em 2000 este percentual caiu para praticamente 49,81%, respectivamente 2,492 milhões de homens e 2,510 milhões de mulheres (IBGE 2000).

Outro destaque segundo Milhomem (1999), é para os trabalhadores que participam do setor formal da economia, ou seja, os que são admitidos pelo mercado formal de trabalho e os que são desligados do mercado formal de trabalho. Pela figura 10, nota-se que no início da década de 90, houve um desligamento em torno de 8,7%, para o ano seguinte esse desligamento aumentou ainda, para 47,4% em 1992. Para o ano seguinte essa diferença ficou favorável para as admissões em 2,8%. Destaca-se o ano de 1998, com 4,0% a mais de desligamentos. Isso reflete que o setor formal da economia apresentou um desempenho de recuperação em relação ao início da década de 90.

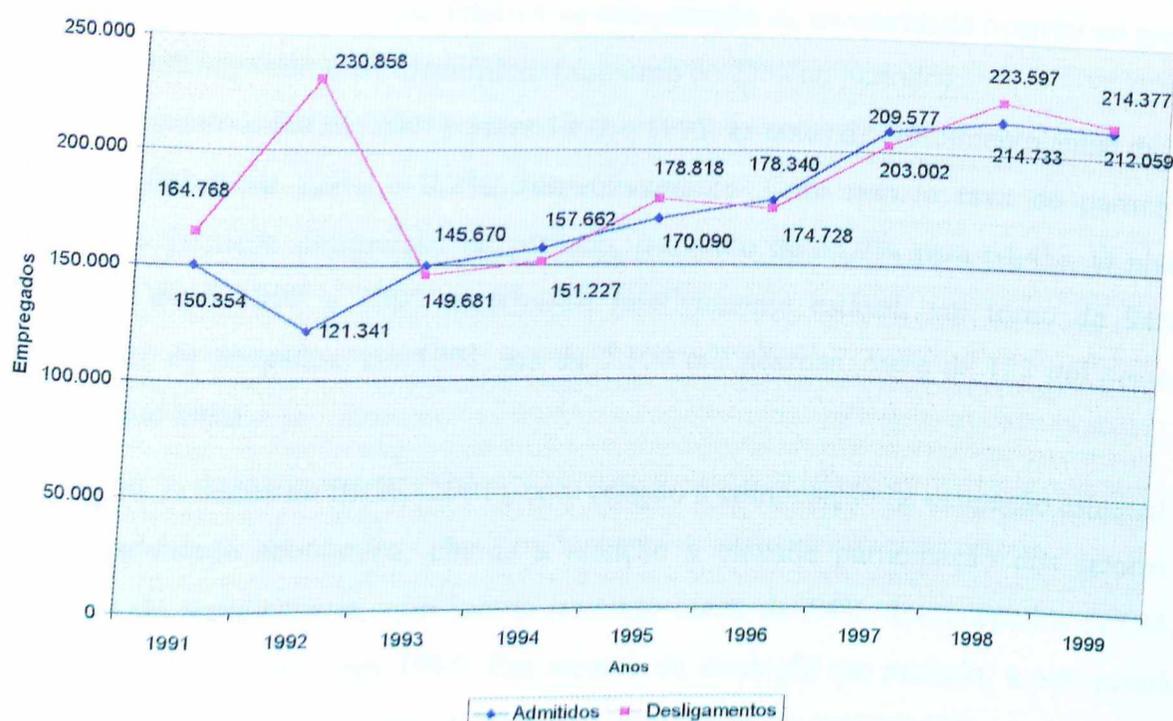


Figura 10: Empregados: Admissões e Desligamentos em Goiás de 1991 a 1999.

Fonte: Ministério do Trabalho.
SEPLAN-GO/SEPIN - 2000.

3.2 – O Emprego Agrícola em Goiás

Segundo o IBGE (2001), Goiás foi um dos poucos Estados brasileiros que mantiveram o ritmo relativamente elevado de crescimento populacional nos anos 90. Sua população, a maior das unidades de federação do Centro-Oeste, era estimada em 4.410 mil habitantes em 1995. Entre 1992 e 1995, a população urbana apresentou uma taxa de crescimento anual ainda mais elevada (3,6%), passando a representar cerca de 85% da população estadual. Para o censo de 2000, essa população passou para 5.003.228 pessoas, sendo que 2.492.438 pessoas são homens e 2.510.790 pessoas são mulheres, ou seja, mostrando que o número de mulheres é maior do que o número de homens em 0,4%.

Para o IBGE (2001), em termos da escolaridade da PIA, a despeito dos indicadores apontarem para uma melhora geral, ainda é alarmante a alta participação das pessoas sem instrução (17,2%) e com primário incompleto (22,9%). Além disso, apenas cerca de 15% desta população possuía nível de escolaridade superior ao primeiro grau completo. Vale

ressaltar que a maior variação relativa na composição da escolaridade ocorreu no grupo de pessoas com segundo grau incompleto (aumento de 27% no período).

Segundo o IBGE (2001), entre 1992 e 1995, as taxas de crescimento anual da PIA e da PEA foram de 2,9% e 2,2%, respectivamente. Com isso, a taxa de participação apresentou pequena diminuição no período, passando de 65,7% para 64,4%. O nível de ocupação entre 1992 e 1995 mostrou-se relativamente estável, em torno de 94%. O contingente de ocupados, em 1995, era de 2.100 mil pessoas, cerca de 123 mil pessoas a mais que em 1992.

Para os dados do IBGE (2001), com relação à composição da ocupação estadual por setor de atividade econômica, chama a atenção a elevada participação dos setores de serviços e de agropecuária, que juntos reuniam cerca de 64% dos ocupados (27,3% e 36,7%, respectivamente), em 1995. Em termos da evolução no período, a agropecuária eliminou cerca de 47 mil postos de trabalho, reduzindo sua participação no conjunto de ocupados. A indústria de transformação permaneceu estável em termos de participação relativa na ocupação, cerca de 8% – patamar inferior ao do setor de comércio e de serviços. Estes setores apresentaram um saldo positivo de cerca de mais de 132 mil postos de trabalho. Vale observar que, diferentemente da maioria dos Estados, a administração pública apresentou aumento de sua participação relativa, com a incorporação de quase 23 mil novos ocupados.

Segundo o IBGE (2001), a distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação sofreu pequenas alterações. O conjunto de empregados manteve-se em torno de 51% do total de ocupados. Já os trabalhadores por conta própria apresentaram ligeiro aumento, passando de 21% para 22% da mão-de-obra ocupada, assim como o de trabalhadores domésticos. Em contrapartida reduziram-se em igual intensidade as cifras relativas de não-remunerados e trabalhadores na produção para autoconsumo, cujas participações eram, respectivamente, 7% e 6% em 1995.

Em 31 de dezembro de 94, o Estado de Goiás contava com 563.101 pessoas empregadas, conforme as informações válidas da Rais¹⁰⁵. Estes dados revelam também a elevada participação do setor de serviços (52,1%) no conjunto do emprego regional, a que se seguem o comércio (17,8%), a indústria (17,3%), a construção civil (9,1%) e a agropecuária (3,6%), IBGE (2001).

¹⁰⁵ São Registros Administrativos (RAIS) vinculados ao Ministério do Trabalho.

Segundo o IBGE (2001), em todas as mesorregiões do Estado, o setor de serviços tem peso significativo, sobretudo na do Noroeste (61,8%), seguindo-se as do Leste (60,2%), do Centro (58,5%), do Sul (46,7%) e do Norte (48,3%). O setor industrial tem maior participação nas mesorregiões do Norte (25,1%), do Sul (19,0%), do Centro (16,6%), do Leste (12%) e do Noroeste (12%); e o comércio, nas mesorregião do Sul (19,2%), do Leste (17,3%), do Centro (16,0%), do Norte (13,4%) e do Noroeste (10,2%). No setor de serviços, 46,4% do emprego concentra-se no segmento da administração pública direta e autárquica, enquanto o de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão representa 12,9% dos postos de trabalho setoriais e o de transportes e comunicações, 11,6%.

Para o IBGE (2001), o subsetor de administração pública é o que mais emprega em todo o Estado. A mesorregião Noroeste detém 72,3% dos empregos neste subsetor, seguindo-se as do Norte (65,7%), do Leste (59,2%) e do Sul (56,2%). Os serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão representam, respectivamente, 14,4% e 11,2% do emprego setorial nas mesorregiões do Sul e do Centro, sendo pouco significativos nas demais. O subsetor de transportes e comunicações tem maior peso na mesorregião do Leste (18,9%), do Centro (9,9%) e do Norte e Sul (8,8%).

Segundo IBGE (2001), no setor da indústria, os segmentos que têm maior participação no emprego estadual são os de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (33,6%); têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (14,3%); e de serviços industriais de utilidade pública (13,4%).

Segundo o IBGE (2001), na mesorregião do Sul, o subsetor de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico responde por 58,1% dos postos de trabalho e o de serviços industriais de utilidade pública, por 6,9%. Na do Noroeste, estas proporções são de 42,8% e 14,3%, sendo também representativa a participação do subsetor extrativo mineral (37,9%). Na mesorregião do Leste, destacam-se os subsetores de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (35,5%); de produtos minerais não-metálicos (19,3%); e o químico e de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões e velas e material plástico (11,3%). No Centro, os de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (29,4%); de utilidade pública (17,9%); e de têxtil, vestuário e artefatos de tecidos (16,7%). No Norte, o extrativo mineral (60,4%) e o metalúrgico (20,1%).

No período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1996, segundo dados do IBGE (2001), houve expansão do emprego em Goiás com a criação de 31.219 postos de trabalho. Os setores que mais contribuíram para este resultado foram serviços (13.684 novos empregos) e indústria (6.529). No setor serviços, destacam-se os segmentos de alojamento e alimentação, reparação e manutenção residencial, rádio e televisão (7.270 admissões); de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos especializados (2.839); e de ensino (2.144). No subsetor de instituições de crédito, de seguros e de capitalização registrou-se saldo negativo de emprego, com 2.210 demissões. Na indústria, os segmentos que mais expandiram o emprego foram os de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (1.533 admissões); de têxtil, vestuário e produtos de tecidos (1.395); e metalúrgico (1.202). O de serviços industriais de utilidade pública apresentou desempenho negativo, com 1.824 demissões.

Para o IBGE (2001), na mesorregião do Centro Goiano, que inclui a capital do Estado, onde se concentra cerca de dois terços do emprego estadual, registra-se um saldo positivo de 20.339 empregos, graças ao desempenho dos setores de serviços (10.596 admissões), comércio (3.956), indústria (3.654) e construção civil (1.843).

Segundo o Ministério do Trabalho (2001), os grupos ocupacionais com maior representação no emprego no Estado de Goiás, em 31 de dezembro de 1994, segundo a classificação da CBO¹⁰⁶, eram os seguintes: grande grupo 3 (trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados); grande grupo 7/8/9 (trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados); e grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados). Este três grupos representavam, respectivamente, 27%, 25,5% e 18,8% do emprego no Estado. No grande grupo 3, destacam-se os subgrupos de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (41,2% do emprego); e de agentes de administração pública (31,7%). No grande grupo 7/8/9, os segmentos mais representativos são os de condutores de veículos de transporte e trabalhadores assemelhados (18,0% do emprego); e os de trabalhadores não

¹⁰⁶ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento normalizador do reconhecimento, da nomenclatura e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua última publicação data de 1994, resultante de atualização pontuais da estrutura editada pela primeira vez em 1982, com o título de CBO. A CBO origina-se do Cadastro Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho, de 1968, Ministério do Trabalho (2002).

classificados sob outras epígrafes (14,9). No grande grupo 5, aparece em primeiro lugar o segmento de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (52,1%), seguido do de cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (15,8%) e de trabalhadores de serviços de proteção e segurança (14,6%).

Para o Ministério do Trabalho (2001), no período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1996, o Estado de Goiás apresentou crescimento do nível de emprego de 26.750 postos, segundo Grandes Grupos e subgrupos da CBO. Os grupos ocupacionais que registraram expansão do emprego foram: grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), com 10.798 admissões; o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 5.243 novos empregos; e o grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 4.552 admissões.

Segundo Ministério do Trabalho (2001), no grande grupo 7/8/9, os segmentos que mais expandiram o emprego foram os de trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (5.103 admissões); de trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas (3.040); e trabalhadores de costura, estofadores e trabalhadores assemelhados (1086). No grande grupo 5, destacam-se os segmentos de cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (1.660 admissões) e de trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados (2.885). E no grande grupo 4, os de vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados (2.458 admissões) e trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1934 admissões).

Para o Ministério do Trabalho (2001), a mesorregião do Centro Goiano, que inclui a capital do Estado, apresentou expansão do emprego com um saldo positivo de 16.931 admissões. Os grupos ocupacionais que registraram expansão no emprego foram o grande grupo 7/8/9 (trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados), (com 7.334 admissões); o grande grupo 5 (trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e trabalhadores assemelhados), com 4.100 admissões; e o grande grupo 4 (trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados), com 3038 admissões.

Segundo o Ministério do Trabalho (2001), em 31 de dezembro de 1994, dos subgrupos selecionados da CBO os que mais se destacavam no Estado de Goiás eram: trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (30,3% do emprego), agentes de administração pública (18,6%) e professores (11,9% do emprego).

Para o Ministério do Trabalho (2001), na mesorregião do Centro Goiano, que concentra o maior contingente de trabalhadores do estado, cerca de dois terços, em 31 de dezembro de 1994, os subgrupos selecionados que mais se destacaram foram os de trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (29,5% do emprego), de agentes de administração pública (21,5%) e dos professores (17,2%).

Segundo o Ministério do Trabalho (2001), O Estado de Goiás, apresentou expansão do emprego (3.498 admissões) nos subgrupos selecionados da CBO. Os subgrupos que mais contribuíram para este resultado foram: trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes (1.626); os professores (1.158); e os secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados (994). Os segmentos que registraram retração foram: operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados, com 481 demissões, e operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares, com 578 demissões.

Para o Ministério do Trabalho (2001), a mesorregião do Centro Goiano apresentou expansão no emprego (3.338 admissões), sendo que os subgrupos que mais se destacaram foram o dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados não classificados sob outras epígrafes, com 2.024 admissões, os secretários, datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados, com 738 admissões, e os professores, com 618 novas vagas.

3.2.1 – A PEA Rural em Goiás

Para Balsadi (2000), o desenvolvimento de Goiás pode ser compreendido dentro do próprio processo de crescimento da região Centro-Oeste brasileiro. Para este

desenvolvimento foi fundamental a presença do Estado¹⁰⁷ como definidor de políticas públicas e provedor dos fundos necessários para sua execução.

Balsadi (2000), apresenta as condições de que dentro destes programas, foram criados programas especiais de desenvolvimento regional, sendo que o mais importante para Goiás foi o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), concebido para dinamizar a moderna empresa agrícola através de investimentos na pesquisa e experimentação agrícola (principalmente com a Embrapa), do crédito agropecuário subsidiado, de incentivos fiscais para florestamento e reflorestamento, da construção/conservação de estradas, da construção de linhas de transmissão de energia, da construção de redes de armazenamento, dos investimentos em eletrificação rural, da instalação de equipamentos para moagem de grandes quantidades de calcário (fundamental para corrigir a acidez dos solos do cerrado), da produção local/ regional de fertilizantes e do apoio para a instalação de várias agroindústrias. O Estado de Goiás foi o que teve mais projetos aprovados nos 12 pólos de desenvolvimento do Polocentro, com 38% do total no período de 1975-82.

Com a crise fiscal dos anos 80 e com o predomínio da concepção neoliberal nos anos 90, as políticas de desenvolvimento regional entraram em decadência, até serem desativadas¹⁰⁸. A sudeco foi extinta em 1990¹⁰⁹.

Balsadi (2000), ressalta que nos anos 90, o único programa no Centro-Oeste, patrocinado pelo governo federal, é o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com recursos destinados aos Programas de Desenvolvimento Rural, de Desenvolvimento Industrial e de Infra-estrutura, de Desenvolvimento do Turismo Regional e de Apoio à Política Agrária. O Estado de Goiás recebe 29% do total dos recursos destinados à região, propiciando condições para a construção do Corredor Intermodal do Centro-Oeste, no âmbito do programa Brasil em Ação.

¹⁰⁷ Destaca-se a implantação de algumas medidas políticas para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, que até o início dos anos 80, foram o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (Pladesco), elaborado pela Sudeco no âmbito do I PND (1972-74), e o Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste, feito no II PND (1975-79).

¹⁰⁸ Uma análise crítica e aprofundada deste tema, com ênfase em todas as regiões brasileiras, pode ser encontrada em Cano (1997).

¹⁰⁹ Após uma última tentativa frustrada de elaborar um programa único de desenvolvimento para o Centro-Oeste, que incluía a criação de um banco de desenvolvimento nos moldes daqueles criados no Norte e Nordeste.

Nos anos 50 e 60, influenciada pela ação do Estado, houve uma grande transformação da base produtiva da região Centro-Oeste, onde, ocorreu uma significativa modernização da produção agropecuária, principalmente daquela voltada para os grãos e oleaginosas, que foi acompanhada de perto pelo processo de agroindustrialização a partir dos anos 80. Trazendo para os Estados uma base competitiva nos complexos de grãos e carnes, quase sempre associada, o que resultou num crescimento da participação do Centro-Oeste no PIB brasileiro – participação foi de 7,1% em 1995, perante os 3,7% em 1970¹¹⁰.

Para Balsadi (2000), o Censo Agropecuário de 1995/96, ajudou a mostrar que 75,2% da área total dos estabelecimentos que estavam sendo utilizadas pelas pastagens naturais e cultivadas. As culturas temporárias e permanentes ocupavam 7,9%, sendo que 90% desta área era destinada ao cultivo de grãos e de oleaginosas¹¹¹. As atividades de ocupações empregadoras de mão-de-obra foram a pecuária e a produção modernizada de grãos, lavouras temporárias e as atividades mistas (lavoura e pecuária), destaque para as atividades pecuárias com a bovinocultura de corte e de leite, com Goiás ocupando o segundo lugar como produtor de leite.

Algumas agroindústrias como a Perdigão e Gessy Lever, estão procurando dar um grande impulso na economia goiana, com grandes investimentos e alocando recursos nos municípios vizinhos, procurando absorver grande parte de recursos e mão-de-obra. A Perdigão tem projeções para se tornar a maior produtora de suínos do Brasil até 2003. Já a Gessy Lever estará favorecendo a cultura do tomate com a implantação de sua fábrica no Município de Rio Verde, favorecendo essa cultura e seus derivados.

Segundo Balsadi (2000), o deslocamento destas agroindústrias para o Centro-Oeste é motivado pelos incentivos fiscais, mas também pela maior competitividade e de ganhos de escalas, facilitados pela disponibilidade de matéria-prima em quantidade e qualidade, menores custos da mão-de-obra¹¹², pela redução dos custos de distribuição e pela facilidade de escoamento da produção¹¹³.

¹¹⁰ Balsadi (2000), esse comportamento se deve pela importância que a região Centro-Oeste passa a ocupar no cenário brasileiro.

¹¹¹ IBGE (1998).

¹¹² Para Balsadi (2000), essa mão-de-obra possui boa qualificação ou pode ser treinada para tal.

¹¹³ Segundo Balsadi (2000), essa produção será facilitada pelo corredor de escoamento, o chamado corredor de transporte intermodal.

Dentro deste cenário, observa-se um leque de opções para as “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas, mesmo que esse desenvolvimento seja ainda incipiente, mas que possa ser explorado.

Segundo Balsadi (2000), de acordo com essas informações apresentadas, o intuito é mostrar que o meio rural possui características que o conformam como um espaço mais amplo do que aquele delimitado apenas pelas tradicionais atividades agropecuárias, as quais tendem a ter menor representatividade em termos de ocupação da mão-de-obra e de geração de renda para as pessoas ocupadas¹¹⁴.

Para Balsadi (2000), a PEAR total se mostra, entre os ocupados em atividades agrícolas, ocupados em atividades não-agrícolas e não-ocupados, onde se nota um crescimento de 2,1% a. a., ou seja de 453 mil pessoas em 1981 para 572 mil em 1992, conforme a tabela 3.2¹¹⁵. O mesmo não ocorreu com o período de 1992 a 1999, tendo uma variação negativa de 2,2% a. a., ou seja, 427 mil pessoas para 393 mil pessoas. No geral, de 1981 a 1992¹¹⁶, ocorreu o melhor comportamento para o Estado de Goiás, com o crescimento tanto da PEAR rural ocupada em atividades agrícolas (1,5% a. a.) quanto da PEAR rural ocupada em atividades não-agrícolas (4,2% a. a.). Segundo Grazianno da Silva e Balsadi (2000), foi um período de grande expansão da ocupação dos cerrados com a agropecuária e agroindústria, refletindo nas oportunidades de empregos para a população rural¹¹⁷.

Para os dados da tabela 3.4, destaca-se a PEAR rural ocupada em atividades não-agrícolas que continuou crescendo a uma taxa significativa de 5,1% a. a., mas a PEAR rural ocupada em atividades agrícolas registrou queda de 66 mil pessoas, ou - 5,0% a. a.. Segundo Balsadi (2000), os fatores que provocaram essas reduções foram: o desmanche da Política Agrícola, a abertura comercial dos anos 90, e a continuidade do processo de

¹¹⁴ Para essa análise será feita com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), onde apresenta as principais mudanças estruturais da PEA com domicílio rural, apontando os principais ramos de atividades, setores de ocupações responsáveis pelo crescimento do emprego não-agrícola no Estado de Goiás.

¹¹⁵ Cabe observar que pela tabela 3.4, até 1988 o Estado de Tocantins pertencia a Goiás, só a partir daí que se tem o Estado de Goiás.

¹¹⁶ Inclusive Tocantins.

¹¹⁷ Cresceu o número de pessoas procurando emprego, de 3 mil, em 1981, para 9 mil, em 1992, Balsadi (2000).

modernização que liberou muita mão-de-obra das atividades tradicionais agropecuária¹¹⁸. Destaca-se que a PEAr rural ocupada em atividades agrícolas, representava 38% da população rural com mais de 10 anos de idade em Goiás e 67% da PEAr rural total em 1997, Balsadi (2000)¹¹⁹.

¹¹⁸ Balsadi (2000), ressalta que essa tendência foi devido ao ganhos de produtividade para os grãos e oleaginosas como é o caso do algodão, arroz, feijão, milho e soja, principalmente.

¹¹⁹ Salienta Balsadi (2000), que em geral, a queda da PEAr rural ocupada em atividades agrícolas e o crescimento da PEAr rural ocupada em atividades não-agrícolas é observado também para o Brasil e para muitas Unidades da Federação e está relacionada com vários fatores.

Tabela 3.4 – População rural de 10 anos e mais, segundo os ramos de atividades. Goiás, 1981/ 1997 (1000 pessoas).

Ramos de Atividades	1981	1992 (+TO)	1992 (-TO)	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
								81 - 92 ^a	92 - 97 ^b
População Economicamente Ativa	453	572	427	420	408	374	393	2,1***	-2,2**
Ocupados								1,5***	-5,0***
Agrícola	364	428	330	322	290	261	264	402***	5,1***
Não-Agrícolas	86	135	91	92	109	102	119	7,4***	4,2
Indústria de Transformação	11	23	17	14	23	16	20		
Indústria da Construção	8	12	6	8	12	11	12	4,3*	13,6***
Outras Atividades Industriais	4	2	2	1	2	2	4	-4,1	18,3*
Comércio de Mercadorias	12	13	8	8	15	12	11	0,7	9,6
Prestação de Serviços	26	48	36	38	36	37	40	5,6***	1,1
Serviços Auxiliar de Ativ. Econômicas	2	2	2	2	1	2	1	-2,2	-12,9
Transporte e Comunicação	3	5	3	2	2	2	3	5,4	-5,1
Social	13	23	14	15	14	15	21	5,1***	5,5*
Administração Pública	5	6	3	3	3	4	7	2,2	18,1**
Outras Atividades	2	0	0	0	1	1	1	-15,7***	30,7***
Não-Ocupados								9,7***	16,3***
Procurando Emprego	3	9	6	6	9	11	10		
Não Economicamente Ativos								1,6	6,9***
Apos. Pens. Ou Outras Rendas	35	42	31	28	36	39	39		
Outros não Economicamente Ativos	408	330	235	252	263	242	264	-1,9***	1,5
Total de Pessoas de 10 anos ou mais	896	944	693	699	707	656	696	0,5	-0,4

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano. NEA-IE/ Unicamp, fevereiro 1999.

O desempenho favorável da PEAr rural ocupada em atividades não-agrícolas amenizou, mas não evitou um grave efeito da redução do emprego agrícola no Estado de Goiás. Isso se deve pelo fato do número de pessoas não-ocupadas procurando emprego, com taxas significativas e estatisticamente nos dois períodos analisados. Vale ressaltar que se faz ao crescimento dos não economicamente ativos residentes no meio rural, como os aposentados e pensionistas, com uma taxa anual de crescimento de 6,9%¹²⁰, conforme a tabela 3.4.

A PEAr rural não-agrícola do Estado de Goiás tem se ocupado em vários ramos da atividade econômica, destacando a prestação de serviços, os serviços sociais, a indústria de transformação, a indústria da construção civil e o comércio de mercadorias, conforme análise da tabela 3.4, onde apresenta os principais ramos de atividades no período 1981/97. Para Balsadi (2000), esses ramos de atividades juntos responderam por 87% do total das ocupações não-agrícolas em 1997.

Balsadi (2000), salienta que a prestação de serviços foi considerada, no período analisado, o mais importante ramo da atividade econômica na ocupação da população rural goiana em atividade não-agrícolas, com uma participação de 33% no total das ocupações em 1997 (40 mil pessoas ocupadas)¹²¹.

Analisando a tabela 3.4, percebe-se que de 1981/92, os serviços sociais apresentaram um crescimento de 5,1% a. a., mantendo este comportamento para o período seguinte. Balsadi (2000), destaca que esse comportamento foi devido ao endividamento e crise financeira dos estados e municípios nos anos 90, principalmente após o Plano Real, com a perda da capacidade de investimento em obras sociais e de infra-estrutura básica.

A indústria de transformação apresentou um crescimento de 7,4% a. a. na ocupação da PEAr rural não-agrícola, no primeiro período, dando grande resposta à expansão das indústrias ligadas ao processamento de produtos agropecuários, muitas localizadas no próprio meio rural.

A indústria da construção civil, respondeu por 10% do total das ocupações não-agrícolas no meio rural do Estado de Goiás em 1997, apresentando o seu maior

¹²⁰ Comportamento este que pode ser explicado pela extensão dos benefícios da Previdência Rural a partir da constituição de 1988, Balsadi (2000).

¹²¹ No período de 1981/92, esse ramo de atividades continuou a registrar taxas de crescimento anual de 5,6%.

crescimento no período de 1992/97 com 13,6% a. a.. O ramo do comércio de mercadorias apresentou o mesmo comportamento que a indústria da construção civil. Segundo Balsadi (2000), a recessão ocorrida no período de 1989/92 certamente afetou o desempenho destas atividades até 1993, pois a partir daí é que ocorreu uma relativa, ma muito oscilante, expansão das ocupações.

Quanto aos demais ramos¹²², responderam por 13% restantes da PEAR rural ocupada em atividades não-agrícolas em 1997. Balsadi (2000), faz uma ressalva, dizendo que não foram opções promissoras para quem estava no meio rural goiano e procurava uma alternativa de ocupação perante a significativa queda do emprego agrícola registrado no Estado.

Já a figura 11 traz a PEA restrita, população ocupada segundo a área censitária da amostra, onde destaca a situação do domicílio para Goiás de 1992-99. Nota-se que a participação do setor urbano na população total foi de 81,5%, enquanto que a população rural representou 18,5%. Essa participação da população urbana, ao longo do período de 1992-99, foi de 4,4%, sendo um crescimento esperado, segundo Del Grossi (2002). Já a participação da população rural experimentou uma participação negativa da ordem 4,4%. A média de participação da população urbana girou em torno de 80,2% e para a rural de 19,8%, mostrando um melhor desempenho da população urbana em termos de participação. Esse crescimento continua dentro da ampliação das atividades não-agrícolas que tem contribuído para que os vários ramos de atividades apresentem uma melhor combinação na aproximação de áreas próximas do meio rural.

¹²² Outras atividades industriais, serviços auxiliares, transporte e comunicação, administração pública e outras atividades.

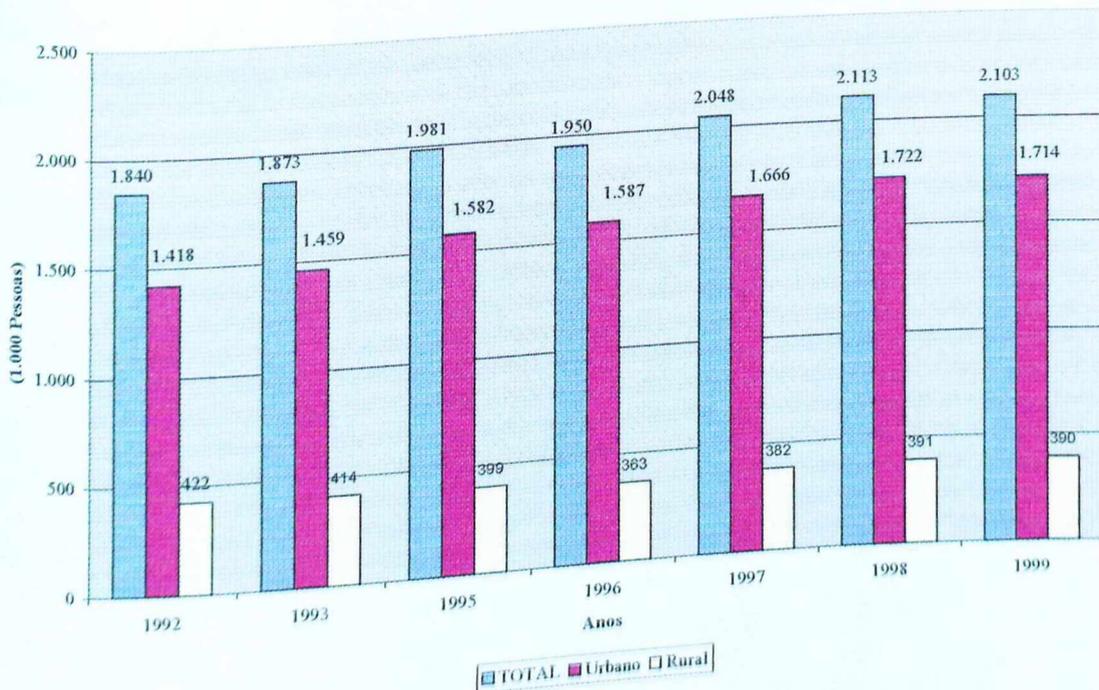


Figura 11: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Goiás, 1992-99.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/ UNICAMP. Setembro /2000.

A figura 12 apresenta a população ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio agrícola e não-agrícola na população rural e urbana em Goiás de 1992-99. Para Del Grossi (2002), a população ocupada rural, apresenta uma participação na ocupação domiciliar, em média, de 19,9%, enquanto a população ocupada urbana tem a participação de 80,1%. Dessa ocupação rural, 14,3% representam as ocupações agrícolas e 5,6% as ocupações não-agrícolas. Para a ocupação urbana, 7,3% representam as ocupações agrícolas, enquanto 72,9%, as ocupações não-agrícolas. Nota-se que na ocupação urbana agrícola, houve uma redução na sua participação de 9,5%, enquanto que na ocupação urbana não-agrícola, houve um aumento na participação de 25,1%, demonstrando um melhor desempenho desse setor na participação da atividade econômica. Para a população ocupada na área rural agrícola, decresceu 21,8% sua participação, enquanto a não-agrícola, cresceu 43,8, ou seja, manifestando um melhor desempenho das ocupações não-agrícolas, tanto no meio

urbano, quanto no meio rural que perfazem um total de 68,9% o crescimento das ocupações não-agrícola.

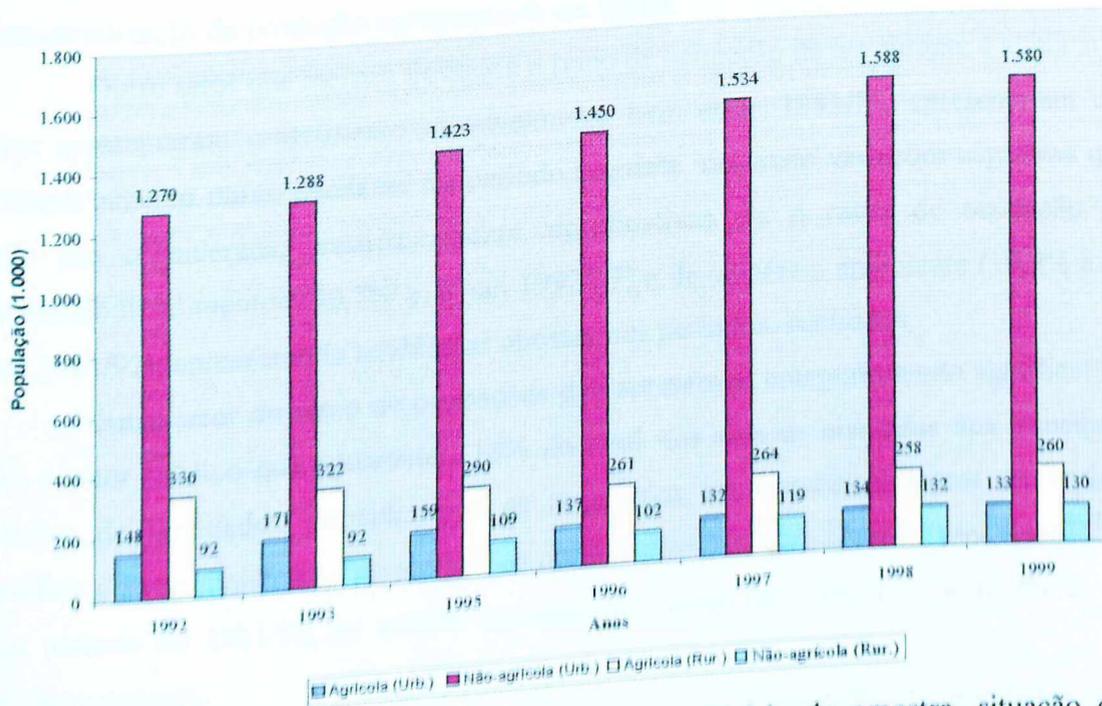


Figura 12: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade urbana agrícola e não-agrícola e rural agrícola e não agrícola. PEA Restrita, Goiás, 1992-99.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/ UNICAMP. Setembro /2000.

A tabela 3.5, aprofunda um pouco mais este estudo mostrando os dados sobre a PEAR rural ocupada em atividades não-agrícolas nos períodos de 1981/97, com destaque para as atividades ocupadas como: do emprego doméstico, os estabelecimentos de ensino público, a construção civil e a indústria de transformação – indústria de alimentos –.

O destaque que se dá nesta análise será para o emprego doméstico que respondeu por 21% do total das ocupações (25 mil pessoas ocupadas). Para Balsadi (2000), o expressivo crescimento deste setor é mais uma evidência da “urbanização” das relações de trabalho na área rural e também uma importante opção de trabalho para uma mão-de-obra com baixa qualificação profissional.

Segundo Balsadi (2000), o expressivo crescimento das ocupações no setor da indústria de transformação e de alimentos no período de 19981/92 que de 8,8% a. a. e 13% a. a., no período de 1992/97, está relacionada ao processo de (agro) industrialização da produção agropecuária em Goiás.

Outro setor que merece destaque é o ramo de ocupação de restaurante e alfaiataria, que apresentaram crescimento razoavelmente bem entre 1981/92, apresentaram um comportamento muito oscilante no período seguinte, deixando variações negativas que não são consideradas estatisticamente significativas. Já o ramo de ocupação do comércio de alimentos (30,7% a. a. em 1992/97) e de comércio ambulante (10,9% a. a. em 1981/92), apresentando tendências opostas nos períodos analisados.

Outro setor do ramo de ocupações que apresentou comportamento significativo foi o setor público que apresentou 18% do total das pessoas ocupadas nos principais setores de atividades, considerando as ocupações nos estabelecimentos de ensino público e na administração municipal, os quais mostraram uma aparente recuperação¹²³. No período de 1981/92, os setores apresentaram taxas de 5,4% a. a. e 16,2% a. a., respectivamente.

Para Balsadi (2000), verifica-se que a maioria dos setores de atividades que empregam a PEAR rural não-agrícola caracteriza-se por conter ocupações que não exigem níveis de escolaridade e de qualificação profissional elevados. Por um lado, facilita o ingresso no mercado de trabalho, e por outro, evidencia a criação de novos empregos nos anos 90, principalmente após o plano real, onde tem sido marcado fortemente por ocupações precárias, sem registro em carteira, com baixa remuneração e sem perspectivas de ascensão na carreira profissional.

¹²³ Para Balsadi (2000), esses dados indicam os efeitos positivos em termos de desenvolvimento local e ocupação da PEAR rural não-agrícola se houver uma efetiva recuperação do poder de investimentos dos municípios goianos e brasileiros.

Tabela 3.5 – Principais Setores de Atividade da População Rural Não-Agrícola Ocupada 15 horas ou mais na Semana de Referência. Goiás, 1981/1997 (1000 pessoas).

Setores de Atividade	1981	1992 (+TO)	1992 (-TO)	1993	1995	1996	1997	Taxa de cresci. (%)	
								81 – 92 ^a	92 – 97 ^b
Emprego Doméstico	12	29	22	24	24	30	26	8,6***	3,8*
Construção	8	12	6	8	12	11	12	4,3*	13,6***
Estabelecimento de Ensino Público	11	19	11	13	10	11	15	5,4***	1,9
Comércio de Alimentos	4	4	1	2	5	3	4	0,7	30,7**
Indústria de Alimentos	2	8	7	3	9	6	7	13,0***	6,0
Indústria de Transformação	4	10	7	7	7	8	9	8,8***	5,5***
Restaurantes	3	7	5	5	3	2	5	8,0**	-8,5
Alfaiataria	3	5	4	4	4	2	4	3,7	-5,9
Administração Municipal	1	3	2	2	2	2	6	16,2***	15,7
Comércio Ambulante	1	4	4	2	5	3	3	10,9***	-2,1
Indústria de Madeira	3	2	0	2	1	1	0	-4,6	-6,6
Transporte de Carga	1	3	3	1	1	1	1	12,4***	-13,5**
Assistência Técnica: Veículos	1	1	1	1	1	2	2	0,7	20,2
Subtotal	52	107	73	74	85	80	93	6,7***	4,5***
PEA Não-Agrícola	86	135	44	92	109	102	119	4,2***	17,3**

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Balsadi (2000).

A figura 13 mostra a população ocupada em atividades não-agrícola, residentes em áreas rurais, no ramo de atividade da área censitária, PEA Restrita, Goiás de 1992-99, destacando os ramos de atividades da prestação de serviço que experimentaram um crescimento de 4,2% a. a., a indústria da construção com 10,7% a. a., o comércio de mercadorias com 12,7% a. a., o transporte e comunicação com 8,4% a. a., mas o destaque é para o ramo da administração pública que foi o ramo que mais cresceu, com 18,4% a. a. , mostrando ao longo do período, sendo o ramo de atividade que melhor se desempenhou na PEA restrita para os residentes em áreas rurais, Del Grossi (2002).

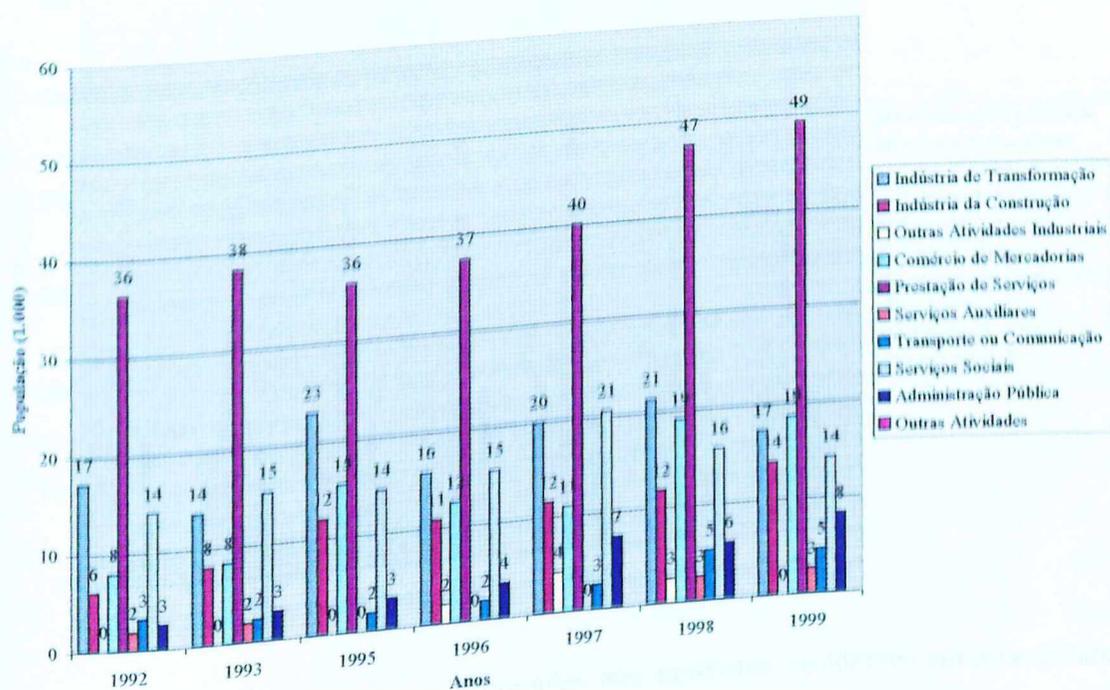


Figura 13: População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA Restrita, Goiás, 1992-99. (1.000 Pessoas)

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/ UNICAMP. Setembro/ 2000.

A figura 14 mostra a população ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas urbanas, nos ramos de atividades da área censitária, PEA Restrita, Goiás de 1992-99, onde destaca alguns ramos de atividades que apresentaram um perfil de comportamento diferenciado no que tange à contribuição para uma maior integração entre os setores da atividade econômica. Destaca-se, como na população ocupada nas

áreas rurais, a prestação de serviço com um crescimento de 3,9% a. a., o comércio de mercadorias com 3,6% a. a., a indústria da construção com 3,3 a. a., serviços auxiliares com 5,8% a. a., transporte e comunicação 3,6% a. a., serviços sociais com 5,1% a. a., e administração pública com 3,5% a. a.. Deve ser ressaltado alguns ramos de atividades que tiveram uma redução da sua participação na atividade econômica, como é o caso de outras atividades que reduziu 1,4% a. a., e também outras atividades industriais com redução de 0,5% a. a., Del Grossi (2002).

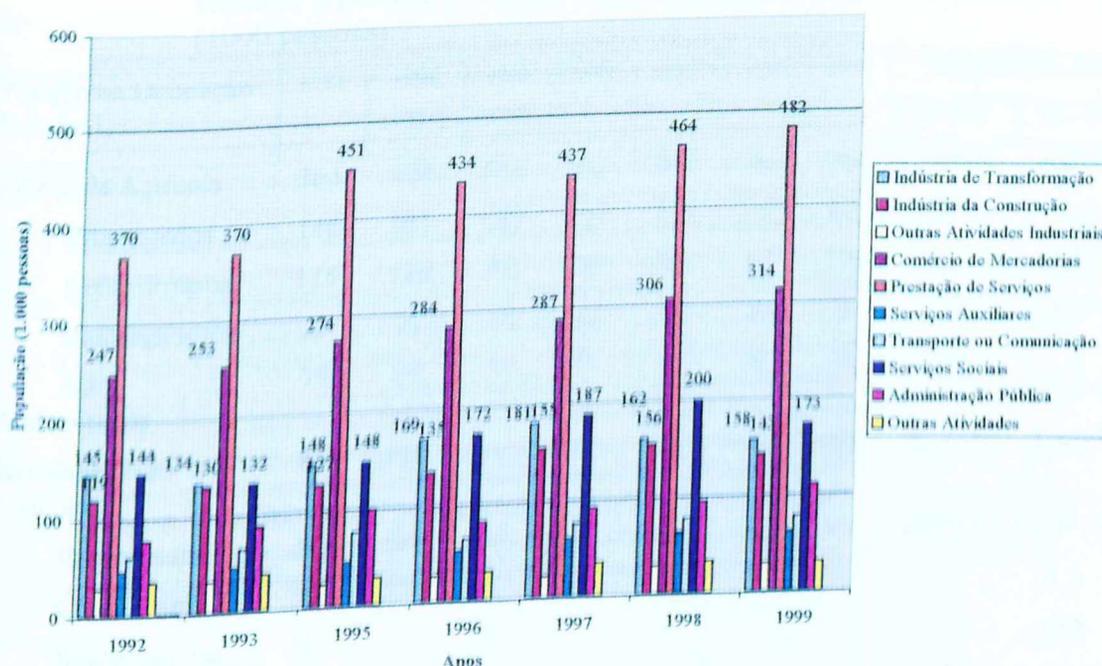


Figura 14: População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em área urbana, segundo a área censitária da amostra. PEA Restrita, Goiás, 1992-99 (1.000 Pessoas).

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/ UNICAMP. Setembro/ 2000.

A tabela 3.6 traz a posição na ocupação das pessoas com domicílio rural, mostrando que tanto para a PEAR rural agrícola quanto para a PEAR rural não-agrícola as categorias mais importantes, desde de 1981, são as de empregados e conta-própria, que juntas representam 83% das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e 93% das

ocupadas em atividades não-agrícolas no Estado de Goiás, Basaldi (2000)¹²⁴. Cabe observar que a PEAR rural agrícola apresentou sinais de crescimento no primeiro período de 1981/92 com 1,5% a. a., e registrou que de 5,0% a. a. para o segundo período. Já a PEA não-agrícola, teve um comportamento crescente, com exceção apenas no primeiro período de 1981/92 com crescimento de 4,2% a. a., e no segundo período de 1992/1997, um crescimento de 5,1% a. a..

Tabela 3.6 – População rural ocupada 15 horas ou mais na semana de referência, segundo a posição na ocupação e o tipo de atividade. Goiás, 1981/1997 (1000 pessoas).

Posição na Ocupação Principal	1981	1992 (+TO)	1992 (-TO)	1993	1995	1996	1997	Taxa de cresci. (%)	
								81 - 92 ^a	92 - 97 ^b
Atividade Agrícola	364	428	330	322	290	261	264	1,5***	-5,0***
Empregados	146	187	147	150	137	133	146	2,3***	-1,3
Conta-Própria	116	116	86	80	82	76	74	0,1	-2,5**
Empregadores	23	27	23	22	18	18	7	1,4	-16,6**
Não-Remunerados	79	97	74	70	53	35	36	1,9*	-
Atividades Não-Agrícolas	86	135	91	92	109	102	119	4,2***	5,1***
Empregados	57	90	59	67	72	76	87	4,2***	7,0***
Conta-Própria	23	33	25	19	28	22	24	3,2*	1,3
Empregadores	2	2	2	2	3	1	1	-0,8	-9,8
Não-Remunerados	3	10	6	5	7	4	7	12,6***	1,4
Total	450	563	421	414	399	363	382	2,1***	-2,5**

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/ Unicamp, fevereiro 1999.

Na composição da PEAR rural em atividades agrícolas mostra que as categorias com maiores participações foram as dos empregados e contra-própria, que apresentaram comportamentos, semelhantes em termos de crescimento, ou seja, apresentaram uma

¹²⁴ Basaldi (2000), fala sobre o caráter fortemente patronal da agricultura goiana, onde 50% dos ocupados pertencem a PEAR rural agrícola.

variação positiva no período de 1981/92 e negativo entre 1992/97. Para as mesmas categorias na PEAR rural não-agrícola, apresentaram comportamentos positivos em ambos os períodos.

Os empregadores, juntamente com os não-remunerados, foram as categorias que tiveram as maiores quedas nos anos 90, - 16,6% a. a. e - 15,2% a. a., respectivamente, embora deva ser destacado que o valor captado pela PNAD para a categoria dos empregadores, em 1997, estejam muito discrepante dos demais valores, Balsadi (2000).

Segundo Balsadi (2000), as participações relativas das diferentes categorias no total da PEAR rural ocupada em atividades não-agrícolas variaram em crescimento dos empregados e não-remunerados e de queda para as demais. Em 1981, os empregados representavam 66% do total, participação que subiu para 73% em 1997. As participações da categoria conta-própria foram de 27% e 20%, respectivamente, nos anos considerados. Para os empregadores, a participação relativa caiu de 2,3% em 1981 para menos de 1% em 1997. Já os não-remunerados, os dados da tabela 3.4 mostram que a variação foi de 3,5% do total, em 1981, para 6%, em 1997.

A tabela 3.7 mostra a distribuição dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio em Goiás de 1992/97. As famílias não-ocupadas cresceram a taxas bastante significativas no período 1992/97, tanto na área urbana urbanizada quanto na área rural exclusive, sendo que nesta última a taxa de crescimento variou de 16,1% a. a. até 20,2% a. a., Balsadi (2000).

Tabela 3.7 – Distribuição dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio. Goiás, 1997 (1000 pessoas).

Tipos de Famílias	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de cresci. (%)	
						1992/97 ^a	1992/97 ^b
Urbano	830	862	939	997	1.015	4,1***	4,3***
Empregadora (mais de 2 empregos)	26	31	30	29	36	6,3	3,8
Agrícolas	1	3	1	3	3	21,8	13,0
Pluriativos	4	5	5	5	6	8,6	6,1**
Não-Agrícolas	22	23	25	21	28	5,0	2,7
Empregadora (até 2 empregos)	37	41	43	32	43	2,8	-0,1
Agrícolas	9	10	10	3	4	-12,2*	-16,5*
Pluriativos	10	8	10	5	7	-8,5	-9,8*
Não-Agrícolas	18	23	23	23	31	11,6**	8,4**
Conta-Própria	247	245	283	287	274	2,1	3,1**
Agrícolas	7	8	7	13	6	-2,7	1,7
Pluriativos	21	24	28	22	22	1,0	0,4
Não-Agrícolas	219	213	249	252	246	2,3	3,1**
Trabalhadores Ocupados	431	462	484	530	553	5,1***	4,9***
Agrícolas	29	37	31	36	32	2,1	1,2
Pluriativos	36	35	38	29	32	-1,9	-2,8
Não-Agrícolas	367	390	415	465	489	5,9***	5,8***
Não-Ocupados	88	812	100	121	109	4,5*	6,8**
Rural Exclusive	213	223	221	223	235	2,0	1,4**
Empregadora (mais de 2 empregos)	2	2	4	2	3	12,7	10,5
Agrícolas	2	1	2	1	2	7,1	2,6
Pluriativos	0	0	2	1	0	-	-
Não-Agrícolas	0	0	1	0	0	-	-
Empregadora (até 2 empregos)	22	21	13	16	5	-25,0***	-20,6**
Agrícolas	15	18	11	12	4	-25,4***	-21,9**
Pluriativos	5	3	2	4	1	-25,0***	-17,0
Não-Agrícolas	1	0	0	0	0	-19,6	-
Conta-Própria	83	83	86	80	83	0,1	-0,1
Agrícolas	52	56	55	55	53	0,3	0,1
Pluriativos	23	18	22	15	19	-3,2	-3,5
Não-Agrícolas	8	8	9	10	11	6,3	6,6***
Trabalhadores Ocupados	100	113	111	112	129	5,2*	3,6**
Agrícolas	74	80	75	73	83	2,4	0,9
Pluriativos	14	21	14	21	21	9,4*	6,0
Não-Agrícolas	12	12	21	17	24	15,0***	15,0***
Não-Ocupados	7	5	8	12	15	16,1**	20,2**

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

Nota: ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/ Unicamp, fevereiro 1999.

Ainda na tabela 3.7, a família no meio rural que apresentou um melhor desempenho foi a dos trabalhadores ocupados, destacando os ocupados nas atividades não-agrícolas (crescimento de 15% a. a.) e os pluriativos (crescimento de 9,4% a. a.)¹²⁵. Observa-se que o crescimento da pluriatividade nas famílias rurais de trabalhadores ocupados não foi acompanhado pelas demais categorias. Famílias pluriativas com domicílio nas áreas urbanas urbanizadas é possível perceber que houve uma queda do número absoluto dessas famílias de 71 mil (8,6% do total desta área), em 1992, para 67 mil (6,6% do total), em 1997. Nas áreas rurais exclusive, o comportamento foi semelhante, embora a variação absoluta tenha sido menor. Em 1992, havia 42 mil famílias pluriativas (97,7% do total do rural exclusive) no Estado de Goiás, valor que caiu para 41 mil em 1997¹²⁶.

Graziano da Silva & Del Grossi (1999), relata que o agravamento da crise econômica no Brasil e o aumento generalizado do desemprego em todas as regiões, o crescimento das aposentadorias e das pensões no meio rural e a possível individualização das famílias rurais podem ter contribuído para o não crescimento das atividades não-agrícolas, poderia se esperar um quadro diferente do apresentado acima para a pluriatividade, nas categorias, presença da mão-de-obra feminina na força de trabalho não-agrícola, queda das ocupações agrícolas e queda da rentabilidade nas atividades agropecuárias.

Na tabela 3.8, trata da evolução das pessoas ativas das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros em Goiás de 1992-99. Destaque para a pluriatividade existente nessas ocupações, ou seja, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de ocupação das pessoas pertencentes às famílias

¹²⁵ Cabe ressaltar que famílias foram enquadradas como público alvo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), isto é, as empregadoras com até dois empregados (agrícolas e pluriativas), residentes nos meios rural e urbano, apresentaram fortes quedas (no caso das famílias empregadoras) ou quedas menores e estagnação (caso das famílias de conta-própria) no período de 1992/97, Balsadi (2000).

¹²⁶ Para Balsadi (2000), o número total de famílias cresceu, e a participação relativa dessas famílias caiu para 17,4% em 1997.

rurais e urbanas o seu comportamento no emprego agrícola. A evolução das famílias extensas apresentou em média, para as ocupações urbanas, 80,1%, enquanto que para as ocupações rurais 19,9%. Dentre as áreas censitárias, destaca-se o ramo dos empregados com crescimento de 3,6% a. a., destacando as atividades não-agrícolas que apresentou um perfil de crescimento de 5,2% a. a. Os pluriativos neste ramo de atividade não apresentou um bom desempenho tendo um crescimento negativo de 0,6% a. a..

Ainda na tabela 3.8, observa-se que as ocupações não-agrícolas foi a que apresentou um melhor perfil de crescimento dentre os ramos de atividades, só apresentando uma redução no ramo de atividade empregador com 3 ou mais assalariados, em uma redução 5,4% a. a., Del Grossi (2002).

A figura 15 traz a composição das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação no meio urbano e rural em Goiás, 1992 a 99. Destacando que a composição das famílias extensa urbana vem apresentando um comportamento médio de 80,1%, enquanto que a composição das famílias extensas rurais, apresenta uma média de 19,9%, mostrando um crescimento de 3,% em relação a composição das famílias extensas no período de 1992/99.

Tabela 3.8 – Evolução das Pessoas Ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de Domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Goiás, 1992 a 1999. (1.000 famílias)

AREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	1992/99	
								%a. a.	
TOTAL	1.835	1.873	1.977	1.950	2.046	2.113	2.103	2,1	***
Empregador com 3 ou mais assalar.	63	70	69	62	83	97	84	5,1	***
Agrícola	4	7	3	6	5	4	7	2,4	
Pluriativo	11	15	16	13	17	13	6	-5,4	
Não-agrícola	48	48	50	43	62	80	71	7,1	***
Empregador com até 2 assalariados	114	118	109	91	87	109	111	-1,6	
Agrícola	29	29	20	15	10	14	17	-11,1	***
Pluriativo	48	43	39	28	19	36	18	-11,4	***
Não-agrícola	37	47	49	47	58	59	76	8,6	***
Empregador total	177	189	178	153	171	206	196	1,1	
Agrícola	32	36	24	21	15	18	24	-8,5	**
Pluriativo	59	58	54	42	36	50	24	-9,7	***
Não-agrícola	85	95	100	90	120	139	148	7,8	***
Conta Própria	744	709	790	729	734	746	745	0,2	
Agrícola	93	100	89	89	71	71	71	-5,0	***
Pluriativo	169	152	171	118	142	102	100	-7,1	***
Não-agrícola	482	457	530	523	521	572	574	3,0	***
Empregados	912	974	1.005	1.062	1.139	1.155	1.156	3,6	***
Agrícola	155	168	145	146	157	158	165	0,2	
Pluriativo	141	159	147	126	144	144	144	-0,6	
Não-agrícola	617	647	713	789	838	854	847	5,2	***
Não Ocupados	3	-	2	3	2	2	2		

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/ UNICAMP, Junho/ 2001

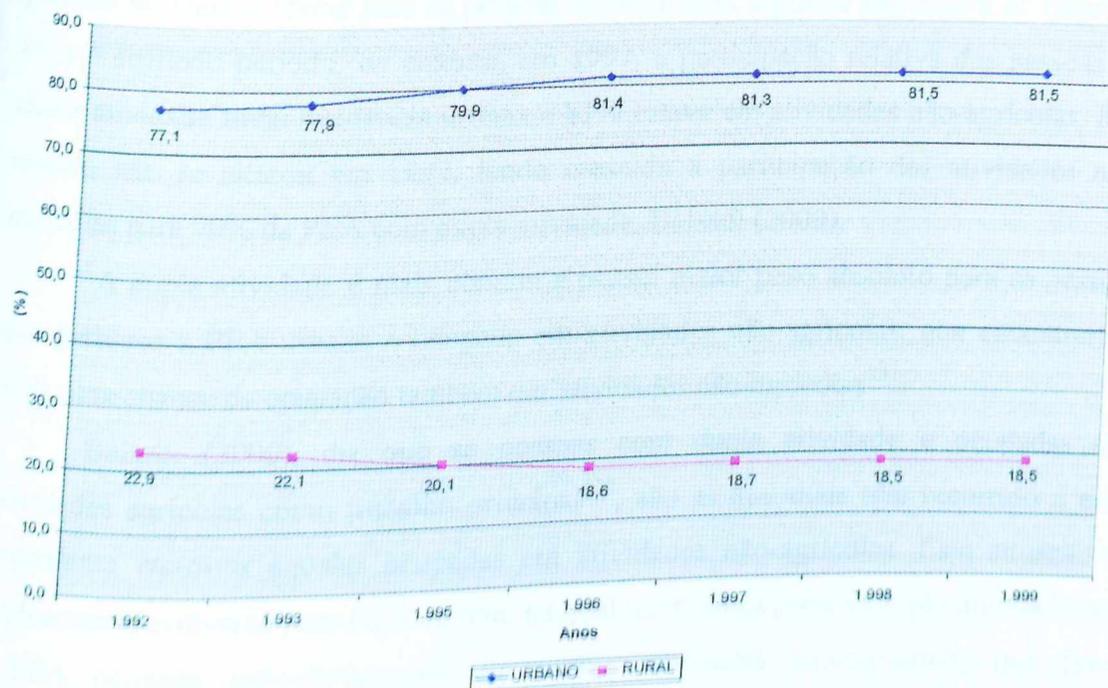


Figura 15: Evolução das Pessoas Ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação no meio urbano e rural em Goiás, 1992 a 99.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Junho/ 2001 – Dados trabalhados pelo autor.

Dentro desta composição das famílias extensas, um destaque para as famílias empregadas no ramo de atividades não-agrícolas, pois apresentou um comportamento favorável nos diversos ramos das ocupações, Del Grossi (2002).

Na tabela 3.9, verifica-se que a PEA com dupla ocupação¹²⁷ no Estado de Goiás que foi de 42 mil pessoas em 1981 (ou 9% da PEA total), valor que subiu para 91 mil pessoas em 1992 (inclusive Tocantins)¹²⁸. Nos anos 90, os valores variaram de 74 mil em 1992 (exclusive Tocantins)¹²⁹, para 81 mil em 1997¹³⁰, mostrando que o primeiro

¹²⁷ Para Balsadi (2000), a designação “dupla atividade” refere-se às pessoas que tinham mais de um trabalho na semana de referência da pesquisa de campo da PNAD. Os dados apresentados anteriormente tratavam apenas da ocupação principal, mas através de um tratamento estatístico foi possível separar aquelas pessoas que declararam possuir mais de uma atividade econômica.

¹²⁸ Perfazendo um total de 16% da PEA total.

¹²⁹ Perfazendo um total de 17% da PEA total.

período foi mais propício para as pessoas obterem uma segunda alternativa de emprego. Para o segundo período, no entanto, em 1997, a participação relativa das pessoas em dupla atividade tinha residência urbana e 81% estava em atividades não-agrícolas. Este quadro não se alterou em 1997, tendo crescido a participação das atividades não-agrícolas para 90% da PEA com dupla atividade, Balsadi (2000).

A dupla atividade é mais comum e possui maior peso absoluto para as pessoas que pertence a PEA urbana e ocupada em atividades não-agrícolas, que encontraram mais uma chance de ocupação também em atividades não-agrícolas¹³¹.

Balsadi (2000), diz que as pessoas com dupla atividade e ocupadas em atividades agrícolas como trabalho principal¹³², são as que mais têm recorrido a este expediente *via-à-vis* aquelas ocupadas em atividades não-agrícolas. Esta situação é praticamente o inverso para PEA urbana, na qual quem mais possuía dupla atividade era a PEA ocupada secundariamente em outras atividades não-agrícolas, que teve crescimento de 6,3% a. a. em 1992/97.

¹³⁰ Perfazendo um total de 21% da PEA total.

¹³¹ 60 mil pessoas em 1997.

¹³² Mesmo ter apresentado queda de 11% a. a. no período de 1992/97.

Tabela 3.9 – População com dupla atividade na PEA ocupada 15 horas ou mais na semana de referência. Goiás, 1981/1997 (1000 pessoas).

Domicílio	Atividade Principal	Atividade Secundária	1981	1992 (=TO)	1992 (-TO)	1993	1995	1996	1997	Taxa anual (%)	
										81-92 ^a	92-97 ^b
URBANO	Agrícola	Agrícola	nd	3	2	0	1	1	0	-	-
		Não-Agrícola	nd	4	3	2	3	4	2	-	-5.3
		Subtotal	4	7	5	2	4	5	2	4,2	-8.0
	Não-Agrícola	Agrícola	nd	9	7	7	8	7	9	-	3.4
		Não-Agrícola	nd	52	45	40	52	48	60	-	6.3
		Subtotal	32	61	52	47	60	55	689	6,2***	5,9**
RURAL	Agrícola	Agrícola	nd	13	10	5	5	6	4	-	-11,2*
		Não-Agrícola	nd	3	3	5	4	3	2	-	-8,4
		Subtotal	4	15	13	10	9	9	6	14,0***	-11,1***
	Não-Agrícola	Agrícola	nd	3	3	4	3	1	2	-	-9,8
		Não-Agrícola	nd	3	2	4	3	1	2	-	-5,7
		Subtotal	2	5	4	8	6	2	4	13,1***	-7,9

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

nd – dado não disponível.

Fonte: Balsadi (2000).

Na tabela 3.10, onde mostra a evolução do número médio de pessoas ativas por família, segundo o local de domicílio e o tipo de família em Goiás de 1992 a 1997, nota-se que é maior a participação de pessoas pluriativas e não-agrícolas no total das pessoas ocupadas com domicílio rural do que é a participação de famílias pluriativas e não-agrícolas no total de famílias residentes no meio rural, mostrando que são estas categorias de famílias que possuem um número médio de pessoas ativas maior. Já para as famílias que se dedicam que só se dedicam às atividades agrícolas são as que possuem o menor número médio de pessoas ativas (ocupadas).

A tabela 3.10, também indica que as pessoas com domicílio nas áreas exclusivamente rurais estão tendo mais oportunidades de ocupação somente em atividades não-agrícolas vis-à-vis as oportunidades que combinem ocupações agrícolas com não-agrícolas (pluriatividade), as quais, praticamente, estiveram estagnadas no período 1992/97, Balsadi (2000).

Balsadi (2000), comenta que:

“Se for verdade que as famílias agrícolas são a que possuem o menor número médio de pessoas ocupadas, também é fato que foram elas que apresentaram as maiores taxas de decréscimo deste número no período de 1992/97, em todas as categorias de famílias nas áreas exclusivamente rurais. Com raras exceções, as famílias urbanas também apresentaram queda ou estagnação no número médio de pessoas ocupadas. Isso evidencia que a questão do (des) emprego é, sem dúvida, uma das que mais vai exigir ações efetivas e inovadoras da sociedade e do Estado para sua solução, ou pelo menos para minimizar seus efeitos sobre os segmentos sociais mais fragilizados, Balsadi (2000: 204)”.

Tabela 3.10 – Evolução do número médio de pessoas ativas por famílias, segundo o local de domicílio e o tipo de família. Goiás, 1992/97.

Local Domicílio	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de cresci. (%)	
						1992/97 ^a	1992/97 ^b
Tipos de Famílias							
Urbano	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	-0,8***	-1,1*
Empregadora (mais de 2 empregos)	2,1	2,0	1,9	2,0	2,1	-0,2*	-0,5
Agrícolas	1,3	1,2	2,0	1,5	1,5	2,4	4,5
Pluriativos	2,2	3,0	2,0	2,3	2,2	0,5	-2,4
Não-Agrícolas	2,1	1,9	1,9	2,0	2,1	-0,2	-0,1
Empregadora (até 2 empregos)	1,8	2,0	2,1	1,9	1,8	0,2	0,3
Agrícolas	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2	-0,1**	0,0
Pluriativos	2,2	2,7	22,7	2,3	2,4	1,8	0,3
Não-Agrícolas	1,9	2,0	2,1	2,0	1,8	-0,8***	-0,6
Conta-Própria	2,2	2,1	2,1	2,0	2,1	-1,1	-1,4**
Agrícolas	1,7	1,6	1,6	1,4	1,3	-1,8	-1,3**
Pluriativos	3,2	3,2	3,0	2,8	2,9	-2,1	-2,6***
Não-Agrícolas	2,1	2,0	2,0	1,9	2,0	-0,9	-1,0*
Trabalhadores Ocupados	1,7	1,7	1,7	1,6	1,7	-0,1***	-0,5*
Agrícolas	1,3	1,4	1,2	1,2	1,4	0,5	-1,0
Pluriativos	3,0	3,0	2,8	2,7	2,8	-1,4	-1,7***
Não-Agrícolas	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	0,1***	0,2
Rural Exclusive	1,8	1,8	1,7	1,5	1,5	-3,3	-3,6***
Empregadora (mais de 2 empregos)	2,6	1,3	2,6	1,8	1,7	-8,5	-2,8
Agrícolas	2,6	1,3	3,0	1,7	1,3	-13,1	-6,1
Pluriativos	...	1,0	2,2	2,0	4,0	-	-
Não-Agrícolas	...	2,0	2,5	2,0	2,0	-	-
Empregadora (até 2 empregos)	2,0	1,7	1,5	1,7	1,5	-5,4***	-4,3**
Agrícolas	1,7	1,5	1,4	1,4	1,2	-6,9***	-5,8***
Pluriativos	2,9	2,8	2,1	2,5	2,0	-7,4***	-6,6**
Não-Agrícolas	1,3	1,0	3,0	17,6	-
Conta-Própria	2,2	2,0	1,9	1,8	1,9	-3,6*	-3,8***
Agrícolas	2,0	1,9	1,7	1,5	1,6	-4,7*	-5,2***
Pluriativos	2,9	2,6	2,6	2,5	2,7	-0,9	-1,2
Não-Agrícolas	1,8	1,9	1,5	2,1	1,6	-2,1	-1,0
Trabalhadores Ocupados	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	-0,8*	-1,5*
Agrícolas	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	-2,2	-2,4***
Pluriativos	1,4	2,6	2,7	2,2	2,4	-0,4**	-1,7
Não-Agrícolas	2,5	2,6	2,7	2,2	2,4	0,5***	0,1

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

Nota: ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Balzadi (2000).

3.3 – Pobreza e Distribuição de Renda Rural no Estado de Goiás: uma análise de decomposição

Com o propósito de demonstrar a composição da população rural e urbana em Goiás, em termos do grau de pobreza e de distribuição de renda, onde desenvolve atividades ocupacionais agrícolas e não-agrícolas, busca mostrar a contribuição do emprego e da melhoria das condições de vida para a população que não é assistida com políticas públicas, com o propósito de erradicar velhos problemas sociais, como assistência à saúde, educação, moradia e emprego. Nessa linha de pesquisa, faz-se uma análise comparativa entre os anos de 1995 e 1999 na participação das PNADs e sua decomposição e contribuição nessa melhoria.

Para Neder (2002), em uma análise de pobreza são estimados diversos índices relevantes para a discussão dos problemas sociais no meio rural. Optou-se por realizar uma abordagem de decomposição dos indicadores levando-se em conta a complexidade dos elementos em análise e tendo em vista que valores agregados de indicadores pouco acrescentam à compreensão da realidade social. Além disso, alguns estudos como, por exemplo, Coudouel et alii (2001) sobre o tema já evidenciam a relevância de análises de perfis de pobreza e de distribuição de renda para o desenho de políticas sociais efetivas.

Para melhor observar o desempenho dos indicadores sociais, Neder (2002), mostra a forma de decomposição, onde são apresentados todos os procedimentos metodológicos empregados e a fonte de informações utilizada. Continuando nesta linha de percepção, são apresentados os valores das estimativas realizadas iniciando com uma análise de decomposição da pobreza de acordo com algumas variáveis relevantes para o estudo do perfil de pobreza. Em seguida se estuda o efeito isolado do crescimento e da desigualdade de renda rural sobre a pobreza. Passa-se a uma análise dos impactos (e elasticidades) de componentes da renda total agrícola sobre os índices de desigualdade e de pobreza. Finalmente formulam-se algumas implicações no traçado de políticas sociais decorrentes dos resultados mais relevantes obtidos no estudo.

Segundo Neder (2002), para melhor aferir estes comportamentos, serão apresentados alguns indicadores de pobreza e de distribuição de renda assim como a decomposição destes indicadores segundo algumas variáveis relevantes para se traçar um perfil da pobreza. Os dados utilizados nas estimativas destes indicadores são os registros unitários (microdados) das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) referentes aos anos de 1995 e 1999, a nível de pessoas. Foi separada uma sub-amostra destes dados para a população rural de Goiás. Estas sub-amostras correspondem a 2825 e 2617 pessoas respectivamente, para os anos de

1995 e 1999. Os valores amostrais expandidos correspondem a uma população rural de 889814 e 866208, respectivamente para os mesmos anos. A variável utilizada nos cálculos dos indicadores de pobreza e de distribuição de renda foi a renda *per capita* domiciliar e todas as estimativas foram obtidas utilizando-se o sistema de ponderação dos microdados (pesos das pessoas na amostra).

Para Neder (2002), os índices de pobreza utilizados foram os já consagrados na literatura: o Poverty Headcount (proporção de pobres – P_0), o Poverty Gap (Gap de Pobreza – P_1) e o Squared Poverty Gap (Gap de Pobreza elevado ao quadrado – P_2), todos fazendo parte da classe de índices FGT (Foster, Greer e Thorbecke, 1984). Estes índices são calculados com base nas seguintes expressões:

$$\begin{aligned}
 P_0 &= \frac{q}{n} \\
 P_1 &= \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z} \\
 P_2 &= \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

onde:

q é o número de pobres (pessoas cuja renda *per capita* domiciliar é menor que a linha de pobreza);

n é o tamanho da população;

z é a linha de pobreza;

y_i é a renda *per capita* domiciliar da i -ésima pessoa.

Segundo Neder (2002), o primeiro índice (Poverty Headcount) mede a proporção de pessoas pobres, ou seja, a proporção de pessoas que têm renda *per capita* domiciliar inferior à linha de pobreza. Tal indicador é utilizado como ponto de partida para estudos sobre pobreza, mas é insuficiente para analisá-la dado que viola dois importantes axiomas (SEN *apud* PRATES, 1996). Em primeiro lugar, o indicador não se altera ao se reduzir a renda de uma pessoa situada abaixo da linha de pobreza ou o inverso, isto é, quando a renda eleva-se sem alcançar a linha de pobreza o indicador permanece o mesmo. Em segundo lugar, a proporção também é insensível à distribuição de renda entre os pobres, na se alterando quando se transfere renda de um indivíduo mais pobre para outro menos pobre. Sendo assim, a proporção de pobres deve ser utilizada em conjunto com outros dois indicadores, que em conjunto se complementam.

Para Neder (2002), o segundo índice (“poverty gap”) mede a intensidade de pobreza para o conjunto da população pobre através do cálculo do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza e pode ser interpretado como um indicador do déficit de pobreza, ou seja, os recursos necessários para elevar a renda de todos os pobres ao nível da linha de pobreza, através de uma perfeita focalização das transferências de renda. O terceiro índice (Squared Poverty Gap) é geralmente descrito como um indicador de severidade da pobreza. Na construção deste índice utiliza-se um peso maior para as pessoas mais pobres (o “gap de pobreza” é ponderado por si mesmo) levando-se em conta a desigualdade de renda entre os pobres. Considerando-se a utilização destes índices para os propósitos de políticas públicas de combate à pobreza na proporção de pobres (P_0) atribuindo maior efetividade a políticas que elevam a renda dos menos pobres (aqueles cuja renda é mais próxima de z). Já o *gap* de pobreza (P_1) e o *gap* de pobreza ao quadrado (P_2) colocam ênfase naqueles que estão muito abaixo de z , ou seja, os mais pobres dos pobres. As linhas de pobreza utilizadas foram muito abaixo de z , ou seja, os mais pobres dos pobres. As linhas de pobreza utilizadas foram obtidas do trabalho de Rocha (1997), com estimativas preparadas a partir de dados de Pesquisas de Orçamentos Familiares e com valores para as áreas rurais de grupos de Unidades da Federação.

A tabela 3.11 apresenta a linha de pobreza nas áreas rurais da Região Centro-Oeste, onde apresenta um índice de pobreza de 46,74% para o ano de 1995 e de 60,45% para o ano de 1999, demonstrando que houve um crescimento da área da pobreza na região Centro-Oeste de 13,71% neste período, ou seja, na região Centro-Oeste como um todo as atividades geradoras de renda não apresentaram um desempenho satisfatório a ponto de diminuir a área da pobreza na região, conseqüentemente capaz de gerar políticas pública que viessem de encontro com essa realidade de distribuir melhor a riqueza da região.

Segundo Neder (2002), os índices de pobreza foram decompostos utilizando-se o programa Stata (através de um código desenvolvido para esta finalidade denominado povdeco). Os índices de pobreza da classe FGT são aditivos. Isto significa que a medida de pobreza para a população como um todo é igual à soma ponderada das medidas de pobreza, considerando-se como pesos as participações relativas das populações dos sub-grupos. Desta forma, além de serem estimados os índices de pobreza para cada sub-grupo populacional foram também obtidas as contribuições de cada sub-grupo para a pobreza total, da seguinte forma:

$$S_k = v_k FGT_k(a) / FGT(a) \quad (2)$$

Tabela 3.11 – Linhas de Pobreza para Áreas Rurais – Região Centro-Oeste

(R\$ correntes)		
Regiões	1995	1999
Centro-Oeste (6)	46,7400	60,4558

Fonte: Elaboração de Sonia Rocha com base na POF (“Do”).

(“Consumo Observado à Linha de Pobreza”), in Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 27 (2), agosto de 1997.

$$S_k = v_k FGT_k(a) / FGT(a) \quad (2)$$

Onde:

S_k é a contribuição (“share”) do sub-grupo k à pobreza total;

v_k é a participação relativa do sub-grupo k na população total;

$FGT_k(a)$ é o índice Foster, Greer e Thorbecke de parâmetro a para o sub-grupo k;

$FGT(a)$ é o índice Foster, Greer e Thorbecke de parâmetro a para a população total.

Para Neder (2002), destaca que foram também calculadas as elasticidades de cada uma das medidas de pobreza com relação às mudanças na renda média (“elasticidade-crescimento”) e com relação às mudanças na desigualdade (“elasticidade-Gini”), utilizando-se o programa Pocval. Para a realização destes cálculos os dados de renda dos domicílios foram agrupados em 20 intervalos de frequência (baseados em percentis) com a porcentagem da população e a renda média de cada intervalo. O programa estima as elasticidades através do ajuste (regressão) dos dados a duas especificações da curva de Lorenz – a Quadrática Geral e o Modelo Beta, sendo adotados os valores para a especificação de melhor ajuste.

Segundo Neder (2002), foram estimados os impactos do crescimento de cada componente da renda total dos domicílios rurais sobre o crescimento do índice S-Gini e as elasticidades-Gini de cada componente da renda total dos domicílios. Para isto foram agregados os valores de cada componente de renda em nível de domicílios gerando um arquivo de 1122 domicílios para 1995 e 929 domicílios para 1999 (amostra PNAD para áreas rurais de Goiás). Os componentes da renda total adotado para realizar esta análise foram:

- renda do trabalho agrícola
- renda do trabalho não agrícola
- renda de aposentadorias
- renda de transferências (pensão previdenciária do governo, outras pensões, abono de permanência e doação de não morador)
- renda de capital (aluguel e juros de poupança)

Neder (2002), destaca o impacto sobre o crescimento do índice S-Gini do crescimento em y proveniente exclusivamente do crescimento da j -ésima componente é igual a:

$$\left(\frac{\frac{\partial I(\rho)}{\partial y_j}}{\frac{\partial \mu_y}{\partial y_j} / \mu_y} \right) = IC_j(\rho) - I(\rho) \quad (3)$$

Onde:

ρ é um parâmetro da classe dos índices S-Gini ("Single-Parameter Gini) e no caso da aplicação deste trabalho foi fixado em 2 resultando no índice de desigualdade de Gini padrão;

y_j é o valor da renda j -ésima componente;

μ_y é o valor da renda média total;

$IC_j(\rho)$ é o coeficiente de concentração da j -ésima componente de renda.

Para Neder (2002), o coeficiente de concentração pode ser expresso como:

$$IC_j = R_j G_j - \frac{\text{cov}(y_j, r)}{\text{cov}(y_j, r_j)} G_j \quad (4)$$

Onde:

r é o ranking da renda total;

r_j é o ranking j -ésima componente;

G_j é o índice de gini da j -ésima componente.

Segundo Neder (2002), a elasticidade-Gini da j -ésima componente de renda é dada

$$\text{por: } \left(\frac{\frac{\partial I(\rho)}{\partial y_j}}{\frac{\partial \mu_y}{\partial y_j}} \right) \div \left(\frac{I(\rho)}{\mu_y} \right) = \frac{IC_j(\rho)}{I(\rho)} - 1 \quad (5)$$

Neder (2002), afirma que o valor da elasticidade-Gini da j -ésima componente de renda deve ser interpretado como a variação percentual no índice de Gini devido a uma variação percentual unitária na renda total quando esta variação na renda total é inteiramente atribuída à variação da j -ésima componente de renda. O cálculo dos valores das elasticidades foi realizado através do software DAD, que foi desenvolvido para análise de distribuição pelo programa MIMAP da Universidade de Laval, Canadá. Os dados utilizados para as estimativas dos indicadores foram os mesmos micro-dados das PNADs empregados nos cálculos dos indicadores de pobreza.

Segundo Neder (2002), para melhor trabalhar e discutir os resultados das estimativas dos indicadores de pobreza e de distribuição será necessário, em alguns destes resultados, a realização de agrupamentos da população rural como nos casos das análises de decomposição

da pobreza e da distribuição de renda. As variáveis de agrupamento são definidas a seguir, com seus respectivos códigos:

- 1) Região: 1 = Estados da região Nordeste e Tocantins; 2 = Minas Gerais e Espírito Santo; 3 = Rio de Janeiro; 4 = São Paulo; 5 = Estados da região Sul; 6 = Estados da região Centro-Oeste¹³³;
- 2) Situação censitária: 4 = rural-extensão urbana; 5 = rural povoado; 6 = rural núcleo; 7 = rural outros; 8 = rural exclusive;
- 3) Área censitária: 1 = região metropolitana; 2 = municípios auto-representativos; 3 = municípios não auto-representativos;
- 4) Atividade principal: 1 = agrícola; 2 = não-agrícola;
- 5) Ramo de atividade: 1 = agrícola; 2 = indústria da transformação; 3 = indústria da construção; 4 = outras atividades industriais; 5 = comércio de mercadorias; 6 = prestação de serviços; 7 = serviços auxiliares de atividade econômica; 8 = transporte e comunicações; 9 = social; 10 = administração pública; 11 = outras atividades.

A tabela 3.12 mostra os componentes do índice FGT para a zona rural de Goiás. De acordo com os dados, a pobreza rural diminuiu no período 1995-1999, a proporção de pobres reduziu-se de 39,71% para 35,49%, não sendo uma redução substancial (4,22%), mas que reflete um melhor tratamento das políticas públicas na busca de minimizar essas distorções. O *Poverty Gap* mostra que, para Goiás, a renda média dos pobres equivalia a cerca de 84,35% do valor das linhas de pobreza em 1995 e em 1999 equivalia a 88,69%, ou seja, os pobres rurais no país experimentaram uma pequena melhoria da renda nominal no período.

Os resultados apresentados pelo *Squared Poverty Gap* ratificam as conclusões apontadas até o momento, isto é, redução da proporção e da intensidade da pobreza. O efeito combinado da evolução da proporção pobres, do *Poverty Gap* e da desigualdade de renda (*Squared Poverty Gap*) entre os pobres foi positivo nos anos de 1995 (8,0%) e 1999 (5,43%), ou seja, diminuindo a desigualdade de renda¹³⁴.

¹³³ No caso desta análise será trabalhado somente com a região Centro-Oeste (6).

¹³⁴ Dados informativos estimados por Neder (2002).

Tabela 3.12 – Decomposição do Índice de Pobreza, 1995 e 1999 – Goiás (zona rural), em percentual (%).

1995			1999		
Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado
0.39717	0.15645	0.08058	0.35499	0.11310	0.05432

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

A tabela 3.13 demonstra a decomposição da pobreza na zona rural na região Centro-Oeste. Os dados apontam redução na proporção de pobres na região no período 1995-1999. Em 1995, a região 6 estava em segundo lugar na proporção de pobres (36,57%), continuando em segundo lugar, mas melhorando a proporção de pobres para 1999 (19,85%). O percentual de pobreza na zona rural para 1995 ficou em torno de 85,61%, já para 1999 este percentual apresentou 93,68%, ou seja, do valor da linha de pobreza apresenta não muito intensa do número de pobreza na zona rural. A renda média da população pobre encontrava-se, em 1999, na região Centro-Oeste, bem próxima da linha de pobreza – a renda média era de R\$ 43,78 e a linha de pobreza R\$ 46,73 – (ver Gomes & Neder, 2000).

Tabela 3.13 – Decomposição do Índice de Pobreza, 1995 e 1999 – região Centro-Oeste, em percentual (%).

Região / Índices	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	1995			1999		
				Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado
Centro-Oeste (6)	0.36576	0.14385	0.07519	0.19857	0.06312	0.02889			

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

A figura 16 apresenta a comparação entre o Estado de Goiás e a Região Centro-Oeste nos indicadores de pobreza, em termos percentuais, onde mostra que a linha de pobreza para Goiás vem decrescendo ao longo do tempo, refletindo o comportamento da região Centro-Oeste.

Na tabela 3.14, analisa a proporção de pessoas pobres na população rural – povoado e da população – exclusive para Goiás para 1995 e 1999, onde se observa que a população rural – povoada apresentou um aumento das pessoas pobres, que em 1995 era de 39,6% subindo para 53,2% em 1999. O rural – exclusive, em 1995 era de 39,7%, reduziu para 34,1% (5,6%) das pessoas pobres, mostrando que houve uma redução na população das pessoas pobres na região censitária do rural - exclusive. Já a intensidade de pobreza para o conjunto da população é dado pelo Poverty Gap, onde mede o percentual da população que está abaixo da linha de pobreza.

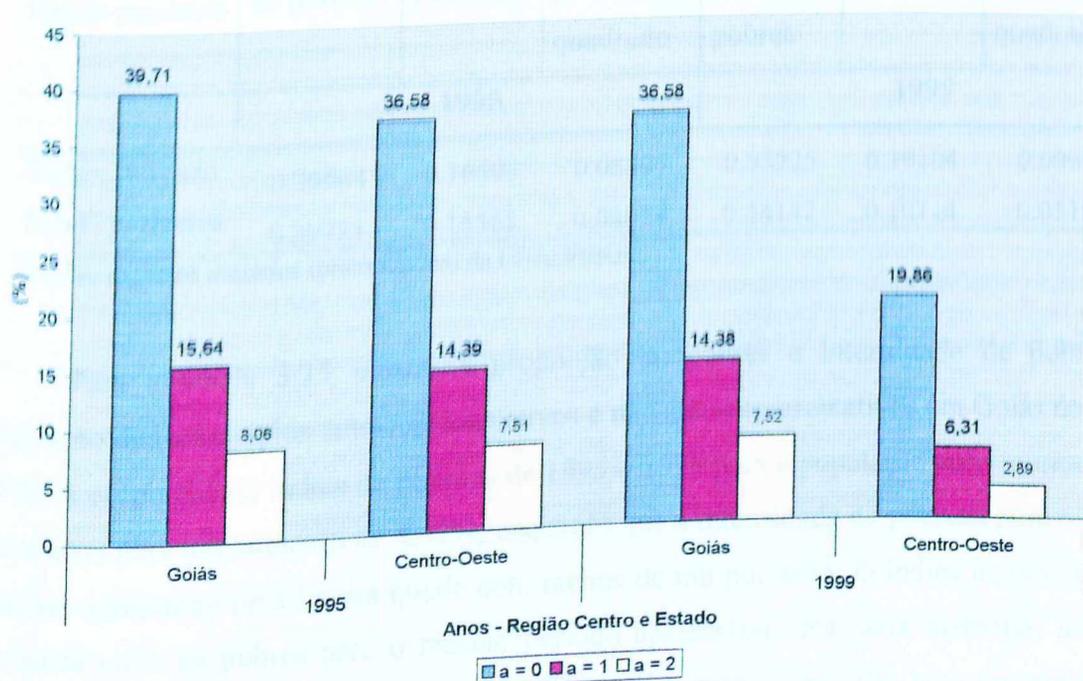


Figura 16: Estimativas dos Índices de Pobreza – 1995/1999 no Estado de Goiás e a Região Centro-Oeste.

Fonte: Neder (2002). Dados trabalhados pelo autor.

Para a região censitária, a população rural – povoado em 1995, apresentou um comportamento de 16,5% abaixo da linha de pobreza, enquanto que para 1999 foi de 19,1% (2,6%), sofrendo um aumento da população que se encontra abaixo da linha de pobreza. Já para a população rural – exclusive em 1995, foi de 15,5%, enquanto para 1999 foi de 10,7%, mostrando uma redução da população que estão abaixo da linha de pobreza de 4,8% para a população rural exclusive. O Squared Poverty Gap, mostra que da região censitária que habita população rural exclusive. O Squared Poverty Gap, mostra que da região censitária que habita população rural exclusive. O Squared Poverty Gap, mostra que da região censitária que habita população rural exclusive. O Squared Poverty Gap, mostra que da região censitária que habita população rural exclusive. O Squared Poverty Gap, mostra que da região censitária que habita população rural exclusive.

que a renda concentrou ainda mais para a população, fazendo-se necessário políticas públicas adequadas para corrigir estas distorções sociais. Já para a população rural exclusive apresentou uma melhor distribuição da renda, onde o índice de 1995 foi 8,0% e para 1999 foi de 5,1% (2,9%).

Tabela 3.14 – Proporção de pobres e intensidade de pobreza na população rural – povoado e rural – exclusive, 1995 e 1999 – Goiás: situação censitária, em percentual (%).

Região censitária	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado
Rural – povoado	0,39664	0,16508	0,08395	0,53225	0,19104	0,09670
Rural - exclusive	0,39721	0,15565	0,08028	0,34142	0,10714	0,05108

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

Para a tabela 3.15 mostra a proporção de pobres e intensidade de pobreza na população dos municípios auto-representativos e não auto-representativos em Goiás de 1995 a 1999. A proporção do índice de pobreza de 1995 – 1999 para a população auto-representativa apontaram para um aumento de 4,42%, enquanto que a intensidade de pobreza para o mesmo período apresentou uma ligeira queda com menos de um por cento. O índice de desigualdade de renda entre os pobres para o mesmo período apresentou uma certa melhoria, mas, não chegando a meio por cento. Para a população dos municípios não auto-representativos, apresentaram para os períodos de 1995 – 1999, apresentaram uma melhoria nos índices da proporção de pobreza de 4,97%, ou seja, diminuindo a proporção de pobres sobre a população dos municípios não auto-representativos. Para o índice de intensidade de pobreza para o mesmo período, apresentaram uma redução de 4,71%, indicando que a intensidade da pobreza diminuiu em termos percentuais. O índice da desigualdade de renda entre os pobres para o mesmo período apresentou uma melhora significativa de 2,87%, mostrando uma melhora relativa da renda neste segmento da população.

Tabela 3.15 – Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade da renda na população nos municípios auto-representativos e não auto-representativos de Goiás de 1995 e 1999 – Área Censitária, em percentual (%).

Municípios auto-representativos	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado
	1995			1999		
municípios auto-representativos	0.24999	0.11057	0.05275	0.29412	0.10286	0.04883
municípios não auto-representativos	0.41439	0.16182	0.08384	0.36460	0.11472	0.05519

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

A tabela 3.16 apresenta as análises sobre o comportamento da população, em relação aos índices de pobreza para os ramos de atividades da indústria de transformação e outras atividades industriais de Goiás em 1995 e 1999. De 1995 – 1999, observa-se que para a indústria de transformação a proporção de pobres reduziu 3,15%, mostrando uma melhor condicionante da renda nesse período. A intensidade de pobreza apresentou uma redução de 3,94% na intensidade de pobreza, ou seja, melhoria nas condições de aferir a renda. Para o índice de desigualdade da renda, mostrou que houve uma redução nessas desigualdades de 2,49%, melhorando essa desigualdade nos ramos de atividade em Goiás.

Tabela 3.16 – Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade de renda para os ramos de atividades da indústria de transformação e outras atividades industriais nas áreas rurais, em Goiás em 1995 e 1999, em percentual (%).

Atividades do trabalho principal	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado
	1995			1999		
Indústria da transformação	0.37691	0.14518	0.07394	0.34545	0.10576	0.04904
Outras atividades industriais	0.42033	0.16932	0.08818	0.36554	0.12124	0.06017

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

Para outras atividades industriais, a proporção de pobres comparando 1995 – 1999 apresentou uma redução de 5,48%, ou seja, diminuindo a proporção de pobres na atividade econômica para ramo de atividades. A intensidade de pobreza, também reduziu para 4,72%, refletindo o comportamento anterior de melhoria social. Para o índice de desigualdade da renda, apresentou uma certa melhora de 2,87%, ou seja, uma melhora superior à da atividade industrial.

A tabela 3.17 apresenta a participação nos ramos de atividades principais agrícolas e não-agrícolas em Goiás de 1995 – 1999. A composição da participação da população mostra que 78,09% fazem parte da população que desempenha atividade principal agrícola em 1995, enquanto que as atividades não-agrícolas, apenas 21,90% dessa participação. Para 1999 esse quadro se altera, mostrando uma redução nas atividades agrícolas, onde apresentava uma participação de 78,09% em 1995, caindo para 70,91% em 1999, ou seja, a participação da população em atividade principal agrícola reduziu 7,18% nesse período, refletindo a busca de outros ramos de atividades que venha complementar a renda. Essa confirmação se dá quando observa a participação na renda de 1995 em relação a 1999, reduzindo para 7,47%. A participação da atividade principal não-agrícola sofre alterações positivas nesse período de 1995 – 1999, ou seja, de 21,90% em 1995 para 29,08% em 1999, refletindo a busca de outros ramos de atividades para complementar a renda. A confirmação se dá quando observa a participação na renda das atividades não-agrícolas, onde de 1995 era de 24,95% passando para 32,03% em 1999, proporcionando uma melhora na renda desse segmento da população.

Tabela 3.17 – Participação da atividade principal rural: agrícola e não-agrícola, em Goiás de 1995 – 1999. Em percentual (%).

Atividades do trabalho principal	1995				1999			
	Participação da População	Média	Relação da Média	Participação na Renda	Participação da População	Média	Relação da Média	Participação na Renda
Agrícolas	0.78098	101.42957	0.96584	0.75430	0.70912	159.03360	0.95838	0.67961
Não-agrícolas	0.21902	117.81101	1.12182	0.24570	0.29088	182.77478	1.10145	0.32039

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

A tabela 3.18 mostra os componentes do índice FGT para as atividades principais agrícolas e não-agrícolas entre 1995 e 1999. De acordo com os dados, a proporção de pessoas pobres corresponde a 36,21% das atividades agrícolas para 1995, enquanto que para 1999 representou 30,39%, tendo uma redução de 5,82%, diminuindo a proporção de pobres nas atividades agrícolas. Para a intensidade de pobreza entre 1995 e 1999, apresentou uma redução de 5,61%, ou seja, mostrando também uma redução na intensidade de pobreza. Para a desigualdade da renda entre os pobres no período de 1995 e 1999 foi de 3,47% para menos, ou seja, também reduzindo a desigualdade da renda entre os pobres. A atividade principal não-agrícola apresentou o seguinte comportamento em relação à proporção de pessoas pobres entre 1995 e 1999, redução de 7,61%, mostrando um menor desempenho de que nas atividades principais agrícolas. Para a intensidade de pobreza, apresentou o seguinte comportamento no mesmo período, redução de 2,58%, não sendo tão significativa quanto nas atividades principais agrícolas. A desigualdade da renda entre os pobres, no mesmo período, foi relativamente inferior a um por cento, não trazendo grandes mudanças na composição da desigualdade da renda entre os pobres.

Tabela 3.18 – Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade de renda para as atividades agrícolas e não-agrícolas em Goiás em 1995 e 1999 – Área Censitária. Em percentuais (%).

Atividade Principal	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado
	1995			1999		
Agrícola	0.36214	0.14731	0.07711	0.30393	0.09128	0.04248
Não-agrícola	0.28851	0.08701	0.03641	0.21244	0.06124	0.02726

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

A figura 17 apresenta a participação da renda nas atividades agrícolas e não-agrícolas, através do índice de Gini¹³⁵, onde mostra que para as atividades agrícolas entre 1995 e 1999, houve uma redução da concentração da renda. Para as atividades não-agrícolas, não acontece

¹³⁵ Para Sandroni (2001), o coeficiente de Gini representa a medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e a oligopolização da indústria. O coeficiente de Gini é medido pela relação ou pela fórmula geral, $G = \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1})$, sendo x_i a porcentagem acumulada da população (pessoas que recebem renda, proprietários de terra, indústrias etc.) até o estrato i ; y_i , a porcentagem acumulada da renda, área, valor da produção etc., até o estrato i ; e n , o número de estratos de renda, área, valor da produção etc.. O índice ou coeficiente de Gini se aproximando de 1, refletindo o aumento da concentração, caso contrário, refletirá uma melhor distribuição da renda.

o mesmo, pois a variação é relativamente insignificante, não alterando o perfil da composição da renda.

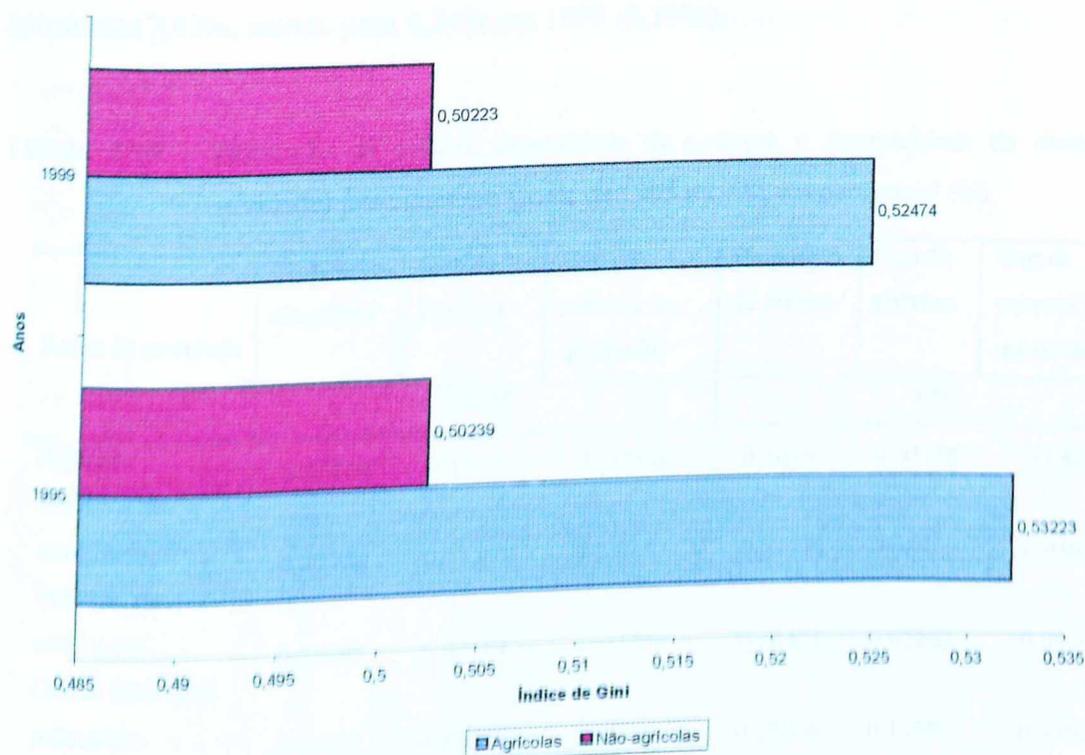


Figura 17: Participação da renda nas atividades rurais: agrícolas e não-agrícolas, através do índice de Gini em Goiás de 1995 – 1999.

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE.

A tabela 3.19 apresenta proporção de pessoas pobres, intensidade de pobreza e desigualdade de renda para os ramos de atividades de Goiás em 1995 e 1999. Nesse comportamento, observa-se que o ramo de atividade agrícola apresentou uma redução 4,83% na proporção de pessoas pobres entre 1995 e 1999. Outro ramo de atividade que apresentou uma redução significativa foi o ramo de atividade da indústria da construção que reduziu em 15,66% a proporção de pessoas pobres. Outras atividades industriais reduziram em 35% a participação de pessoas pobres de 1995 para 1999. No geral, os demais ramos de atividades apresentaram ligeira redução relativa na composição da proporção de pessoas pobres na atividade econômica. Na intensidade de pobreza para o conjunto da população pobre, percebe-se alguns ramos de atividades tiveram uma melhoria substancial em Goiás de 1995 a 1999. Destaque para o ramo de atividade agrícola, onde, houve uma redução de 5,13%. Outro que merece destaque é o ramo outras atividades industriais, com redução de 9,25% a intensidade de pobreza. O ramo da administração pública aumentou a intensidade de pobreza.

para o conjunto da população, sendo de 7,60% em 1995, passando para 10,00% em 1999 (2,30%). Para a desigualdade de renda entre os pobres, foi observado que não houve uma mudança muito significativa, destacando o ramo de atividade agrícola que em 1995 apresentou 7,43%, caindo para 4,24% em 1999 (3,19%).

Tabela 3.19 – Proporção de pobres, intensidade de pobreza e desigualdade de renda para as atividades principais em Goiás de 1995 e 1999, em percentual (%).

Ramo de atividade	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado	Proporção de pobres	Gap de pobreza	Gap de pobreza ao quadrado
	1995			1999		
Agrícola	0,35228	0,14255	0,07438	0,30393	0,09128	0,04248
Indústria de transformação	0,27778	0,11391	0,05157	0,27778	0,08939	0,03694
Indústria da construção	0,34086	0,07184	0,02784	0,18421	0,02863	0,00506
Outras atividades industriais	0,60000	0,23000	0,13616	0,25000	0,13752	0,07565
Comércio de mercadorias	0,17998	0,04520	0,01597	0,15254	0,04818	0,02116
Prestação de serviços	0,28438	0,07848	0,03018	0,25343	0,07432	0,03397
Serviços auxiliares da atividade econômica*	0,00000	0,00000	0,00000	0,37500	0,01641	0,00147
Transporte e comunicação	0,20013	0,02886	0,00416	0,07143	0,04003	0,02244
Social	0,26089	0,06815	0,02964	0,09756	0,01434	0,00262
Administração pública	0,22222	0,07602	0,03064	0,22727	0,10006	0,06330
Outras atividades*	0,33333	0,11225	0,03780	0,00000	0,00000	0,00000

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

Observação: * refere-se às atividades que as amostra foram muito pequenas, não sendo detectada pelo instrumento de aferição para os anos correspondentes.

A figura 18 mostra a participação da renda nos ramos de atividades, através do índice de Gini de Goiás em 1995 e 1999. Destaca-se a indústria de transformação, onde mostra uma

redução da concentração da renda. Outro destaque representa os serviços gerais onde ampliou a concentração da renda nesse ramo de atividade. A prestação de serviços também ampliou a concentração da renda de 1995 para 1999, conforme figura 3.24. Os demais ramos de atividades apresentaram comportamentos, ora de concentração ou não da renda, mas, não muito significante no geral.

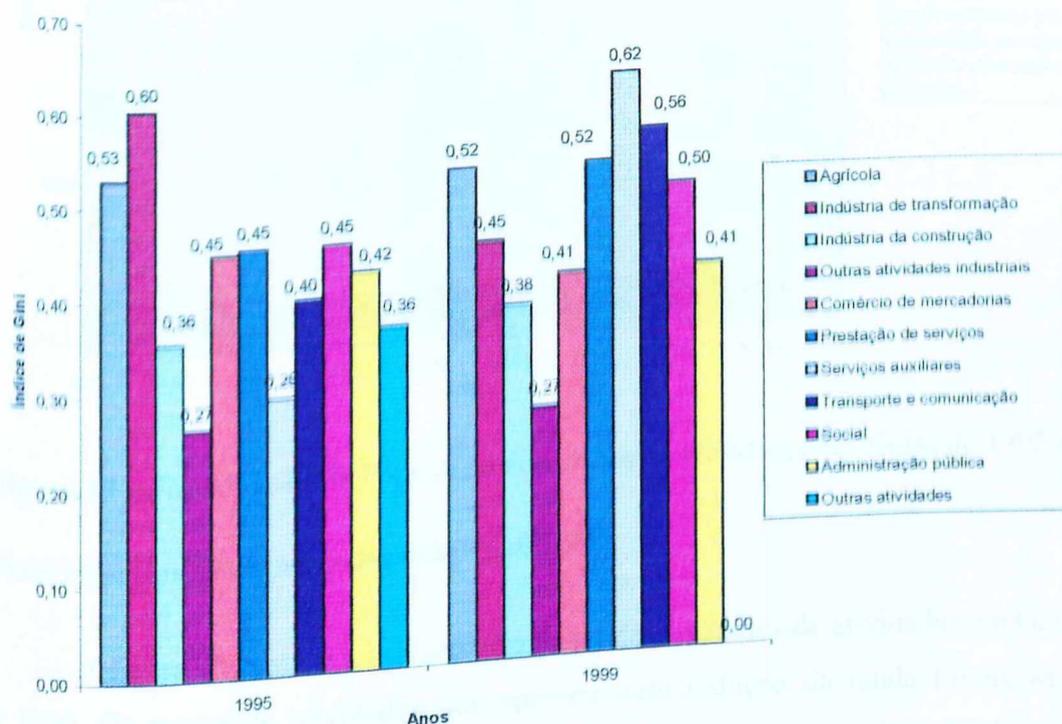


Figura 18: Participação da renda nos ramos de atividades, através do índice de Gini em Goiás de 1995 – 1999.

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE.

Na figura 19, apresenta a participação da população nos ramos de atividades para Goiás de 1995 e 1999. As atividades que apresentaram redução na participação da população nos ramos de atividades forma, atividades agrícola (7,44%), a indústria de transformação (0,45%), e outras atividades industriais, onde a sua redução é relativamente pouco significativa na participação da população. Foi notado crescimento nos demais ramos de atividades, destaque para os ramos de atividades como a prestação de serviços (4,16%), o comércio de mercadorias (1,31%), e a administração pública (1,09%).

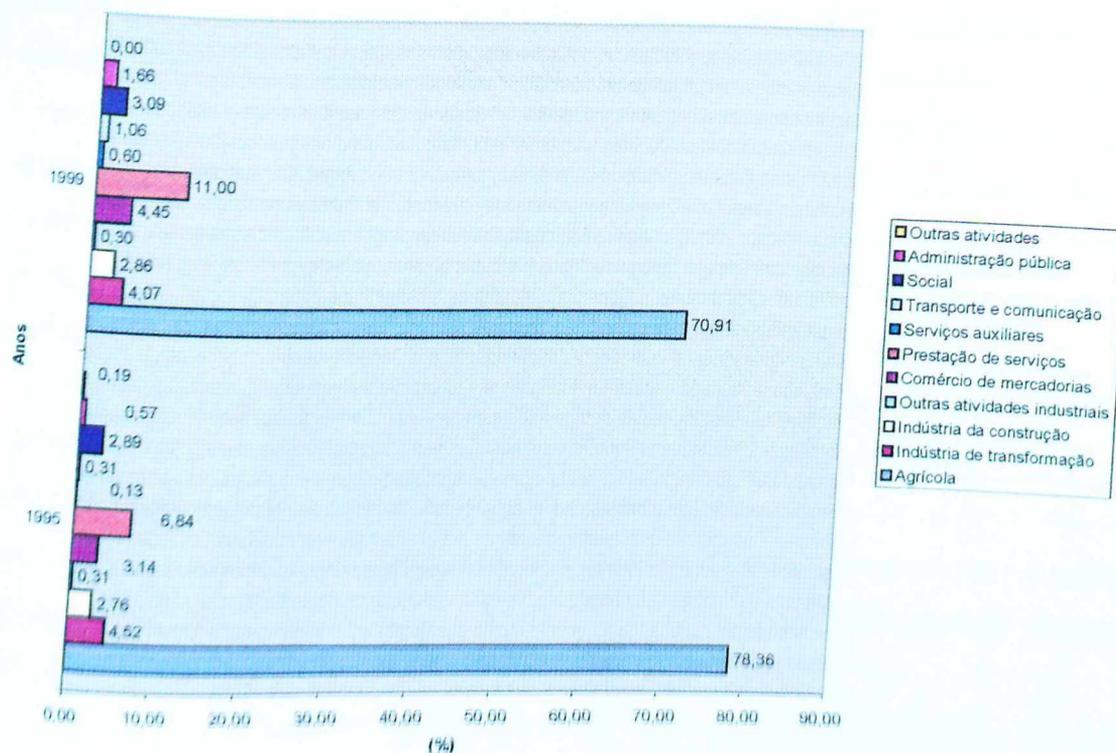


Figura 19 – Participação da População nos ramos de atividades em Goiás de 1995 a 1999.

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

A figura 20 destaca a participação da renda nos ramos de atividades em Goiás de 1995 a 1999. Os ramos de atividades que apresentaram redução da renda foram, as atividades agrícolas (7,69%) e as atividades da indústria de transformação (4,03%). Os demais ramos de

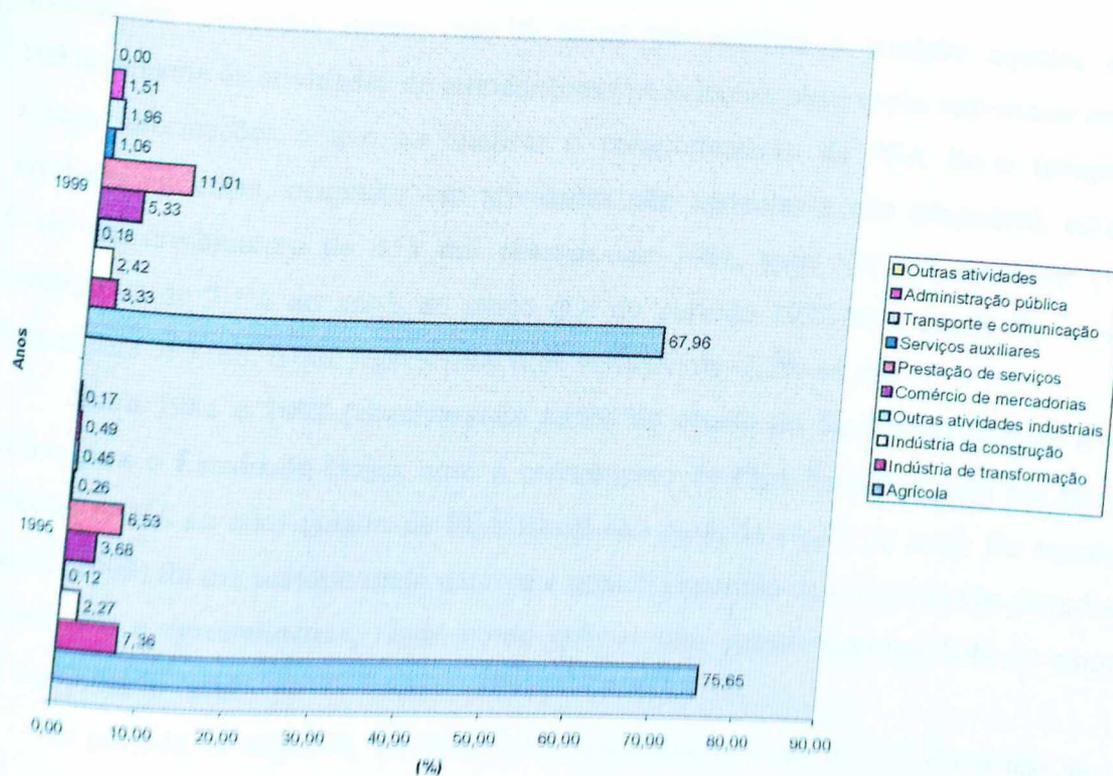


Figura 20 – Participação da renda nos ramos de atividades em Goiás de 1995 a 1999.

Fonte: registros unitários (micro-dados) da PNAD/IBGE

Considerações Finais Sobre o Capítulo 03:

Através de capítulo três, foi possível considerar algumas questões importantes em relação ao emprego rural no Estado de Goiás, onde, pôde perceber que a produção pecuária e de grãos são altamente modernizada e mecanizada, e que os efeitos sobre o emprego são muito mais favoráveis nos setores a montante e a jusante da agricultura, do que propriamente na produção agropecuária.

O processo de modernização da agricultura corresponde a uma crescente especialização e diferenciação econômica e social dos produtores, provocando a heterogeneidade regional dos diferentes níveis de modernização efetivados. Como resultado dessa intensificação do processo produtivo, principalmente, entre 1988-99, foi possível produzir muito mais em uma área cultivada significativamente menor, e com menos pessoas empregadas.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apresentados para o período 1981-1997, estudados por Basaldi (1999), com a exclusão das pessoas não

remuneradas ocupadas menos de 15 horas por semana e também aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo. A primeira observação importante em relação a estas informações é que ao analisar o comportamento da PEA Rural (ocupados em atividades agrícolas, ocupados em atividades não agrícolas e não ocupados), nota-se que houve um crescimento de 453 mil pessoas em 1981, para 572 mil em 1992 (variação significativa de 2,1% ao ano), ao passo que no período 1992-99 a queda foi de 427 mil pessoas para 393 mil, o que representou uma variação de -2,2% ao ano.

Entre 1981 e 1992 (considerando dados do estado do Tocantins) ocorreu o melhor cenário para o Estado de Goiás, com o crescimento da PEA Rural ocupada nas atividades agrícolas (1,5% ao ano) quanto da PEA Rural não agrícola (4,2% ao ano). De acordo com Basaldi (1999) foi um período onde ocorreu a grande expansão da ocupação dos cerrados com agropecuária e agroindústrias, tendo como reflexo uma grande oportunidade de empregos para a população rural.

No período de seguinte, de 1992 a 1999, verificou-se que a PEA Rural não agrícola continuou crescendo a uma taxa significativa estatisticamente de 5,1% ao ano, mas a PEA Rural agrícola registrou queda de 66 mil pessoas, ou -5,0%, este fato se deve pela continuidade do processo de modernização que liberou muita mão-de-obra das tradicionais atividades agropecuárias, as quais apresentavam reduções da área total cultivada e enorme aumento da produção devidos aos ganhos de produtividade. Isso é especialmente válido para grãos e oleaginosas (algodão, arroz, feijão, milho e soja) e o estado de Goiás é especializado no cultivo dessas culturas. Assim, neste período continuou crescendo o número de pessoas desocupadas procurando emprego no meio rural goiano.

Destaca-se, no entanto, que apesar da queda da PEA Rural agrícola nos anos 90, ela representava 38% da população rural com mais de 10 anos de idade em Goiás e 67% da PEA Rural total. Outra observação, em relação aos dados analisados por Basaldi (1999), refere-se que a população rural goiana com 10 anos e mais de idade praticamente manteve-se no período 1992-99 quando comparada com a queda registrada para a População Economicamente Ativa (PEA) com domicílio rural e dedicada às atividades agrícolas.

Destaca-se a crescente modernização dos sistemas produtivos que libera mão-de-obra das tradicionais atividades agropecuárias e a própria queda da renda oriunda da venda destes produtos agrícolas e pecuários. Esse quadro tem feito com que as pessoas residentes nos domicílios rurais busquem novas formas de inserção produtiva, seja ocupando-se exclusivamente nas "novas" atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas dentro ou fora

do estabelecimento rural, seja combinando alguma ocupação agropecuária tradicional com atividades não-agrícolas rurais ou urbanas (pluratividade).

Isto é bastante nítido quando se observa, principalmente, o comportamento da produção de grãos e oleaginosas, especialidade de cultivo do estado de Goiás, consideradas atividades tradicionais, que hoje não é mais possível ocupar de forma produtiva todas as pessoas que residem no meio rural goiano. Daí a necessidade de se ter alternativas para manter estas pessoas no campo.

A crítica que se faz, baseada nesse trabalho, é que no Estado de Goiás, a modernização veio associado ao aumento de concentração da renda, com benefícios somente para os detentores dos meios de produção, ou seja, os mais ricos.

Consideração Final

Esta dissertação procurou compreender a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas na composição do emprego rural, dos trabalhadores ocupados e não economicamente ativos tanto no meio urbano quanto no meio rural. Na busca de analisar a composição agregativa da atividade produtiva do setor agrícola na composição do emprego rural, junto aos setores de atividade econômica, procurou mostrar os efeitos da modernização do meio rural, ao longo das décadas de 60/70, 70/80 e 80/90. Nessa linha de pesquisa, comparou os efeitos da modernização do meio rural para o Estado de Goiás onde, de certa forma, participou direta ou indiretamente dessa modernização, com proposição de conduzir o Estado de Goiás nessa modernização, para isso não se mediu esforços para proporcionar uma maior inserção rural no cerrado brasileiro.

Na busca de esclarecer esse tipo de inserção e dicotomia com que apresentou o chamado "novo rural", foi observado as principais características da dinâmica do meio rural brasileiro como determinante das atividades agropecuárias. Assim por exemplo, o comportamento do emprego rural e principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, onde não se pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuária.

Há um conjunto de "novas" atividades agrícolas e não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e mesmo atividades indústrias – que respondem cada vez mais por outras dinâmicas populacionais no meio rural brasileiro.

As atividades que eram consideradas seculares no país, passaram a despertar importância econômica. Eram consideradas atividades de fundo de quintais, *hobbies* pessoais e pequenos negócios familiares intensivos, alguns agropecuários (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.) outros não (fabricação de conservas, pesque-pagues, etc), que acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Essa tal valorização também ocorre com as ocupações rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de "nichos de mercado" muito específicos para sua inserção econômica.

Para Graziano da Silva & Del Grossi (1999), a explicação mais teórica para essas mudanças é o que se denomina de processo de "*mercantilização do tempo livre*" das famílias rurais, ou seja, do tempo em que os membros da família não estavam ocupados nas atividades rurais e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc.). A diferença é que esses bens e serviços que eram autoconsumidos ou se constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda como uma outra mercadoria qualquer, fazendo parte da composição da renda da família.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse processo é acelerado pela queda da renda agrícola decorrente da tendência de longo prazo (pós década de 70) de queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Os dados apresentados sugerem uma redução das rendas agrícolas e uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais por conta-própria. Em poucas palavras podemos dizer que as famílias rurais estão se transformando de famílias agrícolas em pluriativas e em famílias não-agrícolas.

Quando se discute formas de ocupação e rendimento não-agrícolas – o dinamismo do emprego da população residente em áreas rurais – como potencial a ser catalizado por uma proposta de desenvolvimento rural, não esta-se assumindo que, independentemente das condições sobre as quais essas ocupações se sustentam, elas sejam, efetivamente, um caminho alternativo para o desenvolvimento rural.

Não esta se defendendo, portanto, a importância das atividades não-agrícolas, apenas por serem uma possibilidade a mais de emprego, o que por outro lado não pode ser menosprezado dado o baixo dinamismo apresentado pelo emprego agrícola. O que essas ocupações não-agrícolas, de perfil mais tradicional, mostram é que o rural não foi e não é essencialmente agrícola, e, portanto, pensar caminhos para o desenvolvimento rural implica assumir que a dinâmica de ocupação no meio rural não pode ser subsumida à dinâmica de um setor de atividade

- a agricultura, seja ela "familiar", "patronal" ou "periférica". Sob outro ângulo, as novas demandas sobre o meio rural anunciam um caminho a ser potencializado por um projeto de desenvolvimento rural.

Um caminho que parece possível, na discussão de um projeto de desenvolvimento rural, é o grau de importância que o contexto no qual as transformações no meio rural se materializam. Sob esse aspecto, as economias locais ou regionais ganham força como um nível de agregação onde o rural poderia ser investigado, não sob o caráter da homogeneidade - que a dicotomia rural-urbano supõe -, mas, ao contrário, como um espaço diversificado no qual a dinâmica pode ser detectada pela rede de relações que estabelecem com o urbano, as quais são mais bem expressas na investigação de economias locais ou regionais. Esse é um campo de investigação que, assim como as discussões sobre a pluriatividade das famílias rurais, está caminhando no Brasil.

Finalmente vale destacar que o crescimento dos desempregados e aposentados residentes no campo é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural goiano já se converteu também num lugar de residência, e não apenas num local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupados em atividades agrícolas. Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros e uma esperança de que num futuro próximo os trabalhadores rurais não precisem imigrar para as áreas urbanas se quiserem ser cidadãos brasileiros.

Um alerta: o fato de estar crescendo o emprego rural não-agrícola não significa em si mesmo uma melhora nas condições de trabalho e renda das populações rurais brasileiras. Como vimos, a maior parte desse emprego é constituída de atividades de prestação de serviços pessoais - a maioria, doméstico - e outras atividades que exigem baixos níveis de qualificação e pagam baixos salários. Esse tipo de ORNA não deve ser associado a padrões de crescimentos dinâmicos e auto-sustentado das "novas" atividades rurais e muito menos das "novas" atividades agropecuárias. São, antes de tudo, serviços derivados de um alto nível de concentração da renda pessoal e familiar vigente no Brasil e da falta de políticas públicas que tratem o rural não mais como um espaço exclusivamente agrícola.

Enfatiza-se, com isso, que o mundo rural brasileiro precisa ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como uma oportunidade de gerar novas formas de ocupação e de renda não-agrícolas para segmentos da população que aí vivem e que, em geral, não tem a qualificação necessária para se inserirem nos setores mais dinâmicos da nossa economia. Para isso é necessário criar um novo conjunto de *políticas não-agrícolas* para impulsionar o desenvolvimento rural, que hoje não pode mais ser levado exclusivamente pela via da modernização agrícola.

Trata-se, em última instância, de urbanizar o meio rural, ou seja, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural o acesso aos bens e serviços que espera encontrar nos centros urbanos.

Referências Bibliográficas

- ADATI, E. K. et al. "*Indicadores de Desenvolvimento Agropecuário nos Cerrados: em busca de uma abordagem de sustentabilidade*". Uberlândia: 1998. (Relatório Parcial/ CNPq).
- ANDERSON, D. and M. LEISERSON. Rural Nonfarm Employment in Developing Countries. *Economic Development and Cltural Change*, Chicago. 28(2): 227-248 (jan.).
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional/ Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Ano 1999. Goiânia, 1999.
- BARROS, Ricardo P. de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA (2000).
- BALSADI, O. V. "*Força de trabalho na agricultura brasileira no período de 1998*" – 95. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju, SE. Anais... Brasília: SOBER, 1996, vol. 1, p. 789 – 815.
- _____(1998). "*Novas e tradicionais atividades agrícolas: algumas características do trabalho*". In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas – MG. Anais... Brasil: SOBER, 1998, p. 1045.
- _____(2000), "*Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural goiano: 1981 – 1997*". In: *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste*. Vol. 03/ editores: Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. – Jaguriúna, SP: EMBRAPA: Meio Ambiente, 2000.

- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil – 1970-95. *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 8, junho de 1998.
- CAMPANHOLA, Clayton & GRAZIANO DA SILVA, José (2000). “*O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste*”. Volume 3/Editora Embrapa, Jaguariúna, SP, 2000.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB – (1999). *Indicadores da Agropecuária*. Brasília, Conab/ MAA, nº 9, 52p.
- CUNHA, A. S. (coord.) “*Uma Avaliação da Sustentabilidade da Agricultura nos Cerrados*.” In: *Estudos de Política Agrícola*. IPEA, nº 11, fev/ 1994.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). Disponível < www.dieese.org.br > Acesso em fevereiro de 2002.
- DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. ICONE/UNICAMP, São Paulo, 1985.
- DELGADO, G. Coordenador: “*Previdência rural: relatório de avaliação sócio-econômica*”. Brasília: Projeto IPEA/MPAS, 1997. 73p..
- _____ (1995). “*Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas*”. In: REYDON, P. R. B. (org.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- DEL GROSSI, M. E. (1999). “*Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981 – 1995*”. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 230p. Tese de Doutorado.

_____; *Dados sobre a PEA Renda em Goiás* [mensagem pessoal]. Mensagem < delgross@pr.gov.br > em 14/04/2002.

_____; GRAZIANO DA SILVA, J. *A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura*, UFRJ/CPDA, Número 11, 1998.

_____; _____. *Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97*. In: Campanhola, C. e J. Graziano da Silva, eds. *O Novo Rural Brasileiro: uma análise regional*. Jaguariuna, Embrapa-Meio Ambiente /IE-Unicamp, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: EMBRAPA. Disponível em < www.embrapa.gov.br > Acesso em dezembro de 2001.

ESTEVAM, Luiz. "*O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás*". Goiânia: Ed. A autor, 1998.

FAO (Food and Agricultural Organization – Organização para Alimentação e Agricultura). *El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación*. Roma, 30º Período de Sesiones, URL: disponível em < www.fao.org > (1999).

FNA: FORUM NACIONAL DA AGRICULTURA. São Paulo, MAA/ IICA, 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário Goiás 1995/1996*. Rio de Janeiro, 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 1992/1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD). Rio de Janeiro, 1992/1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD). Rio de Janeiro, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – (SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD). Rio de Janeiro, 2000. Disponível em < www.sidra.ibge.gov.br > Acesso em 2001 e 2002.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Força de trabalho na agricultura paulista*. São Paulo, 1996. (Coleção Análises & Ensaios, v. 3).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE –. Disponível em < www.seade.sp.gov.br > Acesso em janeiro de 2002.

GOMES, J. M. A. (1999). *Evolução da Desigualdade da Distribuição da Renda e Pobreza no Estado do Piauí*. Revista Economia do Nordeste, Fortaleza, REN/ BNB.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.

_____ (1981). *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____ (1994). *Evolução do emprego rural na década de oitenta*. In: O mundo do trabalho; crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta.

_____ (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ª edição Campinas, UNICAMP., IE, 1996.

_____ (1997). *O novo rural Brasileiro. Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*. Uberlândia – MG, UFU/ Unicamp/ Embrapa.

_____; DEL GROSSI, M. E. *A mudança do conceito de trabalho nas novas PNADs*. Economia e Sociedade, Instituto de Economia, Campinas, n. 8, jun. 1997.

_____; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E.. *O Emprego Rural e a Mecanização do Espaço Agrário*. Campinas, IE/ Unicamp, 1999.

_____ (1999). *O novo rural brasileiro*. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1ª edição 1999).

GUEDES, L. C. A.. *Condicionantes da Distribuição de Renda na Agricultura de Goiás em 1980*. Piracicaba, ESALQ/ USP. Dissertação de Mestrado, 1992.

HILL, B. Farm Household Incomes: Perceptions and Statistics. *Journal of Rural Studies*, Great Britain. 1999.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Economia e Sociedade* (Revista do IE- UNICAMP), nº 11, p. 199-221, dez. 1998.

_____ (1998). *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 257 p.

_____ (2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-99*. In: Disponível em < www.eco.unicamp.br > Acesso pelo /projetos /rurbano. Html.

_____ (2000). Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo Org. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.

HOMEM DE MELLO, F.. *Prioridade Agrícola: Sucesso ou Fracasso?* S.P., E.E. Fipe/ Pioneira. 1985.

IANNI, O. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em < www.ibge.gov.br > Acesso em outubro de 2001.

IPEA – *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996*. Rio de Janeiro, IPEA/ PNUD, 1996.

JANK, M. S.. *O que está em jogo na OMC*. Agrofolha/ Folha de São Paulo, 26/01/1999.

KAGEYAMA, Ângela & GRAZIANO DA SILVA, José. *Produtividade e emprego na agricultura brasileira*: In: BELLUZO, L. G. & COUTINHO, R., org., *Desenvolvimento capitalista no Brasil nº 2*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

KAGEYAMA, A. *Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura: uma análise regional*. Campinas, SP. Instituto de Economia/ UNICAMP, 1986 (Tese de Doutorado).

KAGEYAMA, A. & REHDLER, P. (1993). O Bem Estar Rural no Brasil na Década de Oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, SOBER.

KAGEYAMA, A. & GRAZIANO DA SILVEIRA, J.. Agricultura e questão regional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 1997.

KAGEYAMA, A. (1990). *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Agricultura e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, 1990.

KAGEYAMA, A. (1998). *Pluriatividade na Agricultura; alguns aspectos conceituais*. Anais 36º Congresso Brasileiro da SOBER. Poços de Caldas – MG, SOBER.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura paulista. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v.37, n.1 p.35-56, jan. /mar. 1999a.

KAGEYAMA, A. e Leone, E.T. *Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sociodemográficos*. Campinas: UNICAMP. IE, jan. 1999b (Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, n. 66).

KAGEYAMA, A. *Uma tipologia dos domicílios agrícolas no Brasil em 1995*. Campinas: UNICAMP. IE, maio 1999c (Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, n. 70).

KLEIN, E. *El empleo rural no agrícola en America Latina*. Santiago: PREALC/OIT, 1992.

LAVINAS, L.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. do. *Desigualdade Regional: Indicadores Sócio-Econômicos nos anos 90*. Rio de Janeiro, IPEA, texto para discussão.

LAURENTI, A C. e M. DEL GROSSI. *A Evolução das Pessoas Ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil*. In: Campanhola & Graziano da Silva, eds., op.cit., 2000.

MARTINE, G. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília: OIT/PNUD/IPLAN, 1989, mimeo.

MARTINE, G. & GARCIA, R. C. *Os impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987.

MARSDEN, T. *Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy*. *Sociologia Ruralis*, Amsterdam, (1989).

MIGLIOLI, J. *A acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

MILHOMEM, Alzirene de Vasconcelos. *Desigualdade na Agricultura em Goiás: o Perfil Sócio-Econômico do Meio Rural*. Goiânia: Escola de Agronomia/UFG, 2000. Relatório de Bolsa de pesquisa DTI/7G/CNPq, Processo 380517/98-0.

MILHOMEM, Alzirene de Vasconcelos. *O Estado e a Modernização da Agricultura Goiana*. Goiânia: UFG, 1999. Trabalho apresentado na Disciplina Desenvolvimento Rural do Curso de Pós-Graduação em Agronomia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO BRASILEIRO. Disponível em < www.mtb.gov.br > Acesso em novembro de 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO BRASILEIRO. Disponível em < www.mtb.gov.br > Acesso em fevereiro de 2002.

MONTEIRO, M. J. C. *Trinta anos de queda*. Agroanalises, Rio de Janeiro, 1998.

MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1989 (a).

NEDER, H.D. *Pobreza e Distribuição de Renda Rural no Brasil: uma análise de decomposição*. Artigo para publicação na SOBER (2002). SOBER, Brasília – DF, 2002. No prelo.

_____ (1998). Evolução Recente da Estrutura de atividades e renda no meio rural de Minas Gerais. In: *Anais do 36º Encontro da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas, 10 a 14 de agosto de 1998. Minas Gerais.

POCHMANN, M. (1997). “*Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro no período recente*”. Recife: Anais da Anpec.

POCHMANN, M. (1998). “*Reconversão Econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil*”. (mimeo), IE – Unicamp/ Campinas. São Paulo – SP.

_____ (1999). *O trabalho sob fogo cruzado*. Editora contexto. São Paulo – SP.

REZENDE, G. C. *Agricultura e Ajuste Externo no Brasil: Novas Considerações*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1989.

SANDRONI, P. (2001). *Dicionário de Economia*. 6ª edição. Editora Best Seller – São Paulo/ SP.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS: SEPLAN. Disponível em < www.seplan.go.gov.br > Acesso em março de 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP) – SP. Disponível em < www.eco.unicamp.br > Acesso em 02 de novembro de 2001.

VEIGA, J. E. da (1990). *Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola*. Anais do 18º Encontro Nacional de Economia, Rio de Janeiro, ANPEC 1990.

Apêndice

Definições de termos:

1) Domicílio agrícola:

Foi considerado como *domicílio agrícola* o domicílio particular permanente em que haja pelo menos uma pessoa de 10 anos e mais ocupada na agricultura como ramo de atividade principal no ano de referência. Não se utilizou, porém diretamente o conceito de ocupação que parece na PNAD, e sim um conceito mais restrito, na verdade idêntico ao que vigorava nas PNAD dos anos 80: adotou-se, para os não-remunerados e dedicados exclusivamente ao autoconsumo e autoconstrução, um limite mínimo de 15 horas semanais de trabalho para serem considerados “ocupados”; para as demais categorias de ocupados não foi imposto nenhum limite de tempo de trabalho. A população assim obtida tem sido denominada “PEA restrita”, para distingui-la da “PEA expandida” presente nas novas PNAD (Ver Graziano da Silva et al., 1999).

A PEA restrita foi usada apenas para selecionar os domicílios agrícolas, mas nos cálculos posteriores envolvendo as pessoas ocupadas foram consideradas todas as pessoas assim designadas na fonte original, porque o estudo procura fornecer uma caracterização ampla de todas as pessoas ligadas, em maior ou menor grau, às atividades agrícolas. No cômputo das pessoas residentes nos domicílios agrícolas eliminaram-se os pensionistas e empregados domésticos e seus parentes, adotando-se o mesmo conceito de “família extensa” já justificado em outros trabalhos sobre o tema (Ver Del Grossi e Graziano da Silva, 1998).

2) Domicílio pluriativo:

Foram definidos como *pluriativos* os domicílios agrícolas em que pelo menos uma das pessoas residentes tinha atividade principal, no ano de referência, em algum setor não-agrícola (indústria, comércio, serviços ou outro). Note-se que a pluriatividade foi tratada como um atributo do domicílio (ou da “família extensa”), e não das pessoas individualmente, sob a forma de uma variável binária (o domicílio é ou não pluriativo).

3) Regiões:

Utilizando 15 variáveis construídas a partir do Censo Agropecuário de 1985, Kageyama e Silveira (1997) propuseram uma regionalização do Brasil em 4 grupos de estados. A metodologia empregada foi à análise de componentes principais seguida de uma classificação, que conduziu ao agrupamento dos estados em 4 classes: na primeira encontram-se todos os estados do Norte e Nordeste e mais o Mato Grosso; na segunda estão os três estados da região Sul; a terceira classe é formada por parte do Sudeste (MG, ES, RJ) e parte do Centro-Oeste (GO); na quarta classe encontram-se SP, MS e DF. Nesse estudo, à parte mais modernizada do Centro-Oeste aparece com características semelhantes a São Paulo, podendo-se analisá-las em conjunto.

Lembrando que os dados da PNAD para a região Norte não cobrem a área rural (exceto para Tocantins), será adotada aqui uma regionalização em 4 grupos de estados, seguindo a sugestão do trabalho citado:

Região I: formada pelos 9 estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), mais os estados de Tocantins e Mato Grosso.

Região II: formada pelos 3 estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul);

Região III: formada pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás;

Região IV: formada por São Paulo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

A primeira região possui o nível mais baixo de modernização agrícola, incluindo áreas de agricultura extensiva e atrasada e outras com limitações naturais (secas, por exemplo) e tecnológicas; em contraste com esse grupo está a região IV, representando o nível máximo de modernização, notadamente do ponto de vista do “pacote tecnológico” em sentido estrito (inovações químicas e mecânicas). Também com alto grau de modernização encontra-se a região II, formada pelos três estados sulinos, mas o vetor principal da modernização neste grupo está direcionado para formas organizacionais diferenciadas, especialmente a filiação a cooperativas; o nível tecnológico desses estados é relativamente elevado, a base da agricultura é familiar e organizada de forma moderna, com destaque para o aspecto institucional representado pelas cooperativas. A região III pode ser considerada “intermediária”, sendo mais representativa do estado de Minas Gerais, que possui formas de produção agrícola e pecuária bastante heterogêneas.

4) Indicadores selecionados:

Além dos dados gerais sobre número de pessoas e domicílios em cada região e tipo de domicílio, foram calculados os seguintes indicadores para descrever suas características:

a) Indicadores relativos a domicílios:

a.1) Família sem filhos (variável binária);

a.2) Situação (variáveis binárias):

Urbana (urbana + urbana não-urbanizada)

Rural (rural povoado + rural núcleo + rural outros + rural exclusive)

Rurbano (urbana isolada + rural extensão do urbano);

a.3) Pobreza (variável binária): foram considerados pobres os domicílios em que a renda média por pessoa residente estivesse abaixo de meio salário mínimo corrente;

a.4) Intensidade da pobreza (proporção): medida pela razão de insuficiência de renda dos domicílios, isto é, pelo quociente entre a insuficiência de renda dos domicílios pobres e seu valor máximo (dado neste caso pela linha de pobreza de meio salário mínimo); quanto mais próximo de um esse indicador, mais intensa pode ser considerada a pobreza (Ver Hoffmann, 1998b);

a.5) *Infra-estrutura (índice): a partir da média aritmética de cinco variáveis binárias (presença ou não de água canalizada, rede de esgoto ou fossa, iluminação elétrica, geladeira e telefone) foi calculado um índice que varia entre zero e um. Quanto mais próximo de um, melhores as condições de infra-estrutura domiciliar. Para calcular a variação entre 1992 e 1997 foi usada a idéia de "progresso relativo", definido por:*

$$\frac{\text{índice}1997 - \text{índice}1992}{100 - \text{índice}1992} \cdot 100$$

O numerador mostra o "progresso efetivo", ou seja, quanto cresceu o índice no período; o denominador indica o "progresso possível", isto é, o quanto poderia ter crescido, no máximo, até atingir o nível mais elevado, que é 100.

b) Indicadores relativos a pessoas:

b.1) Renda média por pessoa no domicílio (renda domiciliar per capita), em reais de 1997¹³⁶;

b.2) Proporção das pessoas de 5 anos ou mais sem instrução e com até um ano de estudo em relação ao total das pessoas residentes nos domicílios;

b.3) Proporção de pessoas das pessoas de 5 anos ou mais com um até 8 anos de estudo em relação ao total das pessoas residentes nos domicílios;

b.4) Proporção de pessoas com 9 anos ou mais de estudo;

b.5) Proporção de pessoas ocupadas na indústria;

b.6) Proporção de pessoas ocupadas na agricultura;

b.7) Proporção de pessoas ocupadas em serviços e outros setores;

b.8) Proporção de pessoas ocupadas (soma dos ocupados nos ramos de atividades segundo o trabalho principal), mas que se encontram fora do mercado formal de trabalho (autônomos, não-remunerados, autoconsumo e autoconstrução);

b.9) Proporção de empregados com carteira de trabalho (no trabalho principal);

b.10) Idade média das pessoas;

b.11) Proporção de pessoas com 60 anos ou mais.

5) PEA restrita:

População economicamente ativa sem os novos trabalhadores acrescentados na PEA pela ampliação do conceito de trabalho.

As alterações no conceito de trabalho acima revelada impedem uma comparação direta dos dados das PNADs dos anos 80 com os dos anos 90, de tal sorte a ser necessário uma compatibilização dos conceitos entre as pesquisas das décadas diferentes. Por esses motivos, nesse trabalho se utilizará o termo “**PEA Restrita**” quando se utilizam os dados dos dois períodos já compatibilizados, e ao contrário, o termo “**PEA Ampliada**” quando se utilizam dos dados originais das PNADs de 1992 em diante, onde estão acrescentadas as pessoas consideradas ocupadas pelo novo conceito de trabalho dessas pesquisas. Nesse trabalho utilizamos somente dos dados da PEA Restrita, que acreditamos serem os mais adequados

¹³⁶ Para o cálculo dos valores em setembro de 1992 (em R\$ de setembro de 1997) foi utilizado como deflator o INPC, que passou de um índice 100 para 71.286,62 no período. Entre 1992 e 1997 ocorreram duas mudanças de moeda: de Cruzeiro para Cruzeiro Real (em 1/8/93), com perda de 3 zeros nos valores, e para Real (a partir de 1/7/94), havendo necessidade de dividir os valores em Cruzeiros Reais por 2.750 para convertê-los a Reais (Kageyama, 1998).

para a análise das ocupações rurais. No Apêndice apresentamos os procedimentos metodológicos e uma explicação detalhada dos principais mudanças nos conceitos utilizados.

6) Municípios Auto-Representativos:

São as capitais dos estados que não possuem regiões metropolitanas, e as cidades grandes e médias do interior do País. A amostra da PNAD neste tipo abrange todo o município, e os resultados são referentes apenas ao próprio município.

7) Municípios Não Auto-Representativos:

Representados por grupos de municípios pequenos e médios, do interior dos estados. A amostragem neste caso é feita em um município sorteado, de tal modo que o mesmo represente o conjunto dos municípios não Auto-Representativos daquela microrregião demográfica durante toda a década.

8) A distribuição e evolução da população ocupada nos anos 90:

Nos anos 90 o IBGE ampliou também o conceito da Situação do Domicílio, para além da dicotomia urbano-rural, tentando caracterizar um pouco melhor a situação demográfica onde estão localizados os domicílios levantados pelo IBGE. No Brasil a delimitação dos perímetros urbanos das cidades é a fixada pela legislação municipal existente na época do último censo. Essa delimitação às vezes pode atender a uma série de interesses e pressões políticas locais, como tributação ou necessidade de investimentos em infra-estrutura básica pelas prefeituras municipais.

A partir do Censo Demográfico de 1991 o IBGE desdobrou a dicotomia urbano-rural em sub-níveis, mantendo a delimitação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Assim, o conceito de áreas urbanas e rurais se desmembrou em:

1) Áreas urbanas:

1.1 Áreas Urbanas;

1.2 Áreas urbanas não urbanizadas;

1.3 Áreas urbanas isoladas;

2) Áreas rurais:

2.1 Áreas rurais – extensão urbanas;

2.2 Áreas rurais – povoados;

2.3 Áreas rurais – núcleos;

2.4 Áreas rurais – outros;

2.5 Áreas rurais – exclusive.

9) O rural – extensão urbana:

É a situação característica das periferias das cidades;

10) Situação rural – exclusive:

É aquela a que não atende a nenhum critério de concentração demográfica ou de existência de serviços, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

11) A situação dos domicílios:

No Brasil a delimitação dos perímetros urbanos das cidades é a existente na legislação municipal existente na época do censo. Essa delimitação às vezes pode atender a uma série de interesses e pressões políticas locais, como tributação ou necessidade de investimentos em infra-estrutura básica pelas prefeituras municipais.

Os Censos Demográficos classificam a situação do domicílio como **urbana** ou **rural**, segundo a sua localização geográfica definida pela legislação municipal vigente na data de coleta (o último foi em 1º de setembro de 1991). “Na situação **urbana** consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação **rural** abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” (IBGE, 1995:9).

Para contornar esses problemas, a partir do Censo Demográfico de 1991, IBGE desdobrou a dicotomia urbano-rural em sub-níveis, mantendo a delimitação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Assim, o conceito de área urbana se desmembrou em:

- a) **Áreas Urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios;
- b) **Áreas Urbanas Não Urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano¹³⁷ que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas;
- c) **Áreas Urbanas Isoladas:** casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

As áreas rurais, a partir de critérios como tamanho (número de domicílios), existência de serviços e contigüidade, também foram desdobradas em:

- a) **Áreas Rurais – Extensão Urbanas:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;
- b) **Áreas Rurais – Povoados:** aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores¹³⁸.
- c) **Áreas Rurais – Núcleo:** é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora deste tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial;
- d) **Áreas Rurais – Outros:** são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário;
- e) **Áreas Rurais – Exclusive:** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

¹³⁷ As áreas ociosas reservadas à expansão urbana foram consideradas como urbanizadas mesmo que não dispusessem de construções ou equipamentos urbanos.

¹³⁸ Os serviços que deve integrar regularmente um povoado são : 1) pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo; 2) pelo menos dois dos três serviços seguintes : estabelecimentos de ensino de primeiro grau, posto de saúde, templo religioso de qualquer credo.

Os novos desmembramentos permitem melhor identificar a localização da população e, mais especificamente, localizar a população ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro. Permitem, ainda, corrigir distorções na definição do perímetro urbano dos municípios, quer seja na extensão demasiada dos seus limites, quer na não atualização do perímetro, já que esses casos podem ser captados pelas situações **áreas urbanas – não urbanizadas ou áreas rurais – extensão urbanas**, respectivamente.